

ISSN 0102-5465

ESTUDOS

Lingüísticos e Literários

Estudos

Salvador

n. 5

p. 1-253

dez/1986

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE LETRAS

REITOR
Germano Tabacof

VICE-REITOR
Eliane Azevedo

DIRETOR
Celina Scheinowitz

COORDENADOR DO MESTRADO
Evelina Hoisel

COM APOIO DO PROGRAMA MCT/CNPq/FINEP

EDITOR
Celina Scheinowitz

CO-EDITOR
Suzana Alice Marcelino Cardoso

CONSELHO EDITORIAL
Evelina Hoisel
Heliana Maria de Castro Simões
Ívia Iracema Duarte Alves
Miguel Ángel García Bordas
Rosa Virgínia Mattos e Silva
Sumaia Sahade Araújo
Vera Lúcia Nascimento Britto

ASSESSORAMENTO EDITORIAL
Antonieta da Silva Carvalho
Hilda Maria de Melo Ferreira
Maria Nazaré Gomes dos Santos

Publicação semestral do Curso de
Mestrado em Letras da Universida
de Federal da Bahia.
Campus de Ondina - Biblioteca Central/Ondina
40.000 Salvador-Bahia-Brasil

ESTUDOS
LINGÜÍSTICOS E LITERÁRIOS

SUMÁRIO

Antenor Nascentes: cem anos Suzana Alice Marcelino Cardoso	3
Galego e português: uma só língua? Maria Helena Mira Mateus	17
A diversidade do português brasileiro e seu ensino aos povos indígenas Rosa Virgínia Mattos e Silva	35
Tinha Nascentes razão? (Considerações sobre a divisão dialetoal do Brasil) Suzana Alice Marcelino Cardoso	49
O uso de informações sobre a linguagem popular para es clarecer questões de lexicologia Brian Head	61
Notas sobre o léxico do português do Brasil Carlota Ferreira	91
Sergipe e Bahia: algumas diferenças lexicais Carlota Ferreira; Jacyra Moça e Vera Rollemberg	101
Variação entre <i>ei</i> e <i>e</i> em Sergipe Jacyra Andrade Mota	119
Aspectos léxicos do <i>Atlas Lingüístico da Paraíba</i> Maria do Socorro Silva de Aragão	129
As vogais pretônicas no falar carioca Dinah Callou e Yonne Leite	151
A palatalização e sua estrutura variável Leda Bisol	163
<i>Nós</i> ou <i>a gente</i> ? Judith Freitas e Ma. del Rosário Albán	179
<i>Este</i> e <i>esse</i> na fala culta do Rio de Janeiro Odirce Cid; Ma. Cristina Costa e Célia T. Oliveira	195
Vogais pretônicas médias na fala de Natal Vera Lúcia Medeiros Maia	209
O português dos catarinenses de ascendência luso-bra sileira comparado com o português europeu Oswaldo Furlan	227

ANTENOR NASCENTES:
CEM ANOS

Suzana Alice M. Cardoso (UFBA)

1 Comemora-se, nesse ano de 1986, o centenário de nascimento¹ do Professor ANTENOR NASCENTES, lexicólogo, etimólogo, filólogo e dialectólogo dos mais merecedores das homenagens da comunidade das Letras no mundo de língua portuguesa.

Carioca de nascimento, ANTENOR DE VERAS NASCENTES bacharelou-se em Ciências e Letras pelo Ginásio Nacional (1902), atualmente Colégio Pedro II, e em Direito pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro (1908). Foi oficial do Ministério da Justiça e Negócios Interiores e veio a fazer concurso, em 1919, para a recém criada cadeira de Espanhol do Colégio Pedro II, classificando-se em primeiro lugar e posteriormente transferindo-se, em 1927, para a cadeira de Português do mesmo colégio. A partir de 1937 ocupou a cadeira de Filologia Românica da Faculdade de Filosofia da Universidade do Rio de Janeiro, onde permaneceu mesmo após a sua aposentadoria como professor do Colégio Pedro II.

Linguísta por opção, legou-nos ANTENOR NASCENTES uma vastíssima e diversificada obra voltada para diferentes campos do saber com os quais se envolveu. Ao publicar, em 1914, o seu primeiro livro, *Leituras notas sobre redação oficial*, dava início a uma caudalosa produção que, abarcando pontos de variado interesse para o conhecimento, ensino e aprendizagem sobretudo da língua portuguesa, ultrapassaria a casa da centena.

Sem pretensão de sermos exaustivos, mas apenas contando com o que nos foi possível alcançar, apresentamos uma relação por ordem cronológica da produção de NASCENTES.

Estudos (3): 3-15, dez. 1986

ESTUDOS; Lingüísticos e Literários,
nº 5, dezembro 1986. Salvador,
Universidade Federal da Bahia,
Instituto de Letras, 1986.
253p. 22cm.

1. Letras - Periódicos I. Uni-
versidade Federal da Bahia, Institu-
to de Letras.

CDU 8(05)

RELAÇÃO DAS OBRAS
DE ANTENOR NASCENTES

- (1914) *Ligeiras notas sobre redação oficial*
 (1916) "Epigrafia latina"
 (1917) *Elementos de teoria musical (em colaboração com Raimundo Silva)*
 (1919) *Um ensaio de fonética diferencial luso-castelhana e dos elementos gregos que se encontram no espanhol*
 (1920) *Método prático de análise lógica*
 (1920) *Como evitar silabadas em latim*
 (1920) *Gramática da língua espanhola (para uso dos brasileiros)*
 (1921) *Método prático de análise gramatical*
 (1921) *Ortografia e nomenclatura gramatical*
 (1922) *O linguajar carioca em 1922*
 (1923) "O Cid"
 (1923) *Apostilas de português*
 (1923) *Tradução do teatro de Beaumarchais*
 (1923) "O turismo no Brasil"
 (1924) "O espanhol pelo método direto"
 (1924) "Literatura brasileira"
 (1924) "Carta ao Exmo. Sr. Dr. Jorge Guimarães Daupias"
 (1924) "A questão ortográfica"
 (1924) "A questão do tritongo"
 (1924) "Morfologia comparada"
 (1925) "El glossário de afronegrismos de Fernando Ortiz"
 (1925) "Um glossário luso-americano"
 (1926) *O idioma nacional (5 volumes)*
 (1926) "O 'Manual de estilo' do professor José Otílica"
 (1927) "Tradução de El *buscapié*"
 (1927) "Transformismo, lexicografia e lingüística"
 (1929) "Filólogos brasileiros"
 (1929) *Noções de estilística e literatura*

- (1930) *Edição de textos (edição escolar de Os Lusíadas)*
 (1930) "Lexicografia luso-americana nos dicionários portugueses"
 (1930) "O português do Brasil. Elementos americanos. Portugal na América"
 (1930) "A questão ortográfica"
 (1930) "Reforma ortográfica"
 (1931) "Ainda a nova grafia acadêmica"
 (1931) "O formulário acadêmico"
 (1931) "Minha edição escolar dos Lusíadas"
 (1931) "Ortografia"
 (1932/1952) *Dicionário etimológico da língua portuguesa*
 (1932) "Etimologia de 'Igreja'"
 (1932) "A pronúncia padrão do Distrito Federal"
 (1933) "Citações portuguesas célebres"
 (1933) "A língua portuguesa no Brasil"
 (1933) *Nem país fabuloso*
 (1933) "Uma crítica ao meu dicionário etimológico"
 (1933) "Resposta às observações críticas relativas ao dicionário etimológico"
 (1934) "Independência literária e unidade da língua"
 (1934) "Citações portuguesas célebres"
 (1934) "Em defesa do meu dicionário"
 (1934) "A língua do Nordeste"
 (1934) *Nem país fabuloso*
 (1934) "A questão ortográfica"
 (1934) "Sintaxe brasileira"
 (1935) *O idioma nacional na escola secundária*
 (1935) "Instituto de filologia"
 (1935) "Língua brasileira"
 (1935) "Sobre a questão ortográfica"
 (1936) "Bibliografia de lingüística e de filologia portuguesa"

- (1936) "Cocktail; chorar pitanga; dissimilação semântica; wörter und sachen; elementos ciganos"
- (1936) "Em defesa de um dicionário"
- (1936) "Esbozo de comparación del español con el português"
- (1936) "Filologia românica"
- (1936) "O português do Brasil"
- (1936) "Usina de José Lins do Rego"
- (1937) *América do Sul*
- (1937) *O idioma nacional*
- (1937) "O Colégio Pedro II e a filologia portuguesa"
- (1937) "O tratamento de senhor no Brasil"
- (1938) "Autarquia, não: autarcia"
- (1938) "CARTA DE GUIA DOS CASADOS de D.Francisco Manoel de Mello (notas philologicas)"
- (1938) "Enquadramento; presumpção e água benta; o alemão, instrumento indispensável ao philologo; hiperbibas mos no plural; typo ibérico de composição; metaphonia"
- (1938) "El tratamiento de "señor" en el Brasil. Homenaje a la memoria del Dr. Rodolfo Lenz"
- (1938) "José de Alencar e a língua brasileira; proposição ou oração (doutrina de Fausto Barreto)"
- (1938) *Oração de parainfo*
- (1938) "Português em boca de estrangeiros"
- (1939) *Estudos filológicos*
- (1939) "LEXICOGRAPHIA (dicionários, vocabulários, léxicos, glossários)"
- (1939) *Método prático de análise sintática*
- (1939) "Nomes geográficos"
- (1939) *Ortografia simplificada*
- (1940) "Manuel Bandeira e as "Cartas chilenas""
- (1940) *A ortografia simplificada ao alcance de todos*
- (1940) "Gramaticografia"
- (1941) "Curso de metodologia de português"

- (1941) *Dicionário de dúvidas e dificuldades do idioma nacional*
- (1941) "Histórico do decreto-lei 292 (Ortografia)"
- (1941) "Regência viva"
- (1943) *Antologia espanhola e hispano-americana*
- (1944) *Antologia para o ginásio*
- (1944) *O idioma nacional; gramática para o curso ginásial*
- (1944) *O problema da regência; regência integral e viva*
- (1944/1960) *O problema da regência*
- (1945) *Tesouro da fraseologia brasileira*
- (1946) *Léxico de nomenclatura gramatical brasileira*
- (1952) *Dicionário básico do português do Brasil*
- (1953) *Edição de textos — Edição crítica da MÚSICA DO PARANÁ*
- (1953) *Gíria brasileira*
- (1954) *Elementos de filologia românica*
- (1957) *Dicionário de sinônimos*
- (1958) *Efemérides cariocas*
- (1959) *Dificuldades da análise sintática*
- (1959/1961) *Bases para elaboração do atlas lingüístico do Brasil*
- (1959) *Comentários à nomenclatura gramatical brasileira*
- (1959) *Dicionário da língua portuguesa*
- (s/d) *Como escrever pelo novo sistema; formulário prático ao alcance de todos*

Dessa vastíssima e fértil produção permitimo-nos destacar *O linguajar carioca em 1822, O idioma nacional e as Bases para a elaboração do atlas lingüístico do Brasil*.

Ao publicar *O linguajar carioca em 1822*, ano do centenário da proclamação da independência do Brasil, dedicado a Amadeu Amaral, declarou:

Sempre nos interessaram as questões de dialetoologia portuguesa no Brasil. Anotávamos o que de mais importante encontrávamos quer na fonética, quer na morfologia, quer na sintaxe, quer no léxico.

concluindo, ao final desse curto prefácio, com a afirmação:

*Nosso trabalho não é para a geração atual; daqui a cem anos, os estudiosos encontrarão nele uma fotografia do estado da língua e neste ponto serão mais felizes do que nós, que nada encontramos do falar de 1822. Carpent tua po ma nepotes.*³

A obra se inicia com um capítulo sobre "O falar brasileiro", onde trata da diversidade lingüística e mostra o processo de variação a que as línguas, todas elas, estão sujeitas. Desenvolve o seu conteúdo discorrendo sobre a "Posição do linguajar carioca no conjunto do falar brasileiro", a "Fonética", a "Morfologia", a "Sintaxe", o "Léxico do falar carioca", fornecendo ainda um "Vocabulário de locuções populares do Rio de Janeiro". Numa observação final com que encerrou o livro e referindo-se ao glossário de termos próprios do carioca que declara ser "um ligeiro esboço que outros poderão melhorar"⁴, diz de forma luminar:

*Nisto, como em tudo, no começo é que está a dificuldade. Apareçam os aperfeiçoadores.*⁵

*O idioma nacional*⁶ merece destaque pela importância que teve e tem para o ensino da língua portuguesa e sobretudo pela natureza dos ensinamentos que nele se encontram.

Estudos (5): 3-15, dez. 1986

De cunho didático, vamos encontrar nessa obra passagens de muita profundidade que, escritas numa época em que as gramáticas escolares eram rígidas, apresentavam-se como proposições avançadas, mas firmadas em princípios gerais da ciência lingüística. *O idioma nacional* resultou da preocupação de NASCENTES com o ensino sistemático da língua portuguesa, preocupação essa externada em artigo de sua autoria, publicado no *Jornal do Commercio*, de 19.novembro.1929, onde declara:

*Ao assumir em 1926 uma das cátedras de português do Colégio Pedro II, senti falta de um livro que pudesse servir de guia ao aluno em cada um dos anos do curso.*⁷

justificando, a seguir, que não deu à obra o nome de Gramática portuguesa porque

*As gramáticas apresentam em geral aspecto rebarbativo com suas muitas regras, exceções, paradigmas, etc.*⁸

De fato, *O idioma nacional* não se reveste desse aspecto "rebarbativo". Nele encontramos ao lado da descrição sistemática da língua, firmada no padrão que se reconhece como norma culta, a abertura para a diversidade que se faz presente no português do Brasil, distinguindo-o do português de Portugal, e a indicação de casos onde isso ocorre. Assim, e sob o título de ilustração, vamos encontrar no capítulo "Sintaxe", no item "Regência", afirmações do tipo:

*...forçosamente a colocação brasileira há de divergir da portuguesa, sem por isso dever ser considerada errada.*⁹

a que se seguem outras mais dogmáticas e contundentes, como

*Não há colocações erradas, exceto as que raia rem pelo absurdo.*¹⁰

Estudos (5): 3-15, dez. 1986

dirigidas, estas, à questão da colocação dos pronomes ãto nos. Tais afirmações ainda hoje, vistas à luz das gramãti cas escolares, causam admiração. Ditas, porem, como o foram, pela primeira vez em 1926, revelam audácia científica e segu rança nos princípios que nortearam a sua obra.

Mas é sobretudo do NASCENTES dialectólogo que nos apraz falar. O interesse pelas questões de dialectologia brasileira esteve presente em sua obra e foram, da sua parte, motivo de anotação os fenômenos lingüísticos quer no campo da fonética, como no da morfologia, da sintaxe e do léxico. A sua visão, entretanto, ia mais longe e entendia que o conhecimento efetivo do português do Brasil somente se daria no momento em que se tivesse descrito a língua em todo o território nacional. Lança, então, as *Bases para a elaboração do atlas Lingüístico do Brasil*¹¹, em 1958, justa mente depois que a Portaria 536/26.mai.52, que estipulava as pesquisas que deveriam ser planejadas pelo recém criado Centro de Pesquisas da Casa de Rui Barbosa, incluiu no seu Art. 9º a elaboração do Atlas Lingüístico do Brasil.

Conhecedor da realidade brasileira — já havia percorrido o Brasil "do Oiapoque ao Chuí", como declara em *O linguajar carioca*¹² — via NASCENTES as vantagens de um atlas feito ao mesmo tempo para todo o país, mas reconhecia ser isso impossível, tamanhas as dificuldades, tantos os per calços a serem vencidos. Recomendava, então, sabiamente, a elaboração de atlas regionais para "mais tarde juntã-los no atlas geral"¹³ por reconhecer ser o nosso país "vasto e, ain da mais, pobre e sem fáceis vias de comunicação"¹⁴.

Passaram-se os anos. O atlas lingüístico do Brasil enquanto projeto conjunto não saiu. Saíram atlas regionais¹⁵, seguindo a trilha recomendada. Tinha NASCENTES ra zão! Louve-se no Professor NASCENTES a preclara visão que te

ve dos caminhos para os estudos de geografia lingüística no Brasil, louve-se a sua grande contribuição aos estudos da língua portuguesa o que o faz merecedor das mais justas homenagens no centenário do seu nascimento.

2 O Mestrado em Letras e o Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia prestam a ANTENOR NASCENTES homenagem expressa nesta publicação, procurando, assim, dar, através dos trabalhos que nela se editam, uma resposta posi tiva à preocupação que o homenageado manifestou no sentido de que se produzissem estudos sobre a realidade lingüística do Brasil.

Os artigos que aqui se reúnem aprofundam, todos eles, o conhecimento da língua portuguesa, seguindo diferentes linhas porque os caminhos de estudo da língua são diver sos e não são estreitos. Vêm dispostos numa seqüência que procura ordenã-los segundo a temática predominante. Dispõem-se em quatro grupos:

1 Trabalhos com enfoque teórico:

- . BRIAN HEAD, "O uso de informações sobre a linguagem popular para esclarecer questões de lexicologia".
- . MARIA HELENA MIRA MATEUS, "Galego e português: uma só língua?".
- . ROSA VIRGÍNIA MATTOS E SILVA, "A diversidade do português brasileiro e o seu ensino aos povos indígenas".
- . SUZANA ALICE MARCELINO CARDOSO, "Tinha Nascentes razão? (Considerações sobre a divisão dialetal do Brasil)".

2 Trabalhos relacionados à dialectologia rural:

. CARLOTA FERREIRA, "Notas sobre o léxico português do Brasil".

. CARLOTA FERREIRA, JACYRA MOTA e VERA ROLLEMBERG, "Sergipe e Bahia: algumas diferenças lexicais".

. JACYRA MOTA, "Variação entre *ei* e *e* em Sergipe".

. MARIA DO SOCORRO SILVA DE ARAGÃO, "Aspectos léxicos do *Atlas lingüístico da Paraíba*".

3 Trabalhos relacionados à dialectologia urbana

. DINAH CALLOU e YONNE LEITE, "As vogais pretônicas no falar carioca".

. LEDA BISOL, "A palatalização e sua estrutura variável".

. JUDITH FREITAS e MARIA DEL ROSÁRIO ALBÁN, "Nós ou a gente?"

. ODIRCE CID, MARIA CRISTINA COSTA e CÉLIA TE REZINHA OLIVEIRA, "Este e esse na fala culta do Rio de Janeiro".

. VERA LÚCIA MEDEIROS MAIA, "Vogais pretônicas médias na fala de Natal".

4 Sobre o português do Brasil em confronto com o português de Portugal

. OSWALDO FURLAN, "O português dos catarinenses de ascendência luso-brasileira comparado com o português europeu".

Ao editar o número 5, voltado para os estudos de dialectologia do português, entende a revista *Estudos Linguísticos e Literários* estar respondendo ao apelo do homenageado o que o faz graças à colaboração dos que neste número se fazem presentes, que não chegam a representar o país

Estudos (5): 3-15, dez. 1986

do Diapoque ao Chuí, mas que o representam do Rio Grande do Norte ao Rio Grande do Sul.

NOTAS

- 1 Viveu até 1972.
- 2 Título do qual suprimiu, na segunda edição, a referência em 1922.
- 3 2.ed. Rio de Janeiro, Organização Simões, 1953, p.7.
- 4 *Ibid.*, p.207.
- 5 *Ibid.*, loc. cit.
- 6 Na sua primeira fase este livro se constituiu de quatro e depois cinco volumes. Com a reforma do ensino secundário e a divisão em ginásio e colégio, o Autor reestruturou-a, apresentando-a em quatro volumes. Em 1960, apresenta a matéria de forma consolidada e num único volume.
- 7 Apud ZDENEK HAMPEJS, Antenor Nascentes. *Revista Brasileira de Linguística*, 35: 123, 1961.
- 8 *Id. ibid.*, p. 123.
- 9 5.ed. Rio de Janeiro, Livraria Acadêmica, 1965, p.151.
- 10 *Ibid.*, loc. cit.
- 11 Rio de Janeiro, MEC - Casa de Rui Barbosa, 1958 e 1961.
- 12 *Op. cit.*, p.24.
- 13 *Bases para a elaboração do Atlas Lingüístico do Brasil*, 1958, p.7.
- 14 *Ibid.*, loc. cit.
- 15 Por ordem cronológica:
1963 - ROSSI, N. et alii. *Atlas Prévio dos Baixos Baianos*. Rio de Janeiro, INL-MEC, 1963.
1977 - RIBEIRO, Zágari; PASSINI E GATO. *Esboço de um atlas Lingüístico de Minas Gerais*. MEC - Fundação Casa de Rui Barbosa - Universidade Federal de Juiz de Fora, 1977.
1985 - ARAGÃO, Maria do Socorro e MENEZES, Cleusa Bezerra de. *Atlas Lingüístico da Paraíba*. Universidade Federal da Paraíba-CNPq.

nio da fonologia, identidades e diferenças, as primeiras correspondem a aspectos de base que conformaram a constituição da língua, e as segundas integram-se em etapas mais recentes de processos complexos, alguns deles ainda em curso. Se utilizarmos na sua descrição o modelo generativo, as identidades serão o resultado da aplicação de regras que actuam sobre formas de base, as diferenças resultam da ac tuação de regras aplicadas a um nível superficial.

Independentemente de essas regras actuarem no processo diacrónico, a sua formulação é permitida por dados coexistentes ainda hoje em diferentes dialectos.

O fundamento da inclusão do galego na "Nova proposta de classificação dos dialectos galego-portugueses"² é, como já fora proposto por Menéndez Pidal em 1906, a não ditongação de /ě/ e /ǫ/ (breves) do latim clássico em posição tónica, em contraste com a ditongação que se deu nos dialectos castelhanos.

Criou-se assim uma das mais fundas distinções entre as duas línguas: um sistema fonológico de vogais tónicas "posteriores" e "anteriores" com três graus de abertura em galego-português e com dois graus de abertura em castelhano (pē, cerca, frio *vs.* pie, cerca, frio; morte, amor, número *vs.* muerte, amor, numero).

Em conseqüência do referido tratamento das vogais breves, o castelhano apresenta desde a sua formação numerosos ditongos crescentes em posição acentuada que se não verificam em galego-português; aqui, por sua vez, manifestam-se oposições distintivas entre c|e|rca / c|e|rca, b|o|la, b > la, etc.

Segunda característica que moldou a constituição da língua galego-portuguesa: a queda do /n/ e do /l/ intervocálicos, com várias conseqüências que se mantiveram uni

formes por alguns séculos. Destaquem-se de entre elas os encontros de vogais, respectivamente com e sem nasalização da primeira vogal (bōa, lūa *vs.* buena, luna; voar, sō, *vs.* vo^hlar, solo).

Terceira característica de absoluta coincidência entre o galego e o português até à época medieval: a formação dos ditongos |ow|, |oj| e |ej| sem monotongação que se verifica em castelhano (cant|ow|, p|ow|co, n|oj|te, m|oj|ro, cant|ej|, marin|ej|ro). Em galego estes ditongos ainda se mantêm. Em alguns dialectos portugueses, no entanto, |ow| foi substituído por |o|; em outros, |ej| foi substituído por |e| e, em época recente, na norma padrão de Portugal, emanada de Lisboa, |ej| passou a |aj|.

Quarta característica que separa o galego-portu^guês medieval do castelhano: a evolução de /pl/, /kl/, /fl/ para africada línguo-palatal, contrastando com a lateral palatal do castelhano, que representa um estágio intermédio do mesmo processo (|tʃ|amar *vs.* |λ|amar, en|tʃ|er *vs.* |λ|enar).

As características acima enunciadas fazem parte da constituição da língua galego-portuguesa; fácil é provã-lo do ponto de vista histórico (os investigadores têm situado a formação destes processos em épocas recuadas, que vão dos sécs. VI, VII a XII)³.

As regras (1) a (4) representam as modificações efectuadas a partir da base latina:

$$(1) (a) \begin{bmatrix} \text{ě} \\ +ac \end{bmatrix} \rightarrow [+baixa] \quad \begin{bmatrix} \text{ǫ} \\ +ac \end{bmatrix} \rightarrow [+baixa]$$

$$(b) \begin{bmatrix} \text{ě} \\ +ac \end{bmatrix} \rightarrow [-baixa] \quad \begin{bmatrix} \text{ǫ} \\ +ac \end{bmatrix} \rightarrow [-baixa]$$

mētu > m|e|do mōrte > m|>|rte
pōpulo > p|o|vo

$$(9) (a) V \rightarrow [+nasa] / \left\{ \begin{array}{l} \bar{V}_1 \text{ --- } 1 \\ \bar{V} \text{ --- } [+alta] \end{array} \right\}$$

condição: $V_1 = V_1$

$$(b) \bar{V}_1 \quad \emptyset / \bar{V}_1 \text{ ---}$$

lãa > lãã > lã

$$(c) [+alta] \rightarrow G / \bar{V} \text{ ---} \quad \text{manu} > \text{mãno} > \text{mã} [u] > \text{mã} [\bar{u}] > \text{ma} [\bar{w}]$$

(dials. portugueses)

$$(10) \bar{V} \rightarrow [-nasa] / \text{--- } V \quad \text{bõa} > \text{boa}$$

irmão > irmao
irmã > irmã
(dials. galegos)

A regra (10) não se aplica em português nas se quências que receberam a aplicação da regra (9).

Como podemos observar, a regra (7) actua igual mente no galego e no português. A regra (8) actua nos dia lectos galegos e portugueses mas com uma diferença: enquanto a consoante inserida depois de [i] é uma palatal em to dos os dialectos (excepto naqueles falados no Brasil em que a regra não se aplica, cf. n. (4)), a consoante que se se gue a [u] é uma labial arredondada em português e uma ve lar em galego⁶.

A regra (9) aplica-se somente no português, e a regra (10), aplicando-se no galego e no português, sofre restrições neste último.

Se a consoante nasal está seguida de outra con soante, ou se encontra em final de palavra, a vogal que a antecede nasaliza e a consoante é suprimida. Neste caso, a regra de desnasalização não se aplica. Nos dialectos portu

gueses, ao desaparecer a ressonância consonântica antes de fronteira de palavra, a vogal nasal, mesmo quando ãtona, di tonga prolongando-se através da inserção de uma glide que concorda com a vogal no sinal do traço [recuado]. Este pro cesso corresponde à aplicação das seguintes regras:

$$(11) (a) V \rightarrow [+nasa] / \text{---} \left[\begin{array}{l} C \\ +nasa \end{array} \right] \left\{ \begin{array}{l} C \\ \# \end{array} \right\}$$

tantu > tãnto pane > pãn
amant > amãn

$$(b) \left[\begin{array}{l} C \\ +nasa \end{array} \right] \rightarrow \emptyset / \bar{V} \text{ ---} \left\{ \begin{array}{l} C \\ \# \end{array} \right\}$$

tãnto > t[ã]to amãn > am[ã] pãn > p[ã]

$$(12) \emptyset \rightarrow \left[\begin{array}{l} G \\ \alpha \text{recuada} \\ +nasa \end{array} \right] / \left[\begin{array}{l} V \\ \alpha \text{recuada} \\ +nasa \end{array} \right] \text{---} \#$$

b[ẽ] > b[ẽ̃] p[ã] > p[ãw]
(dials. portugueses)

O galego e o português recebem em conjunto a a plicação da regra (11) e distinguem-se relativamente à ac tuação da regra (12).

Outras regras se aplicaram posteriormente, acen tuando a manutenção da nasalidade em português e levando à sua redução em galego, que freqüentemente é interpretada como um desaparecimento.

Mais uma vez se verifica que as regras de base são comuns, e apenas em fases posteriores do processo sur gem as divergências.

Uma visão global dos problemas referentes ao vo

calismo do galego e do português permite-nos pôr as seguintes hipóteses:

a) a redução da nasalidade vocálica dos dialectos galegos, assim como a manutenção do timbre das vogais átonas, sem redução, decorrem da influência do castelhano sobre a língua falada na Galiza;

b) a conservação da nasalidade nas vogais do português, a formação de ditongos nasais com diversas origens e a grande redução do vocalismo átono do português europeu são resultado da forte intensidade do vocalismo tónico dos dialectos do Centro e Sul de Portugal.

Estas hipóteses não são incompatíveis. A segunda no entanto precisa de ser desenvolvida.

Se pusermos em paralelo os seguintes factos:

. no português europeu os sistemas de vogais tónicas e átonas contrastam fortemente pela extrema redução (que pode ir até à supressão) das átonas quando sujeitas às regras gerais;

. nos dialectos portugueses, as nasais acentuadas não só mantiveram a nasalidade como a transmitiram às vogais que se lhes seguiam, provocando a formação de ditongos nasais; quando situadas antes de fronteira de palavra, essas nasais acentuadas desenvolveram uma semivogal nasal, criando-se assim novo grupo de ditongos nasais;

. finalmente, certas vogais tónicas desnasalizadas, seguidas de outras vogais, desenvolveram igualmente entre ambas uma semivogal (areia, veia, cheio).

Não será lícito interpretar os factos enunciados como consequência da grande força expiratória das vogais acentuadas do português, responsável pela conservação da sua nasalidade, pelo prolongamento da sua pronúncia através da introdução de semivogais, pela redução, por contra-

te, das vogais não acentuadas?

Esta pergunta sugere uma tentativa de explicação que se poderá enunciar da seguinte forma: terminada e assimilada a reconquista dos territórios do Centro e Sul de Portugal, determinados factores lingüísticos, sociais e culturais configuraram o desenvolvimento dos processos fonológicos, dos quais destacamos agora um sistema de vogais acentuadas de forte intensidade. Quais seriam esses factores que impulsionaram a evolução do português falado nestas regiões e lhe imprimiram características de excepção entre as diferentes variantes da língua portuguesa, e impossível sabê-lo.

Prosseguindo com a apresentação de características fonológicas comuns e diferenciadoras do galego e do português, observemos agora, no domínio do consonantismo, o sistema de fricativas ("sibilantes" e "chiantes") e africadas, dada a sua importância em toda a România, e especialmente nos diferentes dialectos da Península Ibérica.

O galego-português medieval possuía um sistema rico neste domínio fonológico:

	FRICATIVAS		AFRICADAS	
	ÁPICO-AL VEOLARES	PALATAIS	DENTAIS	PALATAIS
não sonora	ʃ	ʃ	tʃ	tʃ
sonora	ʒ	ʒ	dʒ	(d)ʒ

A perda do elemento oclusivo em /tʃ/ e /dʒ/ deu-se cedo, em época difícil de determinar com exactidão por falta de provas. Essas africadas opunham-se às fricativas apicais não só por não serem consoantes contínuas, mas também por terem diferente ponto de articulação, como ainda hoje sucede em dialectos transmontanos e alto-minhotos. No

que respeita à africada /dz/, não há sequer prova de que tenha chegado a funcionar como tal no galego-português.

A primeira alteração que receberam em conjunto os dialectos galegos e portugueses foi, portanto, a perda do elemento oclusivo das africadas dentais, que pode representar-se pela seguinte regra:

$$(13) \left[\begin{array}{l} +\text{estridente} \\ +\text{coronal} \\ +\text{distribuído} \end{array} \right] \rightarrow \left[+\text{contínuo} \right]$$

A partir desta fase, os dialectos galegos e portugueses manifestam diferentes tratamentos desse sistema de consoantes:

GALEGO		PORTUGUÊS		
Ocidental	Oriental	Alto Minho Trás os Montes	Baixo Minho Douro Beira Alta	Centro/Sul Dialetos brasileiros
s ʃ / tʃ	θ ʃ / tʃ	s ʃ / tʃ	ʃ / tʃ	s /
		z ʒ ʒ	ʒ ʒ	z ʒ

Como é possível verificar, a grande diferença entre dialectos galegos e portugueses neste sistema de consoantes reside no desaparecimento das consoantes sonoras nos dialectos galegos; por outro lado, deve também pôr-se em relevo a ocorrência da interdental /θ/ na Galiza. Em descrições mais finas das características dialetais do galego (sobretudo das zonas de seseo ímplosivo) é patente a variação do ponto de articulação destas fricativas que, na posição inicial, podem apresentar três realizações (θ, s e ʃ), e na posição final de sílaba chegam a manifestar quatro realizações (s, ʃ, ʒ semipalatal e /).

Ambas as características enunciadas são interpre-

táveis como influências do castelhano. Se a primeira é geral, a segunda restringe-se a parte do território e apresenta, como vimos, variações. Não é necessário reafirmar que as regras que actuam na determinação das diferenças correspondem a fases da evolução da língua muito posteriores à sua formação, e actuam no interior de um processo que ainda se encontra em curso. Basta lembrar a diferença de pontos de articulação das fricativas "sibilantes" em final de sílaba, quer entre dialectos de Portugal quer entre dialectos do Brasil.

Outros aspectos fonológicos separam o galego e o português; não menos aspectos os aproximam.

Ao exemplificar a evolução de alguns subsistemas do sistema fonológico, procurei interpretar as identidades e diferenças em termos, respectivamente, de regras que se aplicaram sobre a base e que levaram à constituição da língua, e de regras que actuaram em fases posteriores, provocando uma variação mais ou menos sensível em todo o território lingüístico⁸.

Mas a pergunta fulcral persiste: a partir de que momento da sua evolução se pode afirmar que dois sistemas lingüísticos constituem duas línguas distintas? O que dizer das variantes do português falado em territórios geográfica e politicamente independentes, variantes que possuem características específicas que permitem o contraste, precisamente porque não é a identidade que está em causa?

Relativamente ao galego, o problema é especialmente complexo. Nas últimas décadas tornou-se necessário criar uma norma que permita a utilização e transmissão da língua falada na Galiza. Ainda que não haja grandes diferenças entre os dialectos, a criação dessa norma tem suscitado viva controvérsia. A afirmação explícita de que o ga-

leigo e o português actuais são uma só língua é manifestada por alguns grupos dos quais se destaca, como mais combativa, a Associação Galega da Língua (AGAL).

Constituída maioritariamente por jovens professores de diferentes graus de ensino, a AGAL defende que "o galego, encanto língua normativa (escrita), tem que estar em contacto coa realidade total da comunidade lingüística, nom sō cos usos falados senom tamēn cos usos cultos (necessariamente diferenciados); nom sō coa realidade sincrónica senom coa histórica; co povo galego e cos povos que comparatilhom uns vínculos lingüísticos e culturais semelhantes, ainda que, polos avatares ou interesses da história, constituam hoje entidades politicamente diferentes"⁹.

Em conseqüência, devem recuperar-se as formas do galego antigo que hoje estão perdidas em proveito de formas castelhanizadas. Recuperando essas formas medievais, alarga-se o campo que permite afirmar que "galego e português apresentam-se ainda hoje como um mesmo idioma básico, comum a galegos, portugueses, brasileiros, etc., e nom por que fagamos umha dependência artificial do galego a respeito do português, senom simlesmente potenciando a base comum e praticando a desejável convergência com relação aos neologismos, o que nom impede manter, como fazemos, as divergências galegas significativas, que terām de ser aceitas como tais dentro do sistema lingüístico galego-luso-brasileiro"¹⁰.

Tratando-se de língua normativa, a ser utilizada nos meios de comunicação e no ensino, o estabelecimento das normas ortográficas é um dos principais objectivos. A elaboração de tais normas — que se prendem intimamente com os problemas apresentados acima — tem levado à concretização das divergências:

... a Real Academia Galega e o Instituto da Língua Galego defendem uma ortografia que esteja tão próxima quanto possível da língua falada (exs.: hoxe, xeral, e não hoje, geral; õ, ôs por ao, aos); no entanto muitas vezes propõe a manutenção de grafias castelhanas (exs.: canción, español, filla, cantān)

... a AGAL postula que se aproximem, de forma sistematizada, as grafias galegas das usadas em Portugal e nos outros países de língua portuguesa, (ainda que sem aplicação mimética à variedade galega), tendo em conta a tradição histórica e o facto de o português ter preservado essa tradição, sem interrupção, na sua ortografia.

Deve lembrar-se que a história do galego escrito é descontínua. Entre os séculos XIII e XV os textos galegos apresentam uma ortografia não unificada mas coerente. Do século XV ao XIX o galego não teve uso formalizado, deixou de ser considerado como língua de cultura e portanto não se escrevia, sendo substituído nos textos literários e administrativos pelo castelhano. Os escritores que, em meados do século XIX, retomaram o galego na literatura utilizavam as normas ortográficas do castelhano, língua em que tinham sido alfabetizados.

A tentativa de recuperação da ortografia tradicional galega coincide com o desenvolvimento, já no século XX, do estudo dos textos medievais galegos. É essa tentativa que se pretende continuar; os grupos que a defendem consideram que ela é complementar da aproximação que propõem entre o galego e o português.

Por tudo o que fica dito se compreende a designação de integracionistas (ou reintegracionistas) dada aos defensores da integração do galego entre as variantes do (galego) português, por oposição aos independentistas que

propugnam uma normatividade dissociada da tradição galega medieval.

Entre estes últimos encontram-se alguns filólogos galegos de renome internacional. Esse facto é mais uma demonstração de que, como disse no início deste artigo, o problema em discussão não é exclusivamente linguístico — embora tendo na linguística a sua base.

Na realidade, nem os galegos que consideram a sua língua como uma variante do português, nem os brasileiros, moçambicanos, angolanos e outros povos que têm idêntica convicção (nem mesmo os portugueses) abdicam minimamente da sua especificidade variacional ou de qualquer outra característica de independência própria. Trata-se de uma escolha de permanência numa comunidade transnacional, escolha de conseqüências altamente positivas para o intercâmbio cultural, político e económico, factor indispensável à vida de qualquer comunidade no mundo presente e futuro.

Poder-se-á dizer, para concluir, que a consciência de falar uma língua — forma privilegiada do comportamento do homem — está intimamente ligada, e até certo ponto dependente, das suas convicções e dos seus receios, dos seus desejos e, em última análise, da sua vontade.

RESUMÉ

Dans cet article on cherche à démontrer que le galicien et le portugais appartiennent à la même langue, aussi bien du point diachronique que synchronique. Dans ce but on présente les règles génératives dont l'application façonne les particularités du système phonologique galicien-portugais, en le distinguant de toutes les autres langues romanes.

Dans la dernière partie on discute certains aspects historiques, politiques et culturels qui justifient

une divergence dans les positions des experts à propos de cette question.

NOTAS

- 1 Este trabalho foi largamente discutido com José Manuel Feio, a quem agradeço a colaboração prestada.
- 2 CINTRA, L.L. Nova proposta de classificação dos dialectos galego-portugueses. *Boletim de Filologia*, Lisboa (XXII) 1971, 22:81-116, 1971.
- 3 Para maior desenvolvimento desta questão, consultar Mateus, Maria Helena Mira (1975, *Aspectos da Fonologia portuguesa*. 2.ed., Lisboa, INIC, 1980.
- 4 Muitos dialectos brasileiros mantêm as duas vogais em hiato, sem inserção de consoante.
- 5 Em alguns dialectos galegos (embora geograficamente minoritários) ainda se encontra a vogal nasalizada: *ex. irmam, gram*.
- 6 A representação gráfica desta consoante é um dos pontos da actual controvérsia sobre a norma ortográfica na Galiza.
- 7 A nasalidade de muitas vogais do galego, embora fraca, é claramente audível para os estrangeiros. A tradicional interpretação de total desnasalização nestes dialectos deve-se, segundo creio, à influência do castelhano, que cria nos próprios galegos a expectativa da inexistência desse traço.
- 8 Esta interpretação poderia ser explorada no âmbito da discussão teórica sobre a diferença entre gramáticas de diferentes dialectos: tratar-se-á de formas subjacentes diversas, ou a variação ocorre no desenvolvimento da derivação, em etapas "superficiais". Embora não pretenda, de momento, argumentar sobre essa questão, é evidente que considero correcta a segunda hipótese.
- 9 AGAL. *Estudo crítico das Normas Ortográficas e Morfológicas do idioma galego*. Ourense, 1983, p.30.
- 10 *Ibid.*; p.37.

A DIVERSIDADE DO PORTUGUÊS BRASILEIRO E
SEU ENSINO AOS POVOS INDÍGENAS*

Rosa Virgínia Mattos e Silva (UFPA)

RESUMO

O artigo discute o problema da diversidade lingüística brasileira e seu reflexo sobre o processo de escolarização dos grupos indígenas brasileiros. A multiplicidade dos processos de contacto entre grupos indígenas e a sociedade dominante, somada à diversidade das línguas indígenas e à diversidade dialetal do português, torna o problema complexo diante da resultante variedade de situações sociais. A discussão do problema conduz à conclusão de que o processo de escolarização dos grupos indígenas brasileiros deve ser pensado de acordo com cada situação lingüística e social real e nunca como um modelo uniforme e uniformizador.

1 O objetivo deste trabalho é inserir a questão da transmissão sistemática do português aos povos indígenas no âmbito da discussão do ensino da língua portuguesa no Brasil e no âmbito da discussão sobre alfabetização/literatização dos Índios. Se, hoje, um ensino do português padronizado nacionalmente é questionado fortemente para segmentos nacionais portadores do português como língua materna, a questão se torna muitas vezes mais complexa quando se trata da "literatização" por aprendizagem sistemática, isto é, via escola, de segmentos nacionais portadores de outras línguas, muitas outras línguas, como língua de berço.

Esse fato exige uma reflexão realista sobre a diversidade da língua portuguesa em função da heterogeneidade

das situações aculturativas ou de graus de contacto existentes entre os diversos povos indígenas, portanto entre as diversas línguas indígenas, e os segmentos brasileiros portadores da língua oficial e majoritária brasileira, o português.

Embora o meu objetivo primeiro seja o que acabei de enunciar, não consigo evitar discutir alguns pontos referentes à chamada "questão da educação indígena". Essa discussão decorre do estímulo desencadeado pela releitura recente de duas publicações pioneiras e fundamentais sobre a questão em causa: o livro publicado em 1981 pela Comissão Prô-Índio de S. Paulo¹ e o nº 4 dos *Cadernos de estudos linguísticos* da UNICAMP².

Não quero também deixar de dizer que não sou antropóloga, nem pedagoga, nem lingüista; sou professora de português e por isso mesmo me sinto na obrigação, e disso gosto, de acompanhar a reflexão de antropólogos, pedagogos e lingüistas sobre a questão da educação indígena. Além disso, como pesquisadora da língua portuguesa tive oportunidade de observar de perto uma situação de contacto linguístico língua indígena/língua portuguesa, a dos kamayurá do Alto Xingu. Apesar dessa experiência restrita de trabalho de campo em área indígena, não me sinto forasteira nessa seara, uma vez que de mais ou menos perto venho convivendo desde pelo menos 1965 com o desenrolar-se da questão das minorias indígenas brasileiras. Declarado assim o âmbito da minha competência, sinto-me à vontade para tentar contribuir com alguma reflexão sobre a questão da literatização — acho esse termo menos restritivo do que alfabetização — das populações indígenas brasileiras.

2 Muitos questionamentos vêm sendo colocados sobre

vários aspectos do problema. Parece não haver unanimidade entre os especialistas para responder a quase todos eles. Isso reflete a complexidade política, científica e prática que envolve a questão. Tais como:

. Educação indígena? Educação para o índio? Educação pró-índio? Parece que o sim majoritário pesa para a última formulação. Todos que hoje desejam participar com o índio do seu processo de liberação ou de libertação defendem uma "educação pró-índio".

. Se decidida a questão anterior, realizá-la como? Levando um "prato feito"? Ouvir o que o índio tem a dizer sobre a questão? Derrotada a primeira posição por seu autoritarismo ideológico, também a segunda por alguns considerada paternalismo protecionista; descobrir então as idéias, princípios ou teorias subjacentes nas culturas indígenas a respeito de educação e linguagem para daí elaborar o caminho pedagógico mais adequado, por menos condicionado pelas nossas idéias, princípios e teorias estrangeiras? Defendem alguns especialistas essa terceira atitude.

. Com que língua conduzir o processo de literatização, iniciado pela alfabetização: nas línguas indígenas? Na língua portuguesa? Em que "língua portuguesa?" Educação bilíngüe? Bi-alfabetização? Esse problema, é claro, não se coloca para as duas situações extremas — limites do diversificado *continuum* de situações de bi/multilingüismo — a das sociedades indígenas que só falam língua indígena e a das sociedades indígenas que já não falam língua indígena. No primeiro caso, já raro, entra outra questão — será válido ou culturalmente empobrecedor tirar essas comunidades de sua oralidade tradicional?

Diante dessas questões em discussão e de outras que não mencionei, acho que há, no entanto, dois pontos em

que se pode hoje fechar na política linguístico-educacional das populações indígenas do Brasil, pontos que conduzem a uma conclusão única:

Primeiro: lutar para a preservação das línguas indígenas, fomentando antes de mais, a sobrevivência de suas sociedades nos seus territórios originais, para que não percam o desejo de manterem suas línguas de berço, como se pressente no depoimento do M̄ky (contactados s̄o em 1971, localizados em Mato Grosso): "Pra que escrever m̄ky? Em português bom. Funai escrever, fazendeiro escrever, M̄ky, para quem que escrever?"³ Nem todos os povos indígenas reagem ao português como os Maxakali do Nordeste de Minas Gerais, que, contactados desde o século XVIII, continuam resistindo, o que levou a não ter êxito a sua alfabetização em português⁴.

Segundo: transmitir a língua portuguesa sistematicamente, isto é, via escola, na medida das solicitações, que certamente refletirão necessidades aculturativas reais de cada sociedade indígena. É, por exemplo, o caso dos M̄ky já mencionado e do velho índio Krahô: "Pra quê? pra quê ensinar na língua? Na língua nós já sabemos"⁵.

Portanto, a política linguística que de tal colocação decorre é aquela que defende a diversidade linguística brasileira, tanto no que se refere ao multilinguismo (línguas indígenas/língua portuguesa) como ao multidialetalismo da língua portuguesa. Vale dizer que entendo por dialeto qualquer variante de uma língua histórica.

Talvez não seja necessário destacar que a lei 5.692, de 1971, que regulamenta a educação de 1ª e 2ª graus, estabelece que o ensino no Brasil "será ministrado na língua nacional". Desconsidera portanto a lei o multilinguismo que decorre do pluralismo cultural brasileiro.

2.1 O primeiro ponto que destaquei é óbvio que envolve na sua raiz uma política indigenista que se proponha e efetivamente defender os direitos do índio e as sociedades indígenas da exploração progressiva de seus territórios e que, portanto, fomente condições essenciais que permitam aos diversos povos indígenas manterem ou revitalizarem a sua cultura tradicional.

É claro que o aqui dito implica em um trabalho político que extrapola o âmbito de especialistas e envolve uma prática que atinge a sociedade brasileira na sua totalidade. Sem dúvida muito não se tem conseguido, mas muitos a isso se têm dedicado, nos últimos anos, no âmbito da sociedade civil brasileira.

Além da revitalização das línguas indígenas de corrente do estabelecimento de condições de sobrevivência das culturas indígenas, há, sem dúvida, necessidade do conhecimento efetivo das línguas indígenas, em função não só do aspecto cultural enriquecedor da humanidade que envolve a valorização de qualquer língua, como também da necessidade de documentação desse conjunto de línguas, que os indicativos históricos apontam estar, se não em perigo de desaparecer, pelo menos em perigo de ser segregado.

Além disso, se defendo que o processo de alfabetização e literatização posterior deve ser desenvolvido na língua que a comunidade em causa considere mais instrumental, o conhecimento efetivo das línguas indígenas é uma condição básica para alfabetização/literatização nessas línguas quando forem elas escolhidas. De fato, pelo que se pode depreender de depoimentos publicados, os que têm trabalhado com alfabetização em línguas indígenas, em geral, não dominam tais línguas em um grau de conhecimento que permita dar conta da língua na sua totalidade, fator essencial

para um trabalho de alfabetização efetivo, como bem ressaltava R. Montserrat no estudo já citado.

Diante dos argumentos anteriormente apresentados, vê-se que — e todos os que a isso se dedicam o sabem — o trabalho que existe a fazer no âmbito das línguas indígenas brasileiras, apesar do que existe ser muito significativo e admirável, ainda está muito distante das por mim suspostas exigências da realidade.

A defesa das línguas indígenas exige portanto um extenso e intenso trabalho estritamente lingüístico e lingüístico-pedagógico. Seriam de priorizar-se, por isso, na política geral da educação brasileira, incentivos que permitissem o efetivo conhecimento científico das línguas indígenas e sua documentação, além da possibilidade de aplicação pedagógica de ambos entre os grupos indígenas. Para isso, nas numerosas universidades brasileiras, e em outros centros de pesquisa lingüística que existem, deveria haver sempre um espaço para a pesquisa das línguas indígenas, com fins analíticos e documentativos e com objetivos de aplicação pedagógica.

2.2 O segundo ponto, e aqui chegamos ao objetivo básico desta reflexão — a transmissão da língua portuguesa, sistematicamente, isto é, via ensino, na medida das solicitações de cada povo indígena —, exige que se coloque o problema no âmbito maior do ensino da língua portuguesa no Brasil, nação pluricultural.

O ensino tradicional do português, que visa a transmissão de um dialeto padrão ou *standard* culto codificado nas gramáticas pedagógicas, segundo moldes lingüísticos da língua literária escrita ou, na melhor das hipóteses, da fala culta urbana, se mostra cada vez mais inade-

quado para um ensino que vise a desenvolver a língua portuguesa falada e escrita ao longo do processo de escolarização, a partir da alfabetização. Se tal prática pode ser produtiva em grandes escolas particulares de centros urbanos, cada vez mais fica atestado que muito do fracasso dos estudantes se deve a um ensino inadequado da língua materna nos primeiros anos escolares, já que há uma defasagem entre a "língua da escola" e a da massa de crianças/adultos que frequentam escolas nas periferias urbanas e nas diversas áreas regionais do país.

Dever-se-ia então partir para reconhecer essa realidade lingüística diversificada, ainda parcamente conhecida, e a partir daí desenvolver-se um trabalho pedagógico que privilegiasse essa diversidade e no decorrer das séries escolares introduzisse a formação necessária ao acesso ao dialeto padrão socialmente privilegiado, já que da escola, vista infelizmente como instrumento de ascensão social, espera-se um preparo para a reprodução da sociedade estabelecida e não para a reformulação do *status quo*.

Se, no contexto da sociedade brasileira não-índia, tal diversificação no ensino do português se propõe, que dizer do ensino do português como língua estrangeira a populações que usam o português em diversificados graus de domínio efetivo da língua? É sem dúvida indiscutível a colocação de M.E. Ladeira, no artigo já citado, "Sobre a língua da alfabetização indígena":

Não é perfeitamente dispensável, senão ridículo, querer ensinar os índios a falar o português da maneira como os "brancos da cidade" consideram correto? Pelo contrário, é necessário considerar esta estrutura do português do contacto, ou seja, recolher e identificar previamente as formas do português falado pelos índios na elaboração de qualquer material para alfabetização. (pág. 172)

Diante desse princípio, a alfabetização dos povos indígenas em língua portuguesa coloca problema análogo ao da alfabetização nas línguas indígenas: requer um estudo sistemático das variedades dialetais da língua portuguesa no Brasil nas áreas em que a língua portuguesa está em contacto com línguas indígenas. Estou certa de que menos se fez nesse campo dos estudos lingüísticos no Brasil, do que no estudo das línguas indígenas. O estudo do "português do contacto", como o denomina M.E.Ladeira, implica no estudo das línguas indígenas e suas interferências, no português assistematicamente adquirido pelos índios do Brasil.

A depender do segmento brasileiro que entra em contacto com o grupo indígena, o dialeto brasileiro em causa terá seus traços ou isoglossas caracterizadores; e, a depender da língua indígena em causa, as interferências no português aprendido assistematicamente dependerão das características estruturais dessa língua.

Um exemplo ilustrativo pode ser depreendido da situação de contacto lingüístico kamayurã-português que tive oportunidade de estudar: em processo de ensino sistemático do português aos índios kamayurã, será um dado importante saber que os kamayurã não seleccionam como traço distintivo a sonoridade que no português opõe [p:b; t:d; k:g; f:v; s:z; ʃ:ʒ]. Isso leva o kamayurã, falante de português, em grau maior ou menor, a depender do seu nível de fluência em português, a articular como surdas todas essas consoantes ou a articular como variantes livres os pares opostos do português⁶. Essa diferença entre sistemas lingüísticos se refletirá no processo pedagógico. Pode-se antever o tipo de dificuldade que se apresentará ao alfabetizador que não esteja consciente da diferença des-

crita.

Esse é apenas um fato fonológico em uma determinada situação de contacto. Considere-se a complexidade intrínseca a cada sistema lingüístico e se poderá avaliar o significado de um conhecimento prévio das línguas indígenas necessário ao alfabetizador, em português, de grupos indígenas.

Uma situação científica ideal exigiria que se dispusesse de gramáticas contrastivas português/N línguas indígenas como instrumento básico sobre o qual se planejará o processo de alfabetização/literatização de cada povo indígena. Seria procedente sugerir que nas universidades brasileiras e em outros centros de pesquisa lingüística, associados ao estudo analítico das línguas indígenas, se desenvolvessem estudos sobre as diversas manifestações do "português do contacto" existentes no Brasil. O que seria uma documentação fundamental para o conhecimento sistemático do português brasileiro, além da sua possibilidade de aplicação prática de natureza pedagógica, em muitos casos já necessária.

Diante do exposto nesse item, poder-se-ia levantar a questão: parar as alfabetizações em curso para esperar tais situações ideais quanto ao conhecimento das línguas indígenas e do "português do contacto"? É claro que não. Do relato lido sobre experiências de alfabetizadores nas duas publicações mencionadas, só me parece haver uma posição possível: ir em frente, com a informação/formação lingüística de que se dispõe, quer no que diz respeito às alfabetizações em línguas indígenas, quer nas alfabetizações em português. O alfabetizador, com o impulso interior que o leva a enfrentar o campo, com bom senso, sensibilidade e um preparo mínimo que lhe permita discernir os proble-

mas com que se defronte darã conta do seu objetivo, senão completamente, pelo menos como um ponto de partida. Não deixa de ser uma aventura, uma bonita aventura pedagógica, em que a capacidade criativa e imaginativa de alfabetizador/alfabetizando vai ter um grande peso, já que não disporão de receitas previamente testadas. Não quero deixar de mencionar que em tal aventura já se encontraram alguns. Lembro aqui o relato sobre *A escola Kaxi* (entre os Kaxinauã do Acre) de M.da Conceição Oliveira e Keilah Diniz⁷: sem saberem elas muito do kaxinauã e pouco sabendo os índios do português, conseguiram transmitir o mecanismo da escrita aos índios, que além de poderem escrever o português que sabiam, transferiram espontaneamente o mecanismo para escrever sua própria língua. O trabalho resultou numa situação de bi-alfabetização, sem que isso tivessem planejado.

3 Se a diversidade do português indígena deve ser respeitada e considerada no processo de alfabetização/literatização dos índios, portanto, em uma política linguística a ser traçada em relação aos povos indígenas, esse fato tem de ser um dos seus princípios norteadores. Uma outra questão, no entanto, se impõe diante da realidade da emergência política dos índios, que, há já alguns anos, se defrontam, sem intermediários oficiais, com os administradores do poder da sociedade dominante.

Considere-se o caso exemplar de Mário Juruna, índio xavante deputado federal. Em outubro de 1983 quase teve a cabeça cortada por não dominar a retórica metafórica e ambígua, caracterizadora de segmentos políticos da sociedade dominante. Chamou de "ladrões" importantes agentes do poder e, para salvar-se, teve de retratar-se em carta metafórica, certamente com a mediação de assessores (já utili-

za a expressão "tomada da terra pelo branco"). Vê-se assim que o domínio do dialeto padrão, socialmente exigido, se torna um instrumento necessário aos índios em certas situações de confronto político. E não apenas as regras gramaticais do dialeto padrão, instituídas em um processo histórico que legitima certas formas de dizer — o que dizer, como dizer, onde dizer — mas também as regras do discurso, decorrentes de ser a linguagem, além de instrumento de comunicação, suporte do pensamento e "lugar de confronto ideológico, em que a significação se apresenta em toda sua complexidade", como bem diz E.Orlandi⁸.

Diante dessa situação de fato, em qualquer política linguística que se trace hoje, em favor do índio brasileiro, dever-se-ia levar em consideração o significado político de um treinamento linguístico das lideranças indígenas para o domínio do dialeto padrão, entendido no seu sentido amplo, que envolva não só a transmissão das regras gramaticais do dialeto socialmente privilegiado, mas também o desenvolvimento do domínio do adequado/não-adequado às diversas situações sócio-políticas; isto, no âmbito do entendimento da linguagem como instrumento não apenas de comunicação, mas de persuasão, isto é, no caso, como instrumento ou arma que favoreça o índio na luta por seus direitos.

Se o confronto do índio com o poder detido e gerido pelos não-índios é desigual e assimétrico em, e por, circunstâncias várias, a desigualdade linguística pode ser senão sanada, pelo menos minorada, já que me parece ser mais fácil treinar bem líderes indígenas no seu uso discursivo do português, do que convencer o sistema vigente a aceitar o diálogo multidialetal e muito menos multilíngüe. Acho que há que se pensar nisso, pelo menos por enquanto...

Para concluir, e como epígrafe deslocada, transcrevo palavras de Umberto Eco, ambientadas no século XIV, quando o não falar latim, mas só "vulgar", poderia levar à fogueira:

*Hã palavras que dão poder, outras que deixam mais desamparados, e dessa espécie são as palavras vulgares dos simples, a quem o Senhor não concedeu o saber exprimir-se na língua universal da sabedoria e do poder.**

Mutatis mutandis é o que se vê hoje, já que o discurso da Autoridade com dificuldade extrema parece admitir o discurso do Outro.

ABSTRACT

The article discusses the Brazilian linguistic diversity problem and its reflex on the schooling process of Brazilian indian groups. The multiplicity of interaction processes between indigenous groups and the dominant society, summed up to the diversity of the indian languages and the dialectal diversity of the Portuguese language, makes the problem complex in the face of the variety of social situations. The argument leads to the conclusion that the schooling of the Brazilian indigenous groups must be planned according to each real situation and never as an uniform and uniforming model.

NOTAS

- 1 COMISSÃO Pró-Índio-S.P. (eds.). *A questão da educação indígena*. São Paulo, Brasiliense, 1981.
- 2 *CADERNOS de estudos lingüísticos*, nº 4 (*Lingüística indígena e responsabilidade social*). Campinas, UNICAMP/FUNCAMP, 1983.
- 3 MONTSERRAT, R.M.F. Vale a pena alfabetizar 28 pessoas?" In: *CADERNOS de estudos lingüísticos* 4. p.119.

- 4 NASCIMENTO, Neli F. do. Uma experiência em educação bilíngüe com o povo Maxakali. Id. *ibid.*, p. 155-64.
 - 5 LADEIRA, M.E. Sobre a língua da alfabetização indígena. In: *A questão da educação indígena*. p.172.
 - 6 SILVA, M.B. da & SILVA, R.V. Mattos e. Um traço do português kamayurã. Um momento no processo de aquisição do português. *Universitas* 34. Salvador, UPBA, out./dez. 1985. p.93-107.
 - 7 Cf. *A questão da educação indígena*. p.35.
 - 8 ALGUMAS considerações discursivas sobre a educação indígena. In: *CADERNOS de estudos lingüísticos* 4. p.125.
 - 9 *O nome da rosa*. Rio, Nova Fronteira, 1983. p.377.
- * Trabalho apresentado oralmente em Mesa Redonda da XIV Reunião Brasileira de Antropologia, Brasília, abril de 1984.

FINHA NASCENTES RAZÃO?
(Considerações sobre a
divisão dialetal do Brasil)

Suzana Alice M. Cardoso (UFBA)

R E S U M O

O trabalho examina a divisão dialetal do Brasil, proposta por Antenor Nascentes, à luz dos dados fornecidos pelo *Atlas prévio dos falares baianos* e pelo *Ebopo de um atlas lingüístico de Minas Gerais* para concluir pela atualidade da proposta pelo menos no que se refere à delimitação dos "falares baianos".

1 Na primeira edição de *O Linguajar carioca*, publicada em 1922, ANTENOR NASCENTES propõe uma divisão dialetal do Brasil com base na observação de dois aspectos da realidade lingüística brasileira: a) a realização aberta das vogais pretônicas, ressalvados determinados casos de derivação, ao Norte e a sua inexistência ao Sul; b) a "cadência" diferente, "cantada" ao Norte e "descansada" ao Sul. Nessa divisão, que declarou tê-la feito após haver percorrido "pequena parte do nosso território"¹, identifica quatro grupos de falares:

1 Nortista (Amazonas, Pará, litoral dos Estados desde Maranhão até a Bahia).

2 Fluminense (Espírito Santo, Rio de Janeiro, Sul de Minas, Distrito Federal [de então, a cidade do Rio de Janeiro de hoje]).

3 Sertanejo (Mato Grosso, Goiás, Norte de Minas, sertão dos Estados litorâneos desde o Maranhão à Bahia).

4 Sulista (São Paulo, Paranaíba, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Triângulo Mineiro).

Em 1933 altera a sua divisão, "atendendo às ponderações de Lindolfo Gomes"² e apresenta no mapa dialeto lógico do Brasil publicado em *O idioma nacional*, nova posição na qual cria uma zona Norte, constitui uma zona Nordeste e integra o sul de Minas Gerais com o grupo Sulista. Mais tarde, 1953, ao publicar a segunda edição de *O linguajar carioca*, declara:

*Hoje que já realizei o meu ardente desejo de percorrer todo o Brasil, do Oiapoc ao Xulé, de Recife a Cuiabá, fiz nova divisão que não considero nem posso considerar definitiva, mas sim um tanto próxima da verdade.*³

A nova proposta divide o falar brasileiro em seis subfalares, reunidos em dois grandes grupos, identificados como Norte e Sul e caracterizados segundo a cadência e a presença/ausência de pretônicas abertas em vocábulos que não sejam diminutivos nem advérbios em *-mente*. O limite entre esses dois grandes grupos define-se como sendo, nas próprias palavras de NASCENTES, "da foz do rio Mucuri, entre Espírito Santo e Bahia, até a cidade de Mato Grosso, no Estado do mesmo nome, passando cerca de Teófilo Otoni, Minas Novas, Bocaiúva, Pirapora, Serra da Matta da Corda, Carmo do Paranaíba, rio Paranaíba, rio São Marcos, Arrepíndidos, Santa Luzia, Pirenópolis, rio das Almas, Pilar, foz do rio dos Araés, Cuiabá e Mato Grosso"⁴. Os subfalares do Norte são dois: o *amazônico*, compreendendo o Acre, o Amazonas, o Pará e parte de Goiás da foz do Aquidauã à Serra do Estrondo; e o *nordestino* que abrange os Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas e parte de Goiás que vai da Serra do Estrondo à nascente do Parnaíba. Os subfalares do Sul são quatro: o *baiano*, que

declara ser o intermediário entre os dois grupos, abrangendo Sergipe, Bahia, Minas Gerais (Norte, Nordeste e Noroeste), Goiás (da nascente do Paranaíba, seguindo pelas Serras dos Javaís, dos Xavantes, do Fanha e do Pilar até a cidade de Pilar, rio das Almas, Pirenópolis, Santa Luzia e Arrepíndidos); o *fluminense* que compreende o Espírito Santo, o Estado do Rio de Janeiro, o então Distrito Federal (hoje cidade do Rio de Janeiro), Minas Gerais (zona da Mata e parte do Leste); o *mineiro* que se situa no Centro, Oeste e parte do Leste de Minas Gerais; e o *sulista* compreendendo São Paulo, Paranaíba, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Minas Gerais (Sul e Triângulo Mineiro), Goiás (Sul) e Mato Grosso (Mapa 1).

A publicação do *Atlas prévio dos falares baianos* (APFB)⁵ e do *Esboço de um atlas lingüístico de Minas Gerais* (EALMG)⁶ enseja um exame dos limites estabelecidos por NASCENTES em confronto com aqueles que se podem fixar a partir dos dados registados nesses dois atlas. E isso é o que nos estamos propondo fazer.

2 O *falar baiano* (Mapa 2), no que se refere aos Estados de Minas Gerais e Bahia, recobre este integralmente e aquele na sua parte Norte, Nordeste e Noroeste e se afirma, na concepção do autor, por seu caráter de intermediário, de zona de transição entre os dois grandes grupos de falares. O exame de todas as ocorrências de vogal média — seja anterior, seja posterior — pretônica no APFB e no EALMG nos permitirá estabelecer com precisão os limites do traço, pelo menos no que se refere a essa área dialetal do Brasil.

2.1 No APFB documentam-se vogais médias pretônicas

Estudos (5): 49-59, dez. 1986

nas cartas de número 2, 8, 9, 13, 19, 32, 35, 40, 44, 46, 48, 50, 52, 62, 63, 67, 75, 89, 91, 92, 99, 133, 144 e 149, que nos fornecem um total de 27 formas em questão. O exame de tais cartas (Quadro 1) permite-nos verificar que o índice de maior frequência coube às vogais médias abertas, tanto no que diz respeito à vogal da série das anteriores quanto àquela da série das posteriores, como, resumidamente, se pode observar na Tabela abaixo.

VOGAIS	[ɛ]	[e]	[i]	[ɔ]	[o]	[u]
ÍNDICE DE OCORRÊNCIA	256	61	54	176	48	125

Acresce a isso o fato de as ocorrências de [e] e [o] distribuírem-se de forma generalizada pelo território baiano o que demonstra a inexistência de área ou áreas específicas. A distribuição das ocorrências de [e] e [o] permite-nos concluir que a presença das vogais médias fechadas em posição pretônica não se define como traço característico de região, mas configura-se como uma variante livre de [ɛ] e [ɔ], que se afiguram como realizações básicas na área.

2.1.1 Os dados interpretados exclusivamente à luz dos números evidenciam que, de referência à alternância [e] :: [ɛ], [e] documenta-se em 19% dos casos anotados e, como realização majoritária, em 2% dos itens lexicais. O exame de cada uma destas ocorrências, porém, permite-nos verificar que podemos chegar a conclusões ainda mais favoráveis à predominância da realização [ɛ] do que aquela simplesmente atestada pelos números, a partir do exame de possíveis condicionamentos determinantes do fechamento da vogal.

Assim em TER / TRE — (N/S)ANTONTE é muito provável que a associação com o numeral três tenha conduzido à realização fechada, explicando-se, desse modo, as 33 ocorrências de [e] para apenas 11 de [ɛ]. No caso de REJEITO, em que a relação [e] / [ɛ] é de 8 para 2, não seria por um processo associativo o caminho da explicação. Cremos que neste caso específico a harmonização vocálica atuou de maneira mais intensa motivando o fechamento da pretônica inicial. Em todas as oito ocorrências de [e], observa-se que a sílaba tônica se constitui ou do ditongo [ei] (cinco vezes) ou simplesmente da vogal [e] (três vezes). Neste último caso convém assinalar que todos eles registam simultaneamente a realização africada palatal surda do que nos demais casos se apresenta constrictiva dental surda como inicial da sílaba final. No que se refere a FEITICEIRO, último caso a considerar-se tendo em vista a representatividade das ocorrências, a relação é de 8 para 8, o que mostra equilíbrio dentro do quadro geral de diversidade de realizações que a forma oferece no território baiano.

2.1.2 Os casos que atestam a presença da vogal média posterior revelam também uma presença majoritária da realização [ɔ], ficando apenas duas das quinze ocorrências privilegiadas com a maior incidência de [o], TORNOZELO e RODETE. Para o primeiro caso — TORNOZELO — verifica-se, com exclusividade, a presença de [o] (além de um único caso de [u]), fato que pode explicar-se pela associação a TORNO, tipo de cabide de uso na área (cf. APFB, carta 70). O segundo caso — RODETE —, por razões etimológicas, deveria estar mais próximo da realização com [ɔ], nada obstante prevalecem as ocorrências com [o] que podem ser explicadas também por um processo de harmonização vocálica.

2.2 O *O esboço de um atlas lingüístico de Minas Gerais* apresenta-nos a isófonona do [ɛ] e do [ɔ] na Carta 46 (ver Mapa 3), cujo exame permite-nos as seguintes considerações:

1 a área mineira de realização de [ɛ] e [ɔ] situa-se predominantemente no Norte, Nordeste e Noroeste;

2 as alternâncias [e]:: [ɛ] e [o]:: [ɔ] apresentam-se na parte mais extrema desta região Norte, nas suas vizinhanças com a região central do Estado.

Se se acrescentam a informação desta Carta 46 as observações que podem ser feitas à distribuição das formas NEBLINA (Carta 11), RELÂMPAGO (Carta 19), ZELACÃO (Carta 23) e PEGADOR (Carta 35), obtêm-se dados que corroboram os delimitados pela referida carta. Assim, no que diz respeito às formas realizadas com [ɛ] e [ɔ] exclusivamente, verifica-se que ocupam a metade Norte do território mineiro, notando-se, no que se refere a NEBLINA, a presença de casos esporádicos de realização com [ɛ] no extremo Sul, pontos 42, 51, 90, 98.

Os dados, pois, do *EALMG* permitem-nos detectar muito claramente na metade Norte de Minas Gerais uma área dialetalmente diferenciada daquela que se esboça ao Sul, caracterizada pela presença de vogais médias abertas, anterior e posterior, em posição pretônica.

3 NASCENTES ao estabelecer a divisão dos falares brasileiros considerou como integrantes do **falar baiano** as áreas geográficas correspondentes aos Estados de Sergipe e Bahia integralmente, a parte Norte, Nordeste e Noroeste de Minas Gerais e a faixa Leste de Goiás. O confronto dos dados registados pelo *APFB* com os que se documentam no *EALMG* permite-nos avaliar, de forma objetiva, os limites traçados

por NASCENTES no que se refere a esta parte dos falares **baianos**, ensejando as observações/conclusões que seguem.

3.1 Há uma unidade lingüística configurada pelo Estado da Bahia e a parte Norte/Nordeste/Noroeste de Minas Gerais explicitada na presença das vogais médias abertas pretônicas, documentadas majoritariamente na área.

3.2 A linha que demarca a fronteira entre o **falar baiano** e o **mineiro** e o **fluminense**, traçada a partir dos dados fornecidos pelos dois atlas, aproxima-se consideravelmente dos limites estabelecidos por NASCENTES.

3.3 Diante de tais evidências, só nos cabe concluir: **TINHA (TEM) NASCENTES RAZÃO.**

RÉSUMÉ

Le travail consiste en un examen de la division dialectale du Brésil, proposée par Antenor Nascentes. A la lumière des données fournies par l'*Atlas prévio dos falares baianos* et par l'*Esboço de um atlas lingüístico de Minas Gerais*, il se conclut par l'actualité de la proposition qui concerne la délimitation des "parlers bahianais".

NOTAS

- 1 *O Linguajar carioca*. 2.ed., Rio de Janeiro, Organização Simões, 1953. p.23.
- 2 *Ibid.*, p.23.
- 3 *Ibid.*, p.24.
- 4 *Ibid.*, p.25.
- 5 ROSSI, N. et alii. Rio de Janeiro, MEC/INL, 1963.
- 6 ZÁGARI, M.R.L. & RIBEIRO, J. MEC/Fundação Casa de Rui Barbosa, Universidade Federal de Juiz de Fora, 1977.

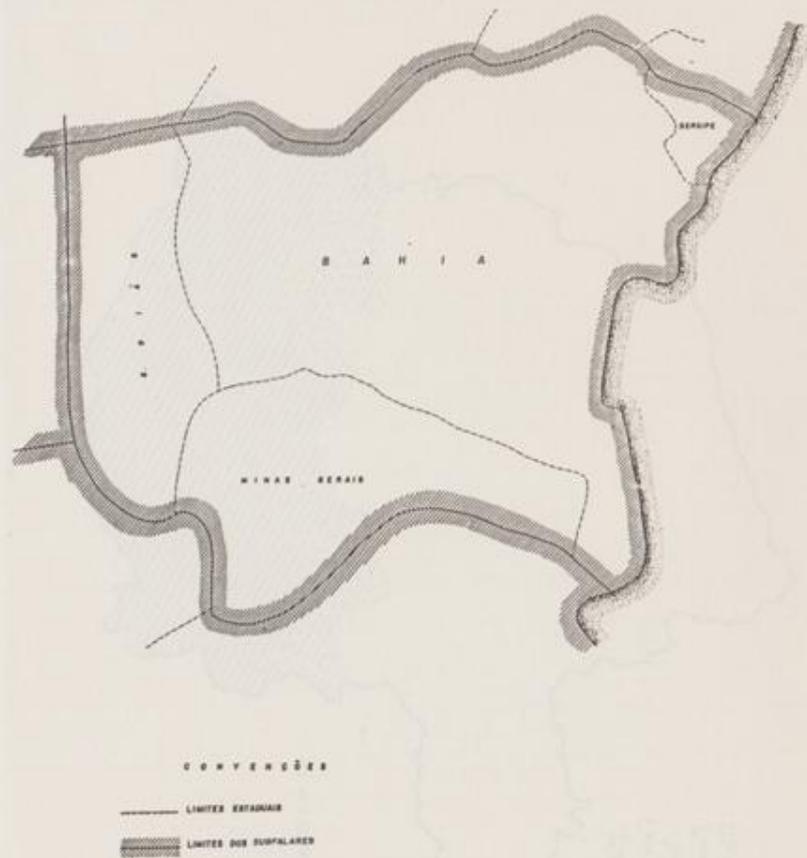
QUADRO 1 -- VOGAIS MÉDIAS PRETÔNICAS NO APFB: ÍNDICES DE OCORRÊNCIAS

CARTA Nº	FORMAS	ÍNDICES DE OCORRÊNCIAS DE									
		[e]	[ø]	[i]	[ej]	[øj]	[ɔ]	[o]	[oj]	[ɔj]	[øj]
2	ZE VE LAÇÃO	34	1								
8	TER TRE ON(S)ANTONTE	11	33								
9	TROVADA	2	1	5			14	1	9		
13	RETRADA	4			1						
19	TAUÉ						9	4			
32	CORAÇÃO						5				
35	RODETE						3	20	2		
40	VERDADEIRA	7									
44	MEHADA	27									
46	PORCELANA						7	6	44		
48	COITÉ						4		30	26	
50	ESCALDO	51		2							
52	TORRADO						31				
62	SOOLA						2	1	6		
	SOLACHA						1		13		
63	MOCOTÓ						5				
	TORMOZELO							2	1		
	REJEITO	2	8								
67	VERÔNICA	62									
75	OPADO						37	6	10		
88	PERÇA	17	3								
91	TERÇOL	15	4		1	33					
92	DORDOLDO						56	7			
99	FEITICEIRO	8	8	8	3	29					
133	MORINO	7	1	41							
144	SELEGOTE	9	1								
148	COXONILLO						2	1	20		



MAPA 1 - Reprodução da Carta II do APFB

LIMITES DO FALAR BAHIANO NA DIVISÃO NASCENTES



MAPA 2 - Reprodução da Carta III do APPB

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA



LEGENDA

— Limite do Estado

— Limite do Município

MAPA 3 - REPRODUÇÃO DA CARTA 46 DO EALMG

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA



ISÓCOSTA DE [6] E DO [3]

- [6] [6]
- [3] [3]
- [6] [6]
- [3] [3]
- [6] [6]

MAPA 3 - Reprodução da Carta 46 do EALMG

O USO DE INFORMAÇÕES
SOBRE A LINGUAGEM POPULAR
PARA ESCLARECER QUESTÕES DE LEXICOLOGIA *

In memoriam Antenor Nascentes

Brian F. Head (UNICAMP)

RESUMO

Numa tentativa de resolver a questão da origem do vocábulo móvito, este trabalho compara as informações de diversos dicionários gerais sobre esse vocábulo e outros da mesma raiz (mo ver, movido). As diferenças entre os verbetes correspondentes dos diversos dicionários gerais consultados, suscitam dúvidas não só em relação ao referido problema etimológico, mas também sobre algumas questões de forma, significado, uso e relações entre termos afins. Para esclarecer tais dúvidas, o presente estudo utiliza informações levantadas de vários trabalhos sobre linguagem popular, principalmente glossários de termos regionais e o *Atlas Prévio dos Palares Baixos*. Os resultados demonstram a relevância das informações sobre linguagem popular para a resolução de vários tipos de problema lexicológico, desde a descrição da forma do significante e a definição do significado até a caracterização dos usos e a identificação de relações sincrônicas e diacrônicas entre vocábulos com a mesma raiz ou entre diversos termos afins que alternam entre si no uso.

INTRODUÇÃO

A produção científica do Professor Antenor Nascentes distinguiu-se pela atividade fecunda em diversas áreas do estudo das línguas, incluindo-se, entre outras, a fonética descritiva, a dialetologia, a filologia românica e a investigação etimológica.

Dotado de bons conhecimentos fonéticos, e sempre atento aos progressos das ciências da linguagem em outros países, o Professor Antenor Nascentes defendeu, em várias ocasiões, a implantação de laboratórios de fonética experimental no Brasil. Chegou, inclusive, a colaborar num projeto, que falhou por motivos alheios ao seu controle, para estabelecer um laboratório no Rio de Janeiro, com equipamento importado. Mais tarde, manifestou, com eloquência e visão, seu entusiasmo pelo estabelecimento do Laboratório de Fonética na Faculdade de Filosofia da Universidade da Bahia¹.

Autor de uma das principais propostas de classificação das variedades regionais do português do Brasil², o Professor Antenor Nascentes demonstrava, como poucos, ter uma boa compreensão da relação entre a fonética, a dialetologia e outros ramos do conhecimento das línguas. Assim, reconhecia a necessidade de conhecimentos profundos da fonética como requisito para a elaboração dos atlas linguísticos no Brasil. Para estudos nas áreas da fonética e da dialetologia, confiava muito, desde sua inauguração, no novo laboratório de fonética, cuja equipe não tardou em dar provas de merecer tal confiança, pela realização do *Atlas Prévio dos Falares Baianos* (ROSSI *et alii*, 1963), trabalho de valor nunca demais reconhecido.

A maior obra do Professor Antenor Nascentes foi seu *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa* (1932), o qual representava, na época, grandes avanços no estudo das origens do léxico do português, mormente no que se refere a vocábulos típicos do Brasil. Fruto de trabalho em grande parte pioneiro, o *Dicionário* registra, além de numerosas propostas novas, muitas hipóteses de etimologia apresentadas tradicionalmente nos léxicos da língua portuguesa, algu

mas das quais careciam da investigação e estudo necessários para um fundamento mais seguro.

O presente trabalho tem como ponto de partida a questão da origem de móvito, termo para o qual o Prof. Nascentes registrou, em seu primeiro dicionário, uma etimologia tradicionalmente aceita, mas que sua obra posterior questiona. No intuito de esclarecer algumas dúvidas sobre esse vocábulo e suas relações com outros vocábulos afins, suscitadas pelas divergências entre verbetes correspondentes de diversos dicionários, o presente estudo utiliza informações de materiais sobre linguagem popular, especialmente de um tipo que o Prof. Nascentes preconizava e valorizava: dados dialetológicos registrados em transcrição fonética apurada³.

1 O PROBLEMA DA ETIMOLOGIA: MÓVITO DE MOVER?

No *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, Nascentes (1932, I, q.v.) inclui o verbete seguinte:
MÓVITO' - De mover (A.Coelho).

Nesse verbete conciso, há três informações importantes em relação à forma do vocábulo e à questão de sua etimologia: (a) a forma registrada é de padrão acentual proparoxítono; (b) tratar-se-ia de uma forma derivada do verbo português mover; (c) é essa a origem atribuída por A. Coelho.

A fonte da hipótese adotada por A.Nascentes na obra citada, é o seguinte verbete do *Dicionário Manual Etimológico da Língua Portuguesa* de Adolpho Coelho (1890):

Móvito, mō-vi-to, a.m. Parto prematuro, aborto (Mover).

Antes da publicação dos dicionários etimológicos de A.Coelho e A.Nascentes, já era tradicional atribuir a origem de móvito ao verbo mover, sem indicar dúvidas ou problemas quanto à etimologia proposta (v., p.ex., Bluteau 1712-86, Constâncio 1836, Faria 1855-57, Lacerda e Correa 1878-79). Portanto, não é estranho que grandes autoridades modernas tenham adotado essa hipótese de origem nas suas obras etimológicas pioneiras. Na aludida hipótese de derivação lexical, foram seguidas por José Pedro Machado (1952-59), embora com uma ressalva que sugere dúvida sobre a formação derivacional.

Para avaliar a referida hipótese de origem, é necessário examinar, em primeiro lugar, as relações entre o vocábulo original e o vocábulo derivado, em termos de (1) seus respectivos significados e (2) seus respectivos significantes⁴.

Quanto aos significados dos dois vocábulos, observa-se que os dicionários que registram móvito, geralmente (sem exceção, entre os que consultamos no presente estudo) indicam um sentido principal, ou único, que se alia à noção de "aborto", enquanto nem todos incluem esse mesmo elemento semântico nas definições de mover. É o caso, por exemplo, do dicionário etimológico do próprio A.Coelho e de alguns dicionários gerais correntes (v. § 2.2, *infra*). No entanto, uma possível diferença semântica entre os matices do verbo mover e o substantivo móvito, que dele seria derivado segundo a hipótese em questão, não representa fator de importância maior: há algo de comum entre os respectivos significados, e é perfeitamente plausível que o termo considerado como derivado tenha um sentido mais específico, ou mais restrito, do que o vocábulo que serviria de base, de acordo com processos de sinédoque, fenômeno bas

tante comum na evolução semântica.

Além disso, os principais dicionários clássicos da língua portuguesa, tais como Bluteau (1712-28) e Vieira (1871-74), assim como vários dicionários correntes, afiliam semanticamente mover e móvito. Por outro lado, essa relação semântica vem abonada em textos de diferentes épocas⁵ e, como se mostra adiante (§ 3.2), está fundamentada em variedades dialetais modernas.

Em suma, está estabelecida uma relação semântica compatível com a hipótese de origem tradicionalmente proposta, o que é condição necessária, mas não suficiente, para estabelecer sua validade. Surgem dúvidas, porém, quanto à formação derivacional que possa dar conta da relação entre os respectivos significantes.

Para chamar a atenção do leitor para o problema da suposta derivação do substantivo móvito do verbo mover, alguns autores recorrem ao simples uso do ponto de interrogação, o qual apenas indica alguma dúvida, sem esclarecer sua natureza. Serve como exemplo, Ferreira (1975): "Móvito (De mover?)...".

Mais elucidativo é o verbete reelaborado que Nascentes apresenta na sua obra posterior, o *Dicionário Etimológico Resumido* (1966), o qual inclui numerosos verbetes reformados. O novo verbete sobre móvito torna bem clara a existência de dúvida quanto à formação derivacional:

MÓVITO, A. Coelho deriva de mover q.v. A formação é pouco clara.

De modo semelhante, também na segunda edição do seu dicionário etimológico, J.P. Machado (1973) indica restrição quanto à formação derivacional, reafirmando assim a dúvida que já manifestara na edição original da obra.

No caso da derivação de um substantivo do verbo

mover, seria mais plausível do que môvito (ou "movito") a forma movido, a partir da formação regular do particípio -ido. É verdade que movido também vem registrado nos diccionários, mas geralmente com outro sentido (v. §§ 2.3 e 3.3 *infra*).

Quem examinar o caso de môvito em relação a outros casos de nomes proparoxítonos em -ito — bastante numerosos, aliás — encontrará uma explicação genealógica mais convincente.

A nova hipótese etimológica fundamenta-se principalmente no fato de haver numerosos vocábulos proparoxítonos que terminam em -ito, no português moderno, que correspondem a formas verbais latinas terminadas em -itu. Considera-se, em geral, que estas são os respectivos êtimos daqueles, introduzidos no português por via culta, durante um período que vai do século XIII ao XVII. Tal é o caso, por exemplo, de débito, hábito, lícito, mérito, insólito e muitos outros. Por outro lado, qualquer caso de substantivo proparoxítono terminado em -ito, derivado de algum verbo do próprio português, seria excepcional. Assim, o êtimo de môvito deveria ser a forma latina *movitu.

Embora não se conheça documentação desta forma no latim vulgar, os especialistas postulam sua existência como particípio passado regularizado, que corresponde a motus do latim clássico. Pode-se considerar essa forma como exemplo de uma evolução que resultou na formação de novos particípios passados⁶, e que permite recorrer a vários outros êtimos, documentados ou não (conforme o verbo), para explicar a origem de vocábulos proparoxítonos terminados em -ito, segundo hipóteses etimológicas mais simples e mais plausíveis do que seria possível de outra maneira (sem considerar como êtimo alguma forma latina em -itu). A própria forma *movitu é considerada atualmente

Estudos (5): 61-90, dez. 1986

como êtimo de alguns outros vocábulos do português (além de môvito) e do espanhol⁷. Finalmente, cumpre-nos observar que a investigação etimológica sobre termos, do português e de outras línguas hispânicas, que derivam de diversas formas do verbo latim movere, põe em evidência a antiga vitalidade e a fecundidade genealógica dessa voz⁸. Em suma, quem refletir sobre esses diversos aspectos da questão da origem de môvito em português, dificilmente dará preferência à explicação tradicional, fundamentada numa derivação flexional desconhecida e improvável, embora plausível em termos semânticos.

A hipótese etimológica mais recente, segundo a qual môvito em português vem de *movitu (um provável particípio passado de movere, do latim tardio) está cada vez mais difundida. Os autores de vários dicionários etimológicos posteriores às obras precursoras de A. Coelho (1890) e A. Nascentes (1932) registram a forma latina não documentada *movitu como hipótese para explicar a origem de môvito e de outros vocábulos em português e nas outras línguas hispânicas: o *REW* de Meyer-Lübke (1935), J. Corominas (1954), García de Diego (1954), J.P. Machado (1973) e A. G. Cunha (1982). Alguns dicionários gerais, não especialmente voltados para a etimologia, já incluem a hipótese mais recente e mais plausível (p.ex., Costa e Melo 1977), enquanto outros continuam a repetir a duvidosa explicação tradicional (p.ex., Ferreira 1975).

2 DIVERGÊNCIAS ENTRE OS DICIONÁRIOS

Se, por um lado, a consulta a diversos dicionários, junto com a reflexão sobre informações de outras fontes, contribui para resolver o problema da origem de môvi

to (ou, pelo menos, para elaborar uma hipótese mais plausível, fundamentada em considerações mais amplas do que a explicação de origem que se dava tradicionalmente), essa mesma consulta suscita, por outro lado, diversos problemas lexicológicos, devidos às divergências que ela revela, especialmente entre os verbetes correspondentes sobre móvito, mover e movido. Tais divergências encontram-se nos significados incluídos nas definições, nas formas registradas para representar os significantes, e nas relações indicadas entre os vocábulos.

2.1 MÓVITO

Enquanto no século XIX era comum a definição de móvito como "aborto, parto intempestivo e prematuro de mulher prenhe" (cf. Moraes 1813, Constâncio 1836, Faria (1855-57, Lacerda e Correa 1859), os dicionários gerais contemporâneos freqüentemente registram móvito no sentido de "parto prematuro, (parto por) aborto", sem referência à mulher (v., por ex., Aulete 1970, Bivar 1948, Fernandes 1960, Ferreira 1966 e 1975, Figueiredo 1954, Lello Universal s.d.).

Entre os dicionários gerais contemporâneos, há também algumas diferenças significativas. Por exemplo, enquanto outros associam o termo móvito exclusivamente ao ato de abortar, Nascentes, no dicionário da Academia Brasileira de Letras (ABL 1966), indica um significado relacionado com o produto desse ato: "Feto expelido antes do tempo". De modo semelhante, Torrinha (1946) inclui na definição "produto de parto prematuro".

Silveira Bueno (1968) aponta elementos de forma e de significado que diferem das informações comuns nos dicionários gerais contemporâneos. O verbe referente a "mo

vito", registrado sem acento (portanto, como paroxítono, em vez de proparoxítono), inclui na definição o sentido eu fênico ou figurado de "mau sucesso", além do sentido próprio de "aborto, ...parto antes do tempo", com a seguinte observação: "Na língua popular, diz-se movido".

Dentre os vários dicionários gerais modernos consultados no presente estudo, há também quem não registre o vocábulo móvito: por exemplo, Houaiss (1979) — que omite igualmente o sentido de "abortar" no verbe sobre mover, assim como o substantivo derivado movido.

2.2 MOVER

É extensa a variedade de sentidos registrados nos dicionários para definir o verbo mover. Como já vimos, era tradicional, e ainda é bastante comum, atribuir a origem de móvito ao verbo mover do próprio português, enquanto os dicionários geralmente registram móvito com o significado de "aborto", nem sempre se encontra o sentido de "abortar" nas definições de mover (v., por ex., Coelho 1890, Spitzer 1936, Nascentes, ABL 1966, Torrinha 1946, Houaiss 1979). Por outro lado, vários dicionários que incluem na definição de mover o sentido de "abortar" ou de "dar à luz, abortando", indicam que tal uso, especialmente como verbo transitivo, é próprio da linguagem antiga (p.ex., Bivar 1946, Aulete 1970, Figueiredo 1954, Freire 1954).

2.3 MOVIDO

A definição registrada comumente nos principais dicionários gerais da língua portuguesa no verbe sobre movido inclui o sentido de "raqüítico, pouco desenvolvido",

às vezes rotulado como "brasileirismo" ou de "uso figura do" (v., p.ex., Aulete 1970, Ferreira 1975, Freire 1954, d'Oliveira 1970, Silva 1959). Alguns dicionários gerais o mitem esse sentido, limitando-se a definições em termos mais genéricos, como, por exemplo, "impelido, ocasionado" (p.ex., Figueiredo 1954), enquanto outros não registram o vocábulo (p.ex., Houaiss 1975, Nascentes, ABL 1966, Sêguier 1910).

3 INFORMAÇÕES SOBRE A LINGUAGEM POPULAR

As divergências entre verbetes correspondentes de diversos dicionários gerais, assim como omissões comuns, suscitam dúvidas sobre môvito, mover e movido, e suas relações com outros termos. Algumas dessas dúvidas são representadas pelas perguntas seguintes:

1. Qual é o significado atual de mover, môvito e movido?
2. Que tipo de linguagem é caracterizado pelo uso desses vocábulos em determinados sentidos (relacionados com a noção de "aborto")?
3. Quais são as relações na linguagem contemporânea entre môvito, mover e movido e outros termos?
4. Qual é a forma corrente — ou, quais as formas correntes — do vocábulo môvito, segundo o padrão atual?

No intuito de esclarecer tais dúvidas, consideramos, para complementar os verbetes dos dicionários gerais, informações referentes ao uso de môvito, mover e movido (e formas relacionadas) e de outros termos afins na linguagem popular, oferecidas por alguns léxicos especializados (principalmente sobre vocabulário regional) e pelo *Atlas Prévio*

dos Falares Baianos (Rossi et alii 1963).

3.1 MÔVITO NA LINGUAGEM POPULAR

Entre os dicionários regionais consultados, são poucos os que registram o vocábulo môvito. No seu léxico sobre o "linguajar nordestino", Pinheiro (1955) registra o termo com a definição de "Parto prematuro; aborto", o que está de acordo com o significado genérico (sem que se limite a determinado domínio) comum nos dicionários gerais. Outros dicionários especializados referentes ao domínio da linguagem popular confirmam esse significado geral; p.ex., P. Chernoviz (1930), sobre medicina popular, e H. Almeida (1980), sobre termos eróticos.

Os dados do *Atlas Prévio dos Falares Baianos* (citado daqui em diante como o *APFB*) demonstram haver uma ampla alternância, nas respostas dos informantes, entre formas relacionadas com môvito, aborto e perca. Apresentamos na Tabela 1 as freqüências de ocorrências das formas que se relacionam com cada um desses termos, segundo o número de locais e de informantes representados pelos respectivos dados do inquérito do *APFB*.

	Locais (n=45)	Informantes (n=80)
<u>môvito</u>	82% (37/45)	59% (47/80)
<u>perca</u>	49% (22/45)	36% (29/80)
<u>aborto</u>	44% (20/45)	31% (25/80)

Tabela 1: Freqüência de ocorrência das formas relacionadas com môvito, perca e aborto, por local e informante, no inquérito do *Atlas Prévio dos Falares Baianos*. (Segundo as respostas à pergunta nº 71. Baseada nos dados da Carta 89.)

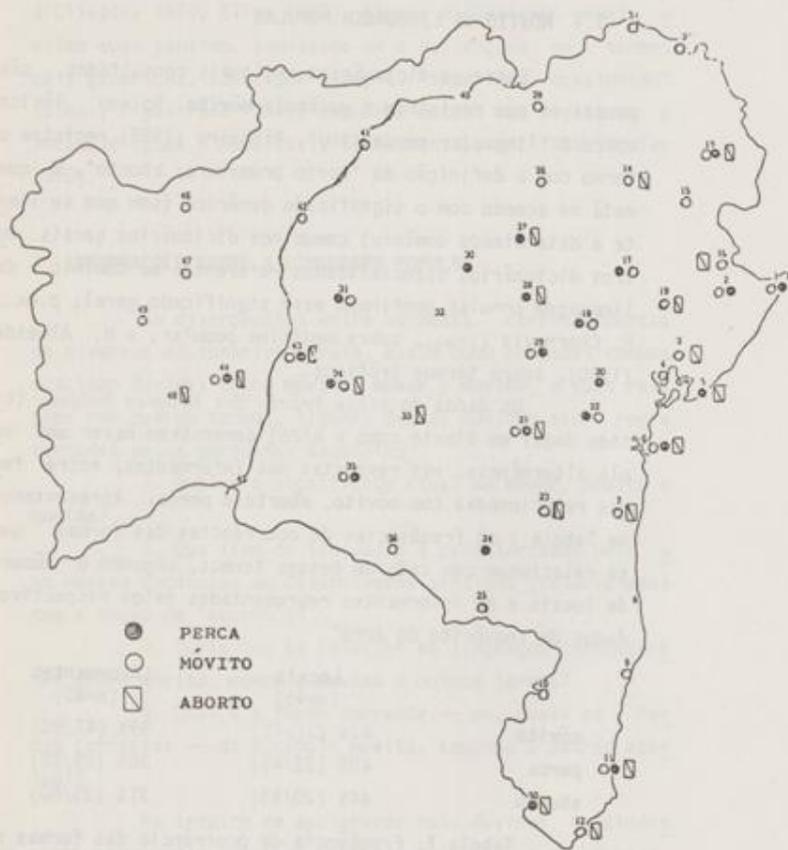


Figura 1. Distribuição geográfica das formas relacionadas com móvito, perca e aborto, segundo suas ocorrências nos locais incluídos no levantamento do APFB. (Baseada nos dados registradas nas Cartas 89 e 89R.)

Os cálculos apresentados na Tabela 1 indicam que, entre os termos com o sentido de "aborto" que alternam entre si na linguagem popular da Bahia, móvito e outras formas com a mesma raiz são os mais comuns: nos dados do APFB, as formas relacionadas com móvito são as mais difundidas nos locais incluídos no levantamento, e de uso mais frequente entre os informantes que participaram do inquérito. Perca e aborto são menos difundidos nos locais da região representada, e menos frequentes entre os informantes.

A Figura 1 mostra os locais onde foram registradas as realizações das formas afiliadas a móvito, perca e aborto no levantamento do APFB.

Além de mostrar a distribuição geográfica mais ampla das formas relacionadas com o vocábulo móvito, compatível com sua frequência maior, indicada nos cálculos da Tabela 1, a Figura 1 revela não haver concentração, dentro da região estudada, de nenhum dos conjuntos de formas relacionadas com móvito, perca e aborto, respectivamente. As diversas formas espalham-se por locais que abrangem todas as sub-regiões do Estado, com exceção de uns poucos locais ao Norte e ao Oeste, onde se encontra o termo móvito (v. os pontos n.ºs. 26, 37 a 42, 46-47, 49). Portanto, a distribuição espacial dos três termos em alternância indica que o fator geográfico tem pouca influência na ocorrência das formas relacionadas com móvito, perca e aborto, dentro da região estudada.

Ainda no intuito de determinar se os diferentes usos caracterizam respectivamente diversas variedades de linguagem, em termos geográficos ou sociais, passamos a examinar a relação entre a ocorrência de móvito, perca e aborto e os principais fatores sociais que distinguem os informantes do APFB: o grau de instrução e sexo. A Tabela 2

presenta a distribuição das formas levantadas segundo a distinção entre informantes alfabetizados e analfabetos.

	Môvito (n=47)	Perca (n=29)	Aborto (n=25)
Informantes (n=80)			
Alfabetizados (n=21)	43%(9/21)	29%(6/21)	48%(10/21)
Analfabetos (n=59)	64%(38/59)	39%(23/59)	25%(15/59)

Tabela 2: Distribuição das respostas dos informantes com diferentes graus de instrução (alfabetizado ou analfabeto), que usaram formas relacionadas com **môvito**, **perca** e **aborto** no inquérito do APFB. (Respostas à pergunta nº 71. Dados baseados na Carta 89).

Embora as formas relacionadas com **môvito** sejam as mais frequentes, de modo geral, nos dados do levantamento, o termo **aborto** foi registrado com maior frequência entre os informantes alfabetizados, sendo, nesse grupo, quase duas vezes mais frequente do que entre os informantes analfabetos. Assim, a comparação quantitativa dos dados de mostra que, entre os termos com o significado de "aborto" que alternam entre si no uso, aquele que é menos típico da variedade de linguagem popular e regional representada pelo APFB é o vocábulo **aborto**.

Por outro lado, verifica-se que **perca** ocorre com frequência elevada entre os informantes analfabetos, sendo empregado no inquérito por quase 40% dos informantes que pertencem a esse grupo (e que responderam à respectiva pergunta). Trata-se, portanto, de uma variante característica da linguagem popular representada. **Perda** — a forma principal, e não popular, segundo os dicionários gerais — não

foi registrada no inquérito do APFB, o que constitui mais uma prova do caráter popular da forma **perca**.

A Tabela 3 apresenta a distribuição das ocorrências das formas relacionadas com **môvito**, **perca** e **aborto**, segundo o sexo dos informantes que as empregaram no inquérito do APFB.

	Môvito (n=47)	Perca (n=29)	Aborto (n=25)
Sexo do informante			
Masculino (n=33)	70%(23/33)	33%(11/33)	15%(5/33)
Feminino (n=47)	51%(24/47)	38%(18/47)	42%(20/47)

Tabela 3: Distribuição das respostas dos informantes, agrupados por sexo, segundo o emprego das formas relacionadas com **môvito**, **perca** e **aborto**, no inquérito do APFB. (Respostas à pergunta nº 71. Baseada nos dados da Carta 89.)

De acordo com os dados apresentados na Tabela 3, a maior diferença de uso, segundo o sexo dos informantes, encontra-se no emprego do termo **aborto**, de uso aproximadamente três vezes mais frequente entre as mulheres do que entre os homens¹⁰. Por outro lado, embora **môvito** seja mais comum entre os homens do que entre as mulheres, sua propriedade mais significativa está no fato de ser o termo de uso mais frequente entre os informantes de ambos os sexos. Nos dados do levantamento para o APFB, a ocorrência de **perca** não varia de forma apreciável, segundo o sexo dos informantes¹¹.

3.2 MOVER NA LINGUAGEM POPULAR

Alguns léxicos sobre linguagem regional e popular restringem os usos do verbo mover no sentido de "abortar" a referências no domínio dos animais, como se indica pelo registro da locução verbal "mover-a-cria" (Oliveira 1940, Morais 1935, Viotti 1956, Nunes e Nunes 1982), ou então com ressalva sobre o uso desse termo (p.ex., "Us. apenas para animais", Penha 1976).

Mover no sentido de "abortar" também está documentado na linguagem popular regional em Portugal (Fradinho 1932-33, Frazão 1938).

Quanto à presença de mover e de termos afins no levantamento do APFB, Rossi (1965:66) afirma: "Anotaram-se, quase sempre coincidindo, mover, abortar e perder", como respostas à pergunta nº 72 do inquérito. Infelizmente, não foram aproveitados para fins de apresentação em carta os dados do APFB, referentes a realizações de formas verbais com o significado de "abortar" (ou seja, os empregos registrados dos termos referidos). É de supor-se, porém, que nas ocorrências dos termos mover, perder e abortar, os fatores geográficos e sociais tenham efeitos semelhantes aos que se observam no caso da alternância entre os substantivos com as mesmas raízes, respectivamente: móvito, perca e aborto (v. § 3.1, *supra*).

3.3 MOVIDO E "MOVITO" (PAROXÍTONO?) NA LINGUAGEM POPULAR

Vários léxicos sobre linguagem popular e regional incluem o vocábulo movido. Merece destaque a definição dada no respectivo verbete do *Vocabulário Pernambucano* (Costa 1937): "Movido — Rachítico, enfezado, que não adquire

o desenvolvimento próprio, comum. Diz-se também de um fruto assim, correspondente ao vernáculo pêco".

O *Dicionário da língua popular da Amazônia* (Jacob 1985) também indica, através dos exemplos dados, que o termo movido, no sentido de "raquítico", se aplica a pessoas e a plantas.

No *Novo Dicionário de Termos e Expressões Populares*, baseado numa longa convivência com a linguagem sertaneja da área do Cariri (sul do Ceará), Cabral (1982) dá a seguinte definição de movido: "1) — Dêbil, frágil. "A voz do homem estava movida"... 2) — Raquítica".

No seu dicionário sobre "gíria" do Rio Grande do Norte, R. Nonato (1980) dá a seguinte definição de movido: "Bicho magro. Também fruto atrofiado. Esmirrado. Chocho".

Encontram-se outros sentidos desse vocábulo nos léxicos sobre linguagem popular e regional. No seu trabalho sobre a linguagem popular da Bahia, E. Carneiro (1951) registra movido com o sentido de "em começo de putrefação", exemplificado por: "esse peixe está movido...". No léxico de seu estudo sobre medicina popular mineira, F. Teixeira (1954) inclui movido no sentido do "que sofreu aborto". Como já notamos (§ 2.3, *supra*), Silveira Bueno (1968) registra movido "na língua popular" com o significado de "aborto".

Não obstante serem diversas as definições de movido dadas nos léxicos de linguagem popular e regional, todos os sentidos registrados estão relacionados, de alguma forma, com a noção de "aborto", da qual são extensões semânticas com enfoques divergentes, que valorizam ora um aspecto ora outro.

Há divergências, tanto nos dicionários gerais como nos léxicos sobre linguagem popular e regional, quanto

ao padrão acentual do vocábulo môvito: será proparoxítono, como indica a representação ortográfica comum, ou paroxítono — "movito" — como está registrado em um ou outro dicionário?

Dentre os dicionários gerais contemporâneos consultados, há só um que indica a forma paroxítona "movito" (sem acento): Bueno (1968). De modo semelhante, dentre os glossários de linguagem regional e popular consultados, apenas um registra essa forma: Pinheiro (1955), sobre o "linguajar nordestino".

Nos dados da APFB referentes a termos que significam "aborto" (apresentados na Carta 89, baseada nas respostas à pergunta nº 71), as realizações mais numerosas são de formas com a raiz mov-, do verbo mover e vocábulos relacionados com este, segundo a etimologia ou a derivação (cf. § 3.1, supra, esp. Tabela 1 e Figura 1). Tais realizações correspondem a môvito, movido e "movito" (paroxítono).

A Tabela 4 apresenta os resultados da contagem de todas as respostas constituídas por formas com a raiz mov-, agrupadas segundo o termo representado pela realização (môvito, movido ou a variante paroxítona "movito").

	Locais		Informantes	
	Número de ocorrências	Porcentagem	Número de ocorrências	Porcentagem
<u>môvito</u>	34	92% (34/37)	44	94% (44/47)
<u>movido</u>	4	11% (4/37)	4	9% (4/47)
"movito"	1	3% (1/37)	1	2% (1/47)

Tabela 4: Distribuição das realizações de môvito, movido e "movito" no inquérito da APFB, segundo suas ocorrências por local e por informante. (Baseada nas respostas à pergunta nº 71. Dados da Carta 89.)

Como indica a Tabela 4, entre os termos emprega

dos com a raiz mov-, predominam as realizações de môvito, que correspondem às respostas dadas por mais de 90% dos informantes que manifestaram o uso de algum dos referidos termos, e em mais de 90% dos locais onde os mesmos foram registrados. O uso do termo movido, no sentido de "aborto" (de acordo com o enfoque da pergunta), foi manifestado em apenas quatro locais, por igual número de informantes, enquanto "movito" (paroxítono) foi registrado num só local, na resposta de apenas um informante.

Quanto à distribuição geográfica das realizações de môvito, movido e "movito", segundo os dados dos levantamentos do APFB, a Figura 2 revela que (1) as manifestações do uso do termo môvito abrangem a maior parte da região estudada, segundo os dados colhidos em locais que representam praticamente todo o Estado da Bahia, e (2) as manifestações do uso do termo movido e da variante "movito" foram registradas só numa pequena sub-região entre a faixa litorânea e o interior, principalmente na zona nordeste do Estado, mas incluindo também um ou outro local na zona de Feira de Santana e na encosta da Chapada Diamantina (que correspondem, respectivamente, aos pontos 18 e 29).

A concentração das realizações de movido e "movito" (paroxítono) numa mesma sub-região no interior do Estado sugere uma possível relação histórica ou etimológica entre môvito, "movito", e movido, com alternância diacrônica entre a forma proparoxítona (môvito) e uma variante paroxítona ("movito"), talvez por influência da forma regular, também paroxítona, do particípio (movido). Se compararmos esse caso, porém, com o quadro geral dos dados do APFB sobre a variação nas realizações de outros vocábulos de padrão acentual proparoxítono na linguagem clássica, verificamos, em todos os casos, que a alternância entre as realizações proparoxítonas e as variantes paroxítonas se deve à redução das sílabas postônicas, e não à passagem do acento

to de intensidade de uma sílaba para outra (entre a penúltima e a antepenúltima), embora esta última forma de alternância também possa ocorrer na linguagem popular¹². Assim, os dados do APFB não apóiam a hipótese tradicional da derivação de móvito do verbo mover do próprio português.

4 CONCLUSÕES E OBSERVAÇÕES FINAIS

4.1 CONCLUSÕES

4.1.1 Alternâncias paralelas entre, por um lado, móvito, perca e aborto, e, por outro lado, mover, perder e abortar, nos dados do APFB, demonstram a natureza da relação semântica entre mover e móvito na linguagem popular contemporânea. Além disso, a documentação referente a mover e móvito oferecida por diversos dicionários de linguagem regional, confirma que os significados desses vocábulos estão ligados às noções de "abortar" e "aborto". Assim sendo, os dicionários gerais deveriam registrar tanto mover como perder no sentido de "abortar", e móvito e perca no sentido de "aborto".

4.1.2 A análise dos dados do APFB segundo (a) as frequências relativas de ocorrência e (b) a relação entre o uso e os fatores sociais que distinguem os informantes, indica que móvito e perca (variante de perda) são termos típicos da linguagem popular do Estado da Bahia. Por outro lado, as relações entre os fatores sociais e a ocorrência de aborto indicam que não se pode considerar esse vocábulo como termo típico da linguagem popular. Em face das informações oferecidas pelo APFB e por alguns dicionários de linguagem regional e popular, os dicionários gerais da língua contemporânea deveriam incluir nos respectivos verbetes a indicação do tipo de linguagem em que esses vocábulos ocorrem com o referido sentido de "aborto".

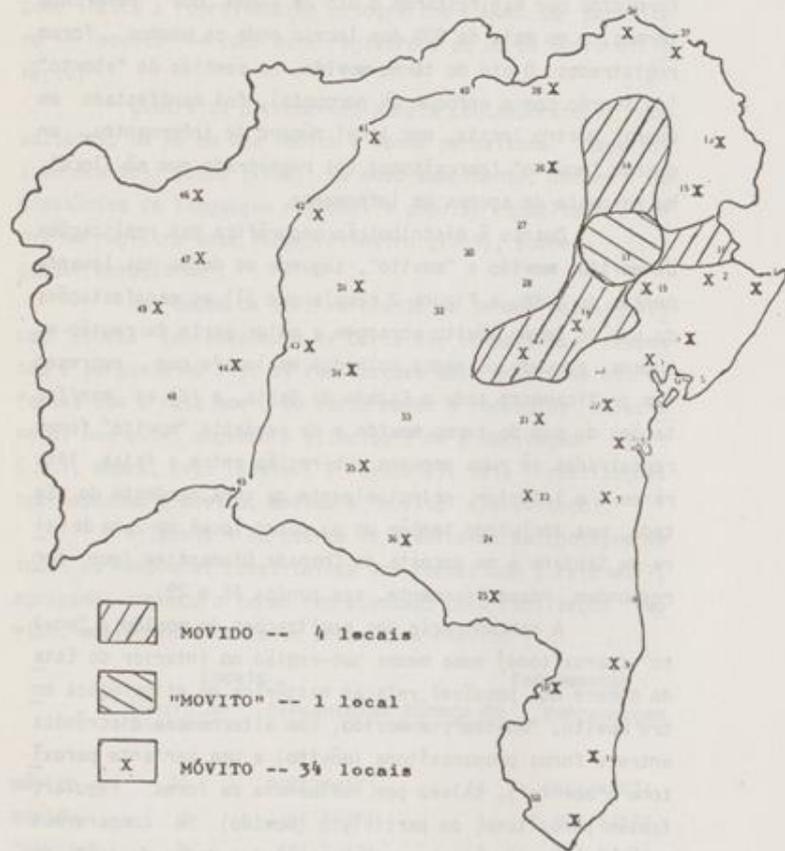


Figura 2. Distribuição geográfica das realizações dos vocábulos com a raiz mov-, incluindo variantes, segundo suas ocorrências nos locais incluídos no levantamento de APFB. (Baseada nos dados da Carta 89.)

4.1.3 Na linguagem popular, o vocábulo móvito é de uso mais comum, no sentido de "aborto", do que qualquer outro termo com a mesma raiz (mov-), seja movido ou "movito". Tanto os dados do *APFB*, quanto as informações de dicionários de linguagem regional ou popular, demonstram ser pouco comum o emprego de movido com o sentido de "aborto". No entanto, está amplamente documentado o uso desse vocábulo em outros sentidos, principalmente o de "raqũtico". Verifica-se que as diversas definições do termo movido dadas nos glossários regionais estão todas relacionadas com os efeitos do aborto — ou do nascimento prematuro — ou com outros aspectos afins.

4.1.4 A forma corrente do vocábulo móvito, segundo o padrão acentual, é proparoxítona. Tanto os dados dialetológicos analisados no presente estudo, como as informações colhidas dos dicionários, indicam que "movito" (paroxítono) é uma variante escassa, ou até ocasional, do vocábulo móvito.

4.1.5 Na Bahia, o uso de movido no sentido de "aborto" é pouco comum, sendo representado no levantamento do *APFB* pelas respostas de apenas aproximadamente 10% dos informantes. Geograficamente, restringe-se a uma sub-região pequena, que circunda o único local onde foi registrada, no mesmo inquérito, a forma "movito" (variante paroxítona de móvito, ou então talvez de movido, com alternância da consoante entre a vogal tônica e a átona final).

4.1.6 Segundo a documentação do *APFB*, as alternâncias, na linguagem popular, de móvito e de outros vocábu

los de padrão acentual proparoxítono na norma clássica, são de tal natureza que revelam ser extremamente improvável que essa palavra seja derivada do verbo mover, do próprio português, por intermédio de um particípio de formação regular. Por outro lado, o presente trabalho apresenta várias considerações, fundamentadas no estudo de diversos dados históricos, que favorecem uma hipótese etimológica mais recente, segundo a qual móvito em português proviria de *movitu, particípio regularizado do latim tardio, que corresponde a motus do latim clássico.

4.2 OBSERVAÇÃO FINAL

Entre os fatores que dão origem a divergências e lacunas nos dicionários gerais do português, destaca-se o fato de que tais obras de referência — embora pretendam dar ampla cobertura ao léxico da língua — se baseiam quase que exclusivamente em fontes literárias. As informações oferecidas pela investigação dialetológica sobre linguagem popular e regional são pouco conhecidas e raramente levadas em conta na elaboração dos verbetes dos dicionários "gerais". A preferência exagerada pelas fontes literárias é facilmente entendida por quem conhece o caráter elitista das atitudes que predominam em relação à língua, ou por quem reconhece ser pouca a atenção que se dedica à documentação, à análise e à descrição das variedades populares e regionais da língua portuguesa.

Não obstante a grande preferência pelas variedades consideradas cultas, evidenciada pelos trabalhos referentes à língua portuguesa (incluindo-se, entre outros, os dicionários gerais), e a conseqüente negligência do conhecimento científico das variedades populares da língua, é

são nestas formas de linguagem que se encontram as informações necessárias para esclarecer, nalguns casos, questões lexicológicas que se referem a aspectos fundamentais, tais como as formas, os significados, as origens, os usos e as relações entre vocábulos ou termos afins.

O presente estudo demonstra a necessidade de levar em conta, para a resolução de alguns problemas lexicológicos, informações oferecidas por documentação sobre a linguagem popular e regional.

ABSTRACT

In the interest of solving the problem of the origin of the word *móvito* (a term for "abortion"), the present study compares information from several general dictionaries on this word and others with the same stem (the verb *mover* and the derived substantive *movido*). Differences between the corresponding entries of various lexicons are used to identify problems concerning not only the question of etymology but also description of form, definition of meaning, and the relationship between terms which alternate in usage. In order to clarify such questions, this study utilizes data on popular forms of the language from various sources, especially glossaries of regional terms and the principal linguistic atlas on Brazilian Portuguese: the *Atlas Prévio dos Falares Baianos*.

The results of the present study demonstrate the importance of information on popular speech for solving various kinds of lexical problems, ranging from descriptions of current forms and definitions of meaning to the specification of characteristic features of usage and the identification of contemporary and historical relationships between words with the same stem or between alternate terms.

NOTAS

- * O autor agradece aos professores Isaac Salum e Vander sí Sant'ana Castro as observações e sugestões feitas com base na leitura duma versão prévia deste trabalho, o qual também foi beneficiado por subsídios ofereci-

dos, por vias diretas e indiretas, pelo Prof. Átila Augusto Freitas de Almeida. Os lapsos, omissões e erros que ainda persistam no estudo são da responsabilidade exclusiva do autor.

- 1 Cf. ROSSI, Nelson. *Laboratório de Fonética na Bahia. Prefácio de Antenor Nascentes*. Rio de Janeiro, Casa Rui Barbosa, 1961. p.7-8.
- 2 NASCENTES, Antenor. *O linguajar carioca*. 2.ed. Rio de Janeiro, Organização Simões, 1953. p.25-6.
- 3 A preferência exclusiva pelo uso do *Atlas Prévio dos Falares Baianos* para fins do presente trabalho justificou-se pelo fato de ser esse o único atlas brasileiro ou português que incluía dados sobre o uso de *móvito*. A escolha das outras fontes de documentação, principalmente dicionários e glossários, foi ditada por um critério prático: a disponibilidade de tais obras nas bibliotecas percorridas, quando do levantamento de informações para este estudo. Infelizmente, o trabalho já estava em fase de elaboração, quando recebemos — com enorme satisfação — os utilíssimos *Subsídios para uma bibliografia dos dicionários, glossários e vocabulários dos linguajar populares brasileiro e português* (A. Almeida, 1986). Não obstante ser reduzido o número de dicionários, glossários e vocabulários que conseguimos consultar para os fins do presente estudo, cremos ser suficiente a documentação apresentada, para fundamentar as hipóteses e conclusões do trabalho.
- 4 São esses os critérios iniciais para fundamentar uma etimologia segura — que ainda dependerá de outros elementos. Cf. BOLFÃO, Manuel de Paiva. *Introdução ao estudo da Filologia Portuguesa*. Lisboa, Revista de Portugal, 1946. p.41-4.
- 5 *Mover*, no sentido de "parir, abortando", ocorre em textos cultos desde o século XVI ao XIX (p.ex., Garcia de Resende, *Crônica de D. João II*, e Camilo Castelo Branco, *Coisas Leves e pesadas*), e *móvito*, no sentido de "aborto", está documentado em textos da mesma natureza que abrangem o mesmo período (p.ex., Amador Arrais, *Diálogo*, e Camilo Castelo Branco, *Coração, cabeça e estômago*). Apud SILVA, Antônio de Morais. *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*. 10^a ed. Lisboa, Confluência, 1959. 10 vols. q.v. *mover*, *móvito*.
- 6 Apud GRANDGENT, C.H. *Introducción al latín vulgar*. Trad. por Francisco de B. Moll. Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1928. V. esp. § 439, p. 267. (A data da 1^a edição da obra original, *Introducción to Vulgar Latin*, é 1907).
- 7 MEYER-LÜBKE, W. *Romanisches etymologisches Wörterbuch*

3.ed. Heidelberg, Carl Winter, 1935.

COROMINAS, Joan. *Dicionário crítico etimológico de la lengua castellana*. Madrid, Gredos, e Bern, A.Francke, 1954-57. 4 v.

8 PIEL, Joseph M. *Miscelânea de etimologia portuguesa e galega*. Coimbra, Universidade, 1953. V. esp. § 118. "ant. mōvedo, mōveda", p.220-21.

9 Na Tabela 1, os cálculos referentes às respostas dos informantes do APFB relacionadas com **móvito**, **perca** e **aborto**, baseiam-se em todas as ocorrências registradas no referido levantamento, de formas com as respectivas raízes: **mov-**, **perd-** ou **perc-**, e **abort-** ou, eventualmente, a forma antiga **abors-** (v. Brunswick 1910). Assim, a contagem dos informantes que manifestaram o uso de formas que se afiliam a **móvito**, inclui 44 casos de ocorrências das variantes de **móvito**, 4 de **movido** e apenas 1 de "movito", que, *a priori*, pode ser uma forma divergente tanto de **móvito** (com deslocação do acento de intensidade) como de **movido** (com alternância na realização da consoante oclusiva entre a vogal tônica e a átona final). Como dois dos informantes que usaram **movido** também empregaram **móvito**, a contagem total dos que manifestaram o uso de formas relacionadas com **móvito** (ou seja, termos com a raiz **mov-**) é de 47. Fundamentam-se nos mesmos procedimentos os cálculos apresentados nas Tabelas 2 e 3, assim como a distribuição geográfica apresentada na Figura 1.

10 Alguns trabalhos sobre outros casos de alternância na linguagem popular regional vêm mostrando que as variantes não típicas do uso popular (ou seja, as que correspondem às normas da língua clássica) são mais frequentes entre dois grupos de informantes: os alfabetizados e as mulheres. Essa diferença no uso das variantes lingüísticas está documentada em estudos sobre as alternâncias entre consoantes líquidas (a troca do [l] por [r]: Head 1985), entre formas proparoxítonas e paroxítonas do mesmo vocábulo (Head 1986) e entre a lateral palatal e a semivogal anterior (ou seja, a troca daquela por esta; Head 1986, manuscrito). Em todos esses casos, verifica-se que a variante não popular é mais frequente no uso dos informantes de sexo feminino, assim como também é mais frequente no uso dos informantes alfabetizados. Em face do paralelismo entre as diferenças na frequência relativa de uso segundo o grau de instrução e segundo o sexo dos informantes, pode-se considerar que a diferença na frequência de ocorrência de **aborto** segundo o sexo dos informantes, mostrada pela Tabela 3 do presente trabalho,

e mais uma indicação — além da preferência manifesta da pelos informantes alfabetizados — de não se tratar de um termo típico da linguagem popular. (Resta determinar a causa da maior frequência do termo **aborto** entre os informantes de sexo feminino. Uma explicação plausível estará no fato de ser provável que algumas mulheres tenham maior contato com informantes cultos — no caso, médicos ou enfermeiras — em ocasiões propícias para o uso desse termo).

11 A frequência com que ocorre o termo **perca** nos dados do APFB apresenta dois aspectos sintomáticos. Em primeiro lugar, observa-se que sua frequência em comparação com as dos outros termos difere bastante de um grupo para o outro: enquanto as frequências dos três termos se aproximam bastante no uso manifestado pelos informantes de sexo feminino, **perca** tem apenas a metade da frequência de **móvito**, mas duas vezes a frequência de **aborto**, em termos aproximados, entre os informantes de sexo masculino. Por outro lado, embora o termo **perca** represente quase a terça parte das respostas à respectiva pergunta do APFB, não foi manifestada uma única vez a forma **perda**, apesar do fato de ser esta a forma principal, segundo indicam comumente os dicionários gerais. Tal fato confirma o caráter popular da variante **perca**, reconhecido comumente nos dicionários gerais (p.ex., Aulete 1970, Figueiredo 1954, Freire 1954).

12 Sobre a alternância entre formas proparoxítonas e variantes paroxítonas, na qual estas resultam da redução das sílabas postônicas daquelas, cf. HEAD, Brian F. O destino das palavras proparoxítonas na linguagem popular. In: IV ENCONTRO DE VARIAÇÃO LINGÜÍSTICA E DE BILINGÜISMO NA REGIÃO SUL, *Anais...* Porto Alegre, UFRGS, 1986. p.38-56. Historicamente, é pouco comum a deslocação do acento de intensidade da sílaba antepenúltima para a penúltima; o caso da evolução que resultou no vocábulo paroxítono **oceano** é um exemplo. Nessa variedade de linguagem popular no Maranhão, alguns casos de "diástole com transformação de proparoxítonas em paroxítonas" são registrados em AZEVEDO, Ramiro Corrêa et alii. *Raposa: uma visão antropolingüística*. São Luís, SIOGE, 1980. p.34.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Átila. *Subsídios para uma bibliografia dos dicionários e vocabulários dos linguajaros populares brasileiros*. Estudos (5): 61-90, dez. 1986

- ro e portugueses. Campina Grande, Ed. do Autor, 1986. Mi
meogr.
- ALMEIDA, Horácio de. *Dicionário erótico da língua portu
guesa*. 2.ed. Rio de Janeiro, 5.ed., 1980.
- AULETE, Caldas. *Dicionário Contemporâneo da Língua Portu
guesa*. 5.ed. Rio de Janeiro, Delta, 1970. 5v.
- AZEVEDO, Ramiro Corrêa & VIEIRA, Maria do Socorro Monteiro
& MELO, Elenice Bezerra. *Raposa: uma visão antropolín
gística*. São Luís, SIOGE, 1980.
- BIVAR, Artur. *Dicionário Geral e Analógico da Língua Por
tuguesa*. Porto, Edições Ouro, 1948. 3v.
- BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário português e latino*. Coim
bra, Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-28.
10v.
- BOLÃO, Manuel de Paiva. *Introdução ao estudo da Filologia
Portuguesa*. Lisboa, Revista de Portugal, 1946.
- BRUNSWICK, H. *Dicionário da antiga linguagem portuguesa*.
Lisboa, Empresa Lusitana Editora, 1910.
- BUENO, Francisco de Silveira. *Grande Dicionário Etimológi
co-Prosódico da Língua Portuguesa*. São Paulo, Saraiva,
1968.
- CABRAL, Tomé. *Novo Dicionário de Termos e Expressões Po
pulares*. Fortaleza, Universidade Federal do Ceará, 1982.
- CARNEIRO, Edison. *A Língua Popular da Bahia*. Rio de
Janeiro, 1951.
- CHERNOVIZ, Pedro Luiz Napoleão. *Dicionário de Medicina
Popular*. 6.ed. Paris, A.Roger/F.Chernoviz, 1890.
- COELHO, Francisco Adolpho. *Dicionário Manual Etimológico
da Língua Portuguesa*. Lisboa, P.Plantier, [1890].
- CONSTÂNCIO, Francisco Solano. *Novo dicionário crítico e
etimológico da língua portuguesa*. Angelo Francisco Car
neiro, 1836.
- COROMINAS, Joan. *Dicionário crítico etimológico de la len
gua castellana*. Madrid, Gredos. Bern, A. Francke, 1954-
57. 4v.
- COSTA, Francisco Augusto Pereira da. *Vocabulário Pernambu
cano*. Recife, Imprensa Oficial, 1937.
- COSTA, J.Almeida & MELO, A. Sampaio de. *Dicionário da lín
gua portuguesa*. 5.ed. Porto, Porto Editora, 1977.
- CUNHA, Antônio Geraldo da. *Dicionário Etimológico Nova
Fronteira da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro, Nova Fron
teira, 1982.
- FARIA, Eduardo de. *Novo dicionário da língua portuguesa*.
3.ed. Lisboa, Imprensa Nacional, 1855-57. 2v.
- FERNANDES, Francisco. *Dicionário Brasileiro Contemporânea*
2.ed. Porto Alegre, Ed. Globo, 1960.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Dicionário da
Língua Brasileira*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1955.

- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Pequeno Dicionário
da Língua Portuguesa*. 11.ed. Rio de Janeiro, Ed. Civili
zação Brasileira, 1966.
- FIGUEIREDO, Cândido de. *Novo Dicionário da Língua Portu
guesa*. Lisboa, Livr. Ed. Tavares Cardoso, 1899.
- _____. *Dicionário da Língua Portuguesa*. 13.ed. Lisboa,
Livr. Bertrand, 1954.
- FRADINHO, Manuel Gomes. Maneiras de dizer alentejanas. *Re
vista Lusitana* 30:299-304 e 31:99-137. 1932-33.
- FRAZÃO, F.Santos Serra. Sucinto vocabulário. Coligido nu
ma aldeia da Serra de Albardos, concelho de Alcanema. *Re
vista Lusitana* 36:73-167. 1938.
- FREIRE, Laudelino. *Grande e Novíssimo Dicionário da Lín
gua Portuguesa*. 2.ed. Rio de Janeiro, Livr. José Olym
pio Editora, 1954. 5v.
- GARCÍA DE DIEGO, Vicente. *Dicionário Etimológico Espa
ñol e Hispánico*. Madrid, Ed. SAETA, 1954.
- GRANDGENT, C.H. *Introducción al latín vulgar*. Trad. por
Francisco de B.Moll. Madrid, Consejo Superior de Investi
gaciones Científicas. 1928.
- HEAD, Brian F. A alternância entre consoantes líquidas: um
caso de condicionamento múltiplo. In: *XI Anais de Seminá
rios do GEL* (Grupo de Estudos de Lingüísticos do Estado
de São Paulo), UNESP, São José do Rio Preto, 1985.p.142-
158.
- _____. O destino das palavras proparoxítonas na língua
gem popular. In: *Anais, IV ENCONTRO DE VARIAÇÃO LINGÜÍS
TICA E DE BILINGÜISMO NA REGIÃO SUL*. UFRGS, Porto Ale
gre, 1986. p.38-56.
- _____. Fatores na alternância entre a lateral palatal e
outras realizações na linguagem popular. 1986. Manuscrito
- JACOB, Paulo. *Dicionário da língua popular da Amazônia*.
Rio de Janeiro, Livr. Ed. Catedra, 1985.
- LACERDA, José Maria de Almeida / CORREIA, Araújo. *Dicció
nário Enciclopédico ou Novo Dicionário da Língua Portu
guesa*. 5.ed. Lisboa, Francisco Arthur da Silva, 1878-
79. 2v.
- LELLÓ Universal. Porto, Lello e Irmão, s.d. 2v.
- MACHADO, José Pedro. *Dicionário Etimológico da Língua Por
tuguesa*. Lisboa, Editorial Confluência, 1952-59. 2v.
- _____. *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*. 2
ed. Lisboa, Editorial Confluência, 1973.
- MEYER-LÜBKE, W. *Romanisches etymologisches Wörterbuch*. 3.
ed. Heidelberg, Carl Winter, 1935.
- MORAIS, Luís Carlos de. *Vocabulário Sul-Rio-Grandense*. Por
to Alegre, Ed. Globo, 1935.
- NASCENTES, Antenor. *Dicionário etimológico da língua por
tuguesa*. Rio de Janeiro, Edição do Autor, 1932.

- NASCENTES, Antenor. *Dicionário Etimológico Resumido*. Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1966.
- _____. Academia Brasileira de Letras. *Dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1966. 4v.
- _____. *O Linguajar carioca*. 2.ed. Rio de Janeiro, Organização Simões, 1953.
- NONATO, Raimundo. *Calepino Potiguar. Gêria Rio-Grandense*. Mossoró. Escola Superior de Agricultura e Fundação Guimarães Duque, 1980.
- NUNES, Zeno Cardoso & Rui Cardoso NUNES. *Dicionário de Regionalismos do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Martins Livreiro Editor, 1982.
- d'OLIVEIRA, H.Maia. *Grande Dicionário da Língua Portuguesa Histórico e Geográfico*. São Paulo, Lisa-Livros Irradiantes, 4v.
- OLIVEIRA, Sebastião Almeida. *Expressões do populário sertanejo. Vocabulário e superstições*. São Paulo, Civilização Brasileira, 1940.
- PENHA, João Alves Pereira. *Vocabulário rural sul-mineiro*. São Paulo, UNESP, 1976. Mimeogr.
- PIEL, Joseph M. *Miscelânea de Etimologia Portuguesa e Galega; Primeira Série*. Universidade de Coimbra, 1953.
- PINHEIRO, Maciel. *Linguajar Nordestino*. s.ed. Rio de Janeiro, 1955. 2v.
- ROSSI, Nelson. *Atlas Prévio dos Falares Baianos*. Introdução. Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1965.
- _____. *Laboratório de Fonética da Bahia*. Prefácio de Antenor Nascentes. Rio de Janeiro, Casa Rui Barbosa, 1961.
- _____. *et alii. Atlas Prévio dos Falares Baianos*. Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1963.
- SÉQUIER, Jayme de. *Dicionário Prático Ilustrado. Novo Dicionário Enciclopédico Luso-Brasileiro*. Lisboa, Empresa do Dicionário Prático. 1910. 3v.
- SILVA, Antonio de Moraes. *Dicionário da Língua Portuguesa*. 2.ed. Lisboa, Typographia Lacordina, 1813. 2v.
- _____. *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*. 10.ed. Lisboa, Editorial Confluência, s.d. 12v.
- SPITZER, Carlos. *Dicionário Analógico da Língua Portuguesa*. Porto Alegre, Livr. Globo, 1936.
- TEIXEIRA, Fausto. *Medicina Popular Mineira*. Rio de Janeiro, Organizações Simões, 1954.
- TORRINHA, Francisco. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. Porto, Editorial Domingos Barreira. [1946].
- VIEIRA, Domingos. *Grande Dicionário Português ou Tesouro da Língua Portuguesa*. Porto, Editores Ernesto Chadron e Bartolomeu H. de Moraes, 1871-74. 5v.
- VIOTTI, Manuel. *Novo Dicionário da Gêria Brasileira*. São Paulo, Ind. Gráfica Bentivegna, 1956.

NOTAS SOBRE O LÉXICO DO PORTUGUÊS DO BRASIL

Carlota da S.Ferreira (UFBA)

RESUMO

O trabalho analisa certos adjetivos que se compatibilizam com nomes de alta frequência nas áreas rurais dos Estados da Bahia e Sergipe. Os adjetivos estão distribuídos em três grupos: (a) não específicos; (b) metafóricos; (c) específicos.

Os dados contidos nesse artigo são extraídos do trabalho de nossa autoria *Sobre adjetivação em Sergipe (Estância e Itaporanga)* (dissertação de Mestrado, UFBA, 1979). Pretende analisar os processos adjetivadores usados por dois informantes rurais, ambos do sexo masculino, nas duas localidades citadas, ampliados pelo registro de formas cartografadas nos *Atlas Prévio dos Falares Baianos (APFB)* e *Atlas Lingüístico de Sergipe (ALS)*.

Destacamos apenas alguns adjetivos que se agrupam sob a classificação de "tipos ou variedades de" e que se compatibilizam com substantivos cujos referentes estão mais ligados à vida rural, ou seja, à pequena lavoura e a determinados insetos.

São portanto:

Tipos ou variedades de

abóbora
aipim
araçá
banana

Tipos ou variedades de

abelha
besouro
carrapato
formiga

Tipos ou variedades de

capim
cana
cebola
mandioca
pimenta

Tipos ou variedades de

marimbondo

Encontramos três soluções lingüísticas:

1 Ausência de uma adjetivação específica, o que leva o falante a eleger um dos traços semânticos como o de finidor, possivelmente o mais marcante em confronto com os demais. Por exemplo:

. o tamanho: carrapato miúdo, carrapato graúdo, marimbondo miúdo, abóbora mirim, etc.

. a cor: carrapato vermelho, formiga preta, formiga vermelha, abóbora pintada, cebola roxa, cebo la branca, cana roxinha, capim sempre verde, cana vinagre ("da cor mesmo de vinagre"), etc.

Essa solução é a menos funcional como caracterizadora de um dialeto, atua apenas à medida que demonstra a ausência de uma forma específica, pelo menos àqueles informantes, naquelas localidades e naquele momento.

2 A outra solução, bastante documentada, é de corrente da adoção de expressões que em outros contextos têm outros conteúdos e que distribuídos como adjetivos indicadores de tipos de, variedades de, têm o seu significado modificado, ampliado, resultando quase sempre em formas de tom metafórico. Essa solução documenta, de um lado um processo econômico do dialeto, uma vez que não ocorrem novas expressões, porém a significantes existentes atribuem-

se novos significados; mas por outro lado testemunha também um processo criativo e pela mesma razão, essa de direcionar significados diversos para um mesmo significante, interrelacionando alguns traços semânticos semelhantes entre referentes, na maioria das vezes, muito distintos.

As expressões metafóricas designativas de tipos ou variedades de dos referentes enumerados anteriormente (abóbora, marimbondo, etc.) têm grau de transparência diverso. Em alguns adjetivos está nítida a motivação que determinou uma metáfora, em outros casos é menos acentuada a nitidez podendo até não existir. Algumas explicações dadas pelos informantes intensificam a transparência da metáfora.

a) Por exemplo, quanto à aparência:

. capim cana: "... é quase do jeito de uma cana, é alto..."

. marimbondo de chapéu: "... porque faz (a casa) no galho de pau e é (a casa) do jeito de um chapéu..."

. carrapato mamona: "... é o maior de todos, é do jeito mesmo de um caroço de mamona, grande, redondo, mole..."

e mais: banana-pão, abóbora coração de boi, costela de baleia, de peçoço, jacaré, jibôia, etc.

Pode ocorrer uma forma derivada sugerindo também a aparência do que está contido na forma primitiva: cana crystalina, abelha cupinheira, abóbora lagarteira.

b) Quanto à consistência (e gosto, em alguns casos) do referente:

- . capim **gordura**: "...é muito engordurado, mesma coisa que jabã..."
- . cana **manteiga**: "...é mole..."
- . abóbora de **leite, melão**, etc.

c) Quanto à **procedência**:

- . capim **d'Angola**, abóbora **d'Angola**, aipim **baianinho**, banana de **São Tomé**, pimenta **malagueta** (tem como formação proposta o topônimo **Malagueta**, região da Guiné - AULETE), cana **caiana** ("espécie de cana-de-açúcar originária de Caiana" - A.G.CUNHA).

O entendimento de **procedência** está totalmente desfeito na consciência do falante, como testemunham, por exemplo, as formas de diminutivo e aumentativo de **angolinha** e **angolão** para capim, e também a diversidade de tonicidade na forma **angola** — acrescida de uma variação do próprio significante: **cangola, cangolã, cangolê**, para abóbora.

Arriscamos classificar entre os adjetivos motivados pela procedência **crioula**, para cana, **cabocla**, para abóbora, em oposição, por exemplo, a **do reino**, para cebola, e **imperial**, para capim.

d) Consideramos metáforas pouco ou nada transparentes: capim **burrão**, aipim **caixão**, cebola **ciganinha** "meia lá meia cá", pimenta **de macaco** "grande que nem a malagueta", abóbora **braço de macaco**, mandioca **milagre de Santo Antônio** "é boa", carrapato **rodoleiro** "seco, duro, graúdo, é meio cinzento", etc., onde as explicações fornecidas pelos informantes não ajudam a esclarecer.

3 A terceira solução para adjetivar **tipos ou va**

riedades de, é a de adotar uma lexia específica como as que ocorrem em:

. ARAPUÁ (abelha), ENXU/ENXUI (marimbondo, ou sinonímia para), MANDAÇAIA (abelha), MANGANGÁ (marimbondo, be-souro), PACOVA (banana, ou sinonímia para), TAPIUCABO (marimbondo), URUÇU (abelha), JERIMUM/JURUMUM (abóbora), TUBI (abelha), JURUÁ (abóbora), PITU (cana) e mais PACATATUBA (marimbondo), PIROJOTA (cana) e TAPITINGA (capim).

É importante assinalar que, dos 14 (quatorze) exemplos anotados acima, os 11 (onze) primeiros são dados pelos lexicógrafos consultados (gerais ou especializados como AULETE, BUARQUE DE HOLLANDA, THEODORO SAMPAIO e A.G. CUNHA) como de origem tupi, sendo que os 9 (nove) primeiros com aceção coincidente com as documentadas e os outros dois — JURUÁ e PITU — com aceções diferentes: registra THEODORO SAMPAIO para

. "JURU (yurū) - o pescoço, a garganta, a boca, a barra, a foz".

O mesmo morfema **jurū**, julgamos nós, que está em:

. "JURU-Ā (yurū-ā), a boca aberta ou ampla; a em-bocadura larga. Parā, Amazonas" e em:

. "JURUMU (yurū-mu), o gargalo ou pescoço apertado. É uma espécie de abóbora grande. Alt. **gerimum, jirimum**".

PITU, está registrado como "camarão cascudo de água doce", levando-nos a pensar também no uso metafórico desse item lexical referente à variedade de cana.

Os outros 03 (três), PACATATUBA, PIROJOTA, TAPITINGA não se encontram dicionarizados nos léxicos que consultamos, porém formas similares quanto ao significante in-

claro ou quanto a certos elementos morfológicos são igualmente registradas como de origem indígena brasileira. Por exemplo, PACATUBA, PACATU, PIRO, TAPITANGA, TAPIRANGA, etc., o que leva a admitir que os três exemplos também tenham raízes tupi. Sabemos que, por vezes, são muito discutíveis as etimologias indígenas apontadas nos dicionários, mas parece não merecer dúvida pelo menos quanto aos 11 (onze) primeiros exemplos destacados.

Em síntese, para adjetivar certos substantivos referentes a determinados vegetais ou insetos, os falantes rurais atribuem-lhes uma adjetivação inspirada no tamanho, cor, etc., ou recorrem a expressões metafóricas ou, finalmente, atribuem-lhes um item lexical específico de origem indígena, que testemunha, lingüisticamente, a presença dessa cultura brasileira no que se refere a coisas de determinadas áreas semânticas mais próximas do ambiente rural.

A essa ocorrência, de um lado de formas indígenas e do outro de designações metafóricas e poderemos acrescentar, de outros processos derivacionais, acrescem-se certos substantivos, conforme documentam a carta 41 do APFB e 43 do ALS "Espécie de fruta ananás semelhante à jaca de pobre" e a carta 35 do APFB e 35 do ALS "Peça do aparelho de ralar mandioca".

Quanto às duas primeiras temos *araticum* dado como sinônimo de *jaca-de-pobre*. De referência às outras duas, temos *caitetu* ao lado de *bola*, *bolinete*, *rodilha*, *roda rodetete*, *comedor*, *boneco* e outras.

Após essas observações, ficou-nos a curiosidade no sentido de observar o que estava presente na fala de informantes das duas áreas — Bahia e Sergipe — para adjetivo — o que poderia estar também rotulado como outros tipos ou variedades de. Assim chegamos às raças de gado de

pequeno e grande porte,

De um lado, o mesmo processo metafórico registra do para tipos ou variedades de insetos e vegetais, e o que demonstram exemplos como:

. boi **baiano** - cavalo **chinês** - cavalo **manga larga** - porco **casco de burro** - carneiro **pêlo de burro** - gado **pê duro**, etc.

Do outro lado, o registro de itens lexicais específicos mas não de origem tupi. Pelo contrário, demonstram a outra face da moeda, isto é, a interferência da cultura européia ou de outras regiões que com ela mantinha contato. É o caso de, por exemplo: **ALVAÇÃO**, **TURINO**, **ZEBU**, para boi e **MERINÔ**, para carneiro.

Algumas, entre muitas, das caracterizações fornecidas pelos próprios informantes:

. **ALVAÇÃO**: "boi branco"
 . **TURINO**: "é pintado"
 . **ZEBU**: "de orelha grande...
 boi **zebu**, casteadado,
 boi raçado, de raça"
 . **MERINÔ**: "carneiro lançado"

ALVAÇÃO: O dicionário de MORAIS E SILVA, na edição de 1813, registra com a acepção genérica: "**alvadio, tirante a branco**", e com a abonação do Cancioneiro Geral de Resende, pág. 131, col.1: "meu capuz parado, frisado, **alvação**", porém faz um único destaque do uso e é justamente para boi: "boi **alvação**, dizemos freqüentemente".

Para os outros três itens trazemos o registro de BUARQUE DE HOLLANDA que é suficiente e resume o que trazem outros lexicógrafos:

TURINO: "Diz-se de, ou espécime de uma variedade portuguesa de gado bovino de uma raça holandesa..."

ZEBU: "(do tibetano *zeu*, atr. do fr. *zēbu*). Sm.1. Espécime de um gado bovino indiano (*bov indicus*), por via de regra corpulento e dotado de grande giba ou corcova cheia de reservas nutritivas e que compreende várias raças, como o gir, o nelore, o guzuerã ou guzerate, o sindi, etc. Adj. 2.g.2. Diz-se do gado bovino que apresenta essas características".

MERINO: "(Do esp. *merino*, pelo fr. *mérinos*)".

MERINO: "(Do esp. *merino*), Adj.1. Diz-se de uma raça de carneiros de lã muito fina, S.M.2. Tecido feito dessa lã. Var. (Bras.): *merinó*".

Assim, curta amostra do léxico que está na boca de brasileiros a demonstrar um processo criativo de expressões e dois lados da nossa triplíce formação étnica, aqui, o índio e o europeu. A história compõe a língua e a língua reflete a história. Da história muito se sabe e da língua muito pouco conhecemos.

ABSTRACT

This paper analyses certain adjectives that refer names that occur very frequently in the rural areas of Bahia and Sergipe. These adjectives are distributed in three groups: non-specific, metaphoric and specific.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Nadja; CARDOSO, Suzana; FERREIRA, Carlota; FREITAS, Judith; MOTA, Jacyra; ROLLEMBERG, Vera; ROSSI, Nelson

son. *Atlas lingüístico de Sergipe*. Universidade Federal da Bahia. Aguardando publicação.

AULETE, Caldas. *Dicionário contemporâneo da língua portuguesa*. Rio de Janeiro, Delta, 1958.

CUNHA, Antônio Geraldo da. *Dicionário histórico das palavras portuguesas de origem tupi*. São Paulo, Melhoramentos, 1978.

_____. *Dicionário etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1982.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Hollanda. *Novo dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1975.

ROSSI, Nelson et alii. *Atlas prévio dos falares baianos (APFB)*. Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, MEC, 1963.

SAMPAIO, Theodoro. *O tupi na geografia nacional*. Salvador, Câmara Municipal de Salvador, 1955.

SILVA, Antônio de Moraes. *Grande dicionário da língua portuguesa*. 10^a ed. Lisboa, Confluência, 1949-1959.

SERGIPE E BAHIA:
ALGUMAS DIFERENÇAS LEXICAIS¹

FERREIRA, Carlota
MOTA, Jacyra
ROLLEMBERG, Vera

RESUMO

Este artigo examina algumas diferenças quanto à ocorrência de lexias cartografadas no *Atlas Prévlo dos Falares Baianos* (INL, Rio de Janeiro, 1963) e no *Atlas Lingüístico de Sergipe* (UFBA, a ser publicado), analisando-as à luz de uma perspectiva sócio-cultural e histórico-geográfica.

Dados extra-lingüísticos, tais como, a história política dos Estados da Bahia e Sergipe, a sua formação populacional, a semelhança de colonização, a vizinhança geográfica e, numa perspectiva sincrônica, a atividade de pequena lavoura predominante na área rural, explicam as coincidências que, do ponto de vista lingüístico, apresentam as duas áreas, coincidências já ressaltadas por Antenor NASCENTES² ao considerar como um único falar, o 'falar baiano', a realidade lingüística dos dois Estados e evidenciadas pelas cartas do *Atlas Prévlo dos Falares Baianos* (APFB)³ e do *Atlas Lingüístico de Sergipe* (ALS)⁴.

Um grande número de isoglossas abrange a área Bahia-Sergipe, confirmando a classificação do mestre filólogo. Há, contudo, isoglossas de menor amplitude, que demonstram a existência de diversidade dentro da área.

Neste trabalho pretendemos examinar algumas das

diferenças lexicais observadas, a partir dos dados fornecidos pelos dois atlas, tendo em vista, sobretudo, o fato de esses dados haveram sido recolhidos por um mesmo tipo de investigação lingüística, pelo mesmo grupo de trabalho⁵, com aplicação de procedimentos metodológicos semelhantes.

Quanto aos procedimentos metodológicos, já explicitados na Introdução ao APPB⁶, vale salientar a inclusão no questionário mais amplo que se aplicou em Sergipe (cerca de 700 perguntas) das 162 perguntas que constituíram o "Extrato de Questionário" aplicado na Bahia. As cartas lingüísticas do *Atlas Lingüístico de Sergipe* correspondem tão somente ao resultado da aplicação dessas 162 perguntas.

1 Do confronto entre as cartas do APPB e ALS, selecionamos todas as lexias documentadas na Bahia com um índice de frequência igual ou superior a 30% (i.e., equivalente à ocorrência em pelo menos 15 das 50 localidades a inquiridas) que nos inquiridos em Sergipe ou não ocorreram ou se documentaram com um índice de frequência igual ou inferior a 20% (i.e., equivalente à ocorrência em 3 ou menos de 3 das 15 inquiridas), considerada apenas a documentação em interrogação indireta⁷.

Note-se que (a) para o cálculo de frequência deixamos de levar em conta o número de informantes em cada ponto⁸, ficando a vitalidade de uma lexia comprovada mesmo quando foi registrada a apenas um informante por localidade; (b) a não ocorrência de uma determinada lexia não nos autoriza a admitir o seu total desconhecimento na área investigada, mas pode fornecer um indício de seu baixo grau de utilização: as de uso mais freqüente são mais facilmente mobilizadas pelo falante quando lhe são fornecidos os semas identificadores; (c) os casos de dificuldade de en-

tendimento da pergunta, embora não possam de todo ser afetados, são muito pouco numerosos e para Sergipe puderam ser inteiramente controlados pela audição em laboratório dos registros magnetofônicos trazidos do campo.

1.1 As lexias documentadas no APPB com índice igual ou superior a 30% e que no ALS figuram com baixo índice de frequência são em número de trinta e oito e se dispõem no quadro a seguir em ordem decrescente de frequência na Bahia — entre 90% (45 pontos) e 30% (15 pontos) — acompanhadas de seu índice de ocorrência em Sergipe que foi nulo em vinte e dois casos, sendo de apenas 6,66% (um ponto) em oito, de 13,33% (dois pontos) em sete e de 20% (três pontos) em apenas um.

FREQUÊNCIA		LEXIAS	ACEPÇÕES DOCUMENTADAS
APPB	ALS		
90% (45 pontos)	6,66%	VERÔNICA	'medalhinha de metal branco, santinho de pendurar em cordão'
82% (41 pontos)	NULA	CANTAREIRA REIMOSA	'clavícula' 'nociva (fruta, comida, etc.)'
74% (37 pontos)	NULA 13,33%	CABO SAPATINA	'cauda de animal' 'sapato de mulher, de salto alto'
72% (36 pontos)	13,33%	MABAÇO MOVITO	'gêmeos' 'aborto'
70% (35 pontos)	13,33%	MANGA	'pastagem para gado'
68% (34 pontos)	NULA 20%	DOCA LUNETTA	'pessoa que não tem um olho' 'oculos'

FREQUÊNCIA		LEXIAS	ACEPÇÕES DOCUMENTADAS
APFB	ALS		
62% (31 pontos)	6,66%	ZELAÇÃO	'estrela cadente'
60% (30 pontos)	6,66%	JIRAU	'armação de madeira onde se põe o feijão a secar'
56% (28 pontos)	6,66%	PĀBULO	'pretensioso'
54% (27 pontos)	6,66%	SABUGO	'espiga de milho sem os grãos'
	13,33%	CRUVIANA	'frio forte (ou vento, chuva que o ocasione)'
50% (25 pontos)	NULA	DONA DO CORPO ^a	'útero'
	6,66%	PADRASTA	'madrasta'
48% (24 pontos)	NULA	CHAMBO QUEIRO	'pessoa de corpo mal feito, desajeitado'
		COCAR	'galinha d'angola'
		ZAMBETA	'pessoa de pernas arqueadas'
44% (22 pontos)	NULA	PACAU	'tipo de jogo de cartas'
		PEADOR	'tornozelo'
42% (21 pontos)	NULA	MACAQUEIRO	'trabalhador de enxada em roça alheia'
		RAPARIGA	'prostituta'
		TEMEROSO	'perigoso (trabalho -)'
		ÚTERO	'útero'
38% (19 pontos)	NULA	QUIPĀ	'coceira muito forte'
	6,66%	PERCA	'aborto'

FREQUÊNCIA		LEXIAS	ACEPÇÕES DOCUMENTADAS
APFB	ALS		
36% (18 pontos)	NULA	ABUSAO	'superstição'
		BINGA DE PÔ	'recipiente para rapê'
		BOLINETE	'peça de madeira, com dentes de metal do aparelho de ralar mandioca'
		SAQUE	'galinha d'angola'
		SIMONTE	'rapê'
34% (17 pontos)	6,66%	PÔ	'rapê'
	NULA	ALJÓFAR	'pérola'
32% (16 pontos)	13,33%	CAMBOTA	'pessoa de pernas arqueadas'
30% (15 pontos)	NULA	SUSPRAN DINO	'tipo de jogo de dados'
	13,33%	BORQUILHO	'pessoa de pernas arqueadas'

1.2 Essas lexias incluem-se em sua quase totalidade entre as que — estabelecendo-se um confronto com outras áreas de língua portuguesa, outros estratos sócio-culturais e/ou outras fases da língua — podem receber a marca de regional, rural, popular ou arcaizante.

1.2.1 Assim é como figuram, por exemplo, nos léxicos mais gerais de língua portuguesa¹⁰, vinte e seis das trinta e oito selecionadas a partir do índice de frequência na documentação de Bahia e Sergipe: vinte e cinco são dadas

como brasileirismos e duas são identificadas como antigas. Dentre as que se identificam como brasileirismos, vinte e duas apresentam a mesma acepção semântica documentada na Bahia e, em alguns casos, em Sergipe: **cantareira**, **reimosa**, **sapatina**, **mabaço**, **manga**, **doca**, **luneta**, **zelação**, **jirau**, **pã bule**, **cruviana**, **cocar**, **zambeta**, **pacau** (também dado como antigo), **rapariga**, **quipã** (dicionarizada sob a variante **qui pã**), **binga de pō**, **saquê**, **símonte**, **pō**, **cambota**, **borquilha** e apenas três registram-se com pequena divergência semântica: **chamboqueiro** (dicionarizado como 'grosseiro', 'tosco, de feições grossas'), **peador** (dicionarizado sem referência à extensão à anatomia humana) e **macaqueiro**¹¹ (dicionarizado como 'trabalhador da lavoura cacaueteira'). A marca de antigo é ainda atribuída a **cabo** na acepção de 'cauda'.

1.2.2 Das doze formas restantes, cinco não estão registradas nos referidos léxicos (**dona do corpo**, **padrasta**, **perca**, **bolinete** e **susprandino**) e apenas sete se registram sem nenhuma marca de regional, popular ou arcaizante (**verônica**, **móvito**, **sabugo**, **temeroso**, **útero**, **abusão**, **aljôfar**).

As formas não registradas nos léxicos consultados, à exceção, talvez, de **susprandino**, podem ser incluídas entre as populares e/ou rurais, quer pelo tipo de formação (**dona do corpo**, **perca**), quer pela relação com outras sintática e semanticamente semelhantes (**padrasta**), quer pela referência a 'coisa' essencialmente rural (**bolinete**). As que se registram sem nenhuma marca de regional, popular ou arcaizante não nos parecem — à exceção de **sabugo** e **útero** — usuais nas variantes urbanas atuais dos estratos com mais alto grau de escolaridade, com as acepções com que foram documentadas.

1.2.3 Vale observar ainda que as lexias que em Sergipe apresentam baixo índice de frequência documentam-se, sobretudo, nos pontos que se localizam na área contígua à Bahia (i.e., os de nº 51, 52, 53, 54, 58 e 65). Nesse caso encontram-se: **verônica** (no ponto 51), **jirau** e **perca** (no 52), **livusão**, como variante de **abusão** (no 53), **pō** (no 58), **mabaço** (nos 51 e 52), **borquilha** (nos 51 e 54), **manga** (nos 52 e 54), **sapatina** (nos 52 e 59), **cruviana** (nos 59 e 65), **luneta** (nos pontos 52, 57 e 65)¹².

2 Dentre as formas de expressão que figuram em cartas do ALS para os mesmos conceitos recobertos pelas significativamente documentadas no APFB e que ou não se registram ou ocorreram com baixo índice de frequência em Sergipe, podemos observar a utilização de lexias: (a) a que também se podem atribuir as marcas de rural e/ou popular, considerando que não são usuais em áreas urbanas e/ou em falantes de estratos com mais alto grau de escolaridade, (b) não marcadas quanto ao caráter rural e/ou popular.

2.1 As lexias a que se podem atribuir as marcas de rural e/ou popular figuram no quadro a seguir, em que se informa o seu índice de frequência em Sergipe — aqui considerado o superior a 30%, isto é, o equivalente à ocorrência em pelo menos cinco das quinze localidades inquiridas —, seguidas de seu registro em cartas do APFB, em que também se constata, para algumas delas, um significativo índice de ocorrência.

ACEPÇÕES DOCUMENTADAS	LEXIAS	FREQUENCIA	
		no ALS	no APFB
'clavícula	osso da fome	60% (9 pontos)	8% (4 pontos)
'pastagem para gado'	capineira	93,33% (14 pontos)	6% (3 pontos)
	solta	86,66% (13 pontos)	22% (11 pontos)
	arrancador	66,66% (10 pontos)	2% (1 ponto)
'óculos'	pincenê	53,33% (8 pontos)	20% (10 pontos)
'espiga de milho sem grãos'	capuco	100% (15 pontos)	46% (23 pontos)
'galinha d'angola'	guinë	93,33% (14 pontos)	16% (8 pontos)
'pessoa de pernas arqueadas'	cambaio	53,33% (8 pontos)	16% (8 pontos)
'tornozelo'	rejeito	33,33% (5 pontos)	16% (8 pontos)
'trabalhador de enxada em roça alheia'	pataqueiro	53,33% (8 pontos)	18% (9 pontos)
	ganhador	53,33% (8 pontos)	10% (5 pontos)
'prostituta'	solteira	53,33% (8 pontos)	28% (14 pontos)
'recipiente para rapê'	tabaqueiro	93,33% (14 pontos)	34% (17 pontos)

ACEPÇÕES DOCUMENTADAS	LEXIAS	FREQUENCIA	
		no ALS	no APFB
'peça de madeira, com dentes de metal, do aparelho de ralar mandioca'	rodete	46,66% (7 pontos)	48% (24 pontos)
	caititu	33,33% (5 pontos)	4% (2 pontos)
'rapê'	torrado	93,33% (14 pontos)	68% (34 pontos)
	tabaco	66,66% (10 pontos)	26% (13 pontos)

Cumpra observar de referência a **capineira**, **solta** e **arrancador**, como designações para 'pastagem para gado', a possibilidade de não recobrirem todas elas o mesmo campo semântico, como aliás está explícito em notas às cartas 143, 144 e 145 do ALS. Quanto a **solteira** deve-se destacar sua ocorrência em quatro dos oito pontos de Sergipe e em dois dos quatorze da Bahia no sintagma **mulher solteira**, além do fato de que, para a Bahia, sua apresentação cartográfica só se dará na série de cartas conjuntas Sergipe-Bahia¹¹ do ALS. **Rodete** registrou-se ainda em Sergipe com outras acepções conexas que figuram na carta que dá conta da semasiologia da forma.

2.1.1 À exceção de **osso da fome**, **pincenê**, **cambaio** e **rodete**, a primeira não dicionarizada nos léxicos consultados, todas as demais formas são identificadas como **brasileirismos**, acompanhadas algumas delas de sua distribuição geográfica — **capineira** e **arrancador** são dadas como de Sergipe e Bahia, **guinë** como de Pernambuco, **pataqueiro**, **solteira** e **tabaco** como do Nordeste, **ganhador** como de Paraíba, Pernambuco

e Alagoas, **torrado** como do Norte e Nordeste — ou de outras caracterizações — a **rejeito** e **solteira** se atribuem a de popular, acrescentando-se para a última a de antiga. A acepção com que as lexias aqui em causa se encontram dicionarizadas não coincide inteiramente com aquela com que foram recolhidas em Sergipe e Bahia nos casos de **pincenê** — dicionarizada como um tipo específico de óculos, o 'sem haste que uma mola prende no nariz' —, **pataqueiro** e **ganhador** — dicionarizadas entre outras acepções, com as de 'apelido que os cassacos da estrada de ferro dão aos trabalhadores de oito nos engenhos de açúcar', caracterizada como pejorativa, e de 'carregador', 'moço de fretes', respectivamente¹⁴.

2.1.2 O confronto da distribuição geográfica das lexias **capuco** e **tabaco** (cf. carta, anexo 1) e de **osso da fome**, **solta** e **guiné** (cf. carta, anexo 2) evidenciam isoglossas de menor amplitude que podem indicar a existência de sub-falares dentro do "falar baiano", em contraste com a grande soma de isoglossas de maior amplitude que atinge a totalidade dos Estados de Bahia e Sergipe. **Capuco** e **tabaco** cobrem toda a área sergipana e a contígua na Bahia, aí se estendendo pelo litoral até o extremo sul. As isoglossas de **osso da fome**, **solta** e **guiné** reforçam essa coincidência areal, excluindo todavia o litoral até o sul.

Os registros isolados de **tabaco** (ponto 33), **solta** (ponto 34) e **capuco** (ponto 43) podem sugerir que a distribuição geográfica dessas lexias era anteriormente mais ampla na Bahia. Seria possível prever também um contacto entre os informantes dessas localidades com outros onde a ocorrência de **tabaco**, **solta** e **capuco** seja freqüente, hipótese essa que a história dos informantes dos pontos 33, 34

e 43 não confirma.

2.2 Registra-se ainda em Sergipe, com significativo índice de freqüência, para a expressão de alguns daqueles mesmos conceitos, a mobilização de lexias não marcadas quanto ao caráter rural e/ou popular — como, aliás, também o correu na Bahia, embora nem sempre figurem no APFB —, assim como o aproveitamento de usuais recursos sintáticos. Es tão nesse caso:

a) as formas **clavícula**, **rabo** ou **cauda**, **sapato alto**, **gêmeos**, **aborto**¹⁵, **pasto**, **óculos**, **madrasta**, **prostituta**, **rapê**; as respostas do tipo **medalha**, de referência a uma "menor", "de qualidade inferior", "de alumínio ou de metal branco", **indigesta**, **ruim**, **perigosa**, **venenosa** para 'fruta ou comida nociva', **cego** ou **cego de um olho** para 'pessoa que não tem um olho', **gelo** ou **geada** para 'frio forte', **junta** para 'torno zelo', **perigoso** ou **arriscado** como adjetivação para trabalho, **impressão**, **cisma**, **tolice do povo** para 'superstição';

b) as respostas à pergunta "Estrela cadente"¹⁶ que aí são do tipo **estrela se mudando**, **estrela correu**, **desceu uma estrela** e estão cartografadas sob o título "Verbo utilizado de referência ao fenômeno conhecido como 'estrela cadente'".

3 Os dados lingüísticos aqui analisados comprovam a existência de isoglossas de menor amplitude que (a) distinguem entre si as áreas de Sergipe e Bahia; (b) caracterizam sub-áreas que ora incluem o Estado de Sergipe e as

áreas confinantes do da Bahia, ora, ao contrário, incluem a Bahia e a área limítrofe de Sergipe.

Exemplificam o primeiro caso a ausência nos inquéritos realizados em Sergipe de **cantareira**, **reimosa**, **cabo**, **doca**, **dona do corpo**, **chamboqueiro**, **cocar**, **zambeta**, **pacau**, **peador**, **rapariga**, **temeroso**, **binga de pã**, **bolinete**, **saquê**, **simonte**, **aljôfar**, **susprandino**.

No segundo caso, como exemplos mais caracterizadores podemos citar **capuco** e **tabaco** (cf. carta, anexo 1) ou **osso da fome**, **solta** e **guiné** (cf. carta, anexo 2); e aquelas — já anteriormente referidas — que se documentam com frequência significativa na Bahia e que ocorrem em Sergipe em três ou menos de três localidades, situadas exatamente em área contígua à da Bahia.

3.1 A interpretação de tais isoglossas pode estear-se em dois tipos de fatores: (a) os de ordem histórico-geográfica, relacionados com a formação e constituição populacional das localidades; com a mobilidade das populações, por razões diversas; com a estruturação político-administrativa das duas áreas; com o contacto com outros centros — particularmente a capital —, etc.; (b) os de ordem sócio-econômica e cultural, ligados às modificações por que teriam passado as comunidades no período de 6 ou 7 anos que distancia as datas de realização dos inquéritos na Bahia e em Sergipe¹⁷, graças ao desenvolvimento de algumas áreas na década de 60 e a penetração cada vez maior dos meios de comunicação de massas em zonas rurais.

3.1.1 Admitimos que se possa explicar por diferenças de formação histórico-geográfica, por exemplo, a ausência em Sergipe de **cocar**, **zambeta**, **rapariga**, **binga de pã**, **simon**

te, entre outras, já que, nesses casos, o mesmo conteúdo semântico é expresso por outras formas igualmente marcadas quanto ao aspecto rural e/ou popular.

3.1.2 Parece, no entanto, relacionar-se com as modificações de caráter sócio-econômico-cultural, que se supõe terem ocorrido em localidades de Sergipe, a ausência ou o baixo índice de frequência de lexias do tipo **verônica**, **sa patina**, **mabaço**, **móvito**, **doca**, **luneta**. Em vez dessas, que se documentaram majoritariamente na Bahia, predominam em Sergipe as não marcadas quanto a rural e/ou popular, algumas vezes sem coincidência total de campo semântico. Pode-se também considerar como indícios de modificação sócio-econômica-cultural os comentários que acompanham, em alguns casos, as respostas do próprio informante. Assim, se expressa, por exemplo, um dos informantes (ponto 59) a propósito de **mover**: "**moveu** é palavra do tempo do 'jêbe-jêbê', a gora mudou, agora não tem esse nome mais não, é **aborto**".

Ainda significativo como indicação da pouca vitalidade de algumas lexias à época dos inquéritos em Sergipe é o fato de se ter constatado a mobilização da forma, em certos casos, após haver o inquiridor perguntado por denominações antigas ou mais antigas, tal como ocorreu, por exemplo, com **sapatina** (em um dos dois pontos em que foi documentada) e com **pincenê** (em dois dos oito pontos). É interessante acrescentar que já à época dos inquéritos na Bahia **sapatina** e **luneta** foram dadas como antiquadas, como se depreende do testemunho de alguns informantes, conforme consta das notas às cartas 71 e 65 do APFB, respectivamente.

3.2 Ao concluir, vale lembrar, entretanto, que a existência de isoglossas de menor amplitude ao lado daque

las de amplitude máxima não desmentem — com os dados de que dispomos até hoje — a consideração de ANTENOR NASCENTES, em 1922¹⁰, de um 'falar baiano' — zona de transição entre os dialetos do norte e do sul do Brasil — que compreenderia as áreas de Sergipe e Bahia, além das do norte de Minas Gerais e leste de Goiás.

ABSTRACT

This paper shows some differences in the occurrence of some lexical items presented in linguistics maps of *Atlas Prévio dos Falares Baianos* (INL, Rio de Janeiro, 1963) and *Atlas Lingüístico de Sergipe* (UFBA, to be published). Our intention is the analysis of some of these differences based on historical, geographical and socio-cultural factors.

NOTAS

- 1 Em versão preliminar, este trabalho foi apresentado à X Reunião Brasileira de Antropologia, realizada em Salvador, em 1975.
- 2 Cf. NASCENTES, A. *O linguajar carioca*. Rio de Janeiro, Simões, 1953, p.18-26.
- 3 Cf. ROSSI, N. et alii. *Atlas Prévio dos Falares Baianos*. Rio de Janeiro, MEC, INL, 1963.
- 4 Cf. ANDRADE, Nadja; CARDOSO, Suzana; FERREIRA, Carlota; FREITAS, Judith; MOTA, Jacyra; ROLLEMBERG, Vera; ROSSI, Nelson. *Atlas Lingüístico de Sergipe*. Universidade Federal da Bahia. Originais prontos desde 1973, aguardando publicação.
- 5 Embora nem todos os colaboradores do APFB tenham participado da elaboração do *Atlas Lingüístico de Sergipe*, a orientação e coordenação de Nelson Rossi assim como a continuação de alguns pesquisadores com a experiência anterior contribuíram para essa homogeneidade.
- 6 Cf. ROSSI, N. *Atlas Prévio dos Falares Baianos. Introdução, questionário comentado, elenco das respostas transcritas*. Rio de Janeiro, MEC, INL, 1965.
- 7 A interrogação indireta, processo mais frequentemente utilizado, consiste no fornecimento ao informante de

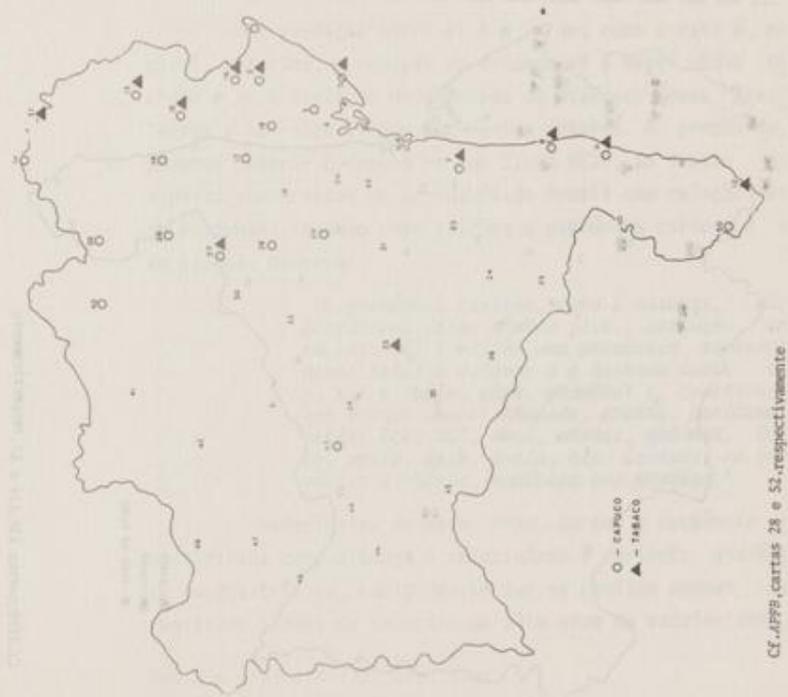
semas identificadores que o levem à mobilização da forma de expressão correspondente. Vale a ressalva aqui feita pelo fato de se haver também utilizado um processo de interrogação direta, que identificamos como "teste de identificação" e que consiste no fornecimento ao informante de uma forma de expressão para apurar o seu conteúdo. Esse procedimento só foi empregado depois de esgotados todos os recursos da interrogação direta e aplicadas todas as perguntas do questionário. À propósito, cf. ROSSI, N., op. cit. na nota anterior e, do mesmo autor, *Significante e significado nos inquiridos dialetais: um procedimento heterodoxo*. Comunicação apresentada ao II Congresso Interamericano da ALFAL, São Paulo, jan.1969.

- 8 Na Bahia, na maioria dos pontos — quarenta e um — ou viram-se dois informantes; em uma localidade foram ouvidos cinco informantes; em duas, três informantes; em seis, apenas um. Em Sergipe, foram inquiridos dois informantes em cada ponto.
- 9 Na Bahia, documenta-se também a variante *mãe do corpo*, em cinco pontos, e *senhora do corpo* em um.
- 10 Cf. AULETE, Caldas. *Dicionário contemporâneo da língua portuguesa*. Rio de Janeiro, Delta, 1958 e FERREIRA, A. Buarque de Holanda. *Novo dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro, Ed. Nova Fronteira, 1975.
- 11 Análise das designações que se documentam para trabalhador de enxada (especialmente os de condição mais humilde, que trabalham em roça alheia por não possuírem roça própria) encontra-se em ROSSI, N. Sobre designações para 'trabalhador de enxada' na Bahia e em Sergipe. *Universitas*. Salvador, UFBA (15/16): 153-61, maio/dez., 1973.
- 12 Os quinze pontos inquiridos em Sergipe receberam a indicação numérica de 51 a 65, em continuação às 50 localidades selecionadas para o APFB.
- 13 O ALS contém doze cartas lingüísticas que conjugam da dos recolhidos em Sergipe e Bahia, estes últimos não cartografados no APFB.
- 14 Confira o anterior nota 11.
- 15 Acrescente-se o elevado índice de utilização de formas flexionais de *abortar* em detrimento das de *mover* e *perder*.
- 16 A formulação da pergunta processou-se através de mímica, dados os semas 'de noite', 'no céu', sem que se utilizassem verbos indicadores de movimentos, do tipo dos que registramos aos informantes. O único informante (ponto 60) que respondeu *zelação* fez a ressalva "diz o povo".

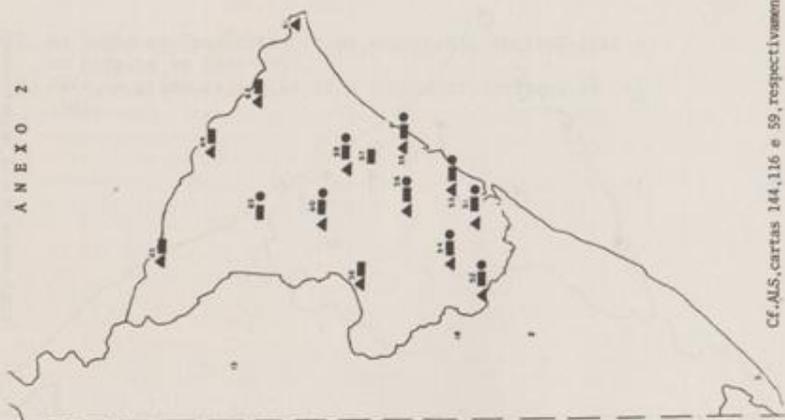
- 17 Na Bahia os inquéritos foram realizados em 1960-1961 e em Sergipe em 1966-1967.
 18 Data da primeira edição de *O linguajar carioca*, já citado.



CF.N.S. cartas 29 e 32, respectivamente



CF.4999, cartas 28 e 32, respectivamente



Cf. ALS, cartas 144, 116 e 59, respectivamente



Cf. APPB, cartas 139, 114 e 57, respectivamente

VARIAÇÃO ENTRE EI E E EM SERGIPE¹

Jacyrá Mota (UFBA)

RESUMO

Este trabalho analisa a variação entre ei e e registrada em Ribeirópolis (Sergipe) a informantes rurais, nos inquéritos realizados para a elaboração do Atlas Lingüístico de Sergipe (UFBA, a ser publicado), procurando estabelecer os contextos fônicos que determinam ou favorecem cada uma das variantes.

A variação entre ei e e — ou, como o fato é, em geral, referido, a redução do ditongo ei à vogal média fechada e — é bastante documentada em diversas áreas brasileiras e tem sido citada por vários autores. A propósito, podemos lembrar o trecho em que SILVA NETO, ao tratar do aspecto conservador do português do Brasil com relação ao de Portugal, tomando como padrões a pronúncia carioca e a de Lisboa, observa:

A pronúncia carioca, como é natural, não participou desse câmbio [i.e., evolução de ei para ai] e mantém uma pronúncia conservadora: reduz o ditongo a e fechado antes de j, x e r (bêjo, pêxe, prímião) e conserva-o nos outros casos: Almeida, azeite, azeitona, ceifa, lei, rei, amei, queimar, leite, peito, feio, areia, etc. Contudo, na pronúncia distensa, manteiga soa mantêga.²

Referências do mesmo tipo, em que a seqüência i identificada como ditongo é relacionada à variação diafásica ou diastrática, admitindo-se que se realize apenas em registros tensos de falantes de alto grau de escolaridade,

encontram-se, por exemplo, em NASCENTES³, MARROQUIM⁴ e CĂ MARA JR.⁵.

No entanto, em localidades do interior de Sergipe, área investigada para a elaboração do *Atlas Lingüístico de Sergipe (ALS)*⁶, documentam-se tanto e quanto *ei*, no registro coloquial de informantes analfabetos ou semi-alfabetizados, às vezes nas mesmas formas e no mesmo trecho do discurso, caracterizando-se o fato como variação livre, sem as marcas de diafásico ou diastrático atribuídas.

É interessante observar, ainda, na área sergipana, a ocorrência de vogal anterior média aberta em formas que também se registram com a seqüência vogal anterior média fechada + semivogal anterior, em posição pré-acentuada, configurando-se uma variação entre [ey], [e] e [ɛ]. Como exemplo, citamos as variantes f[ɛ]jão, f[ey]jão e f[e]jão, a primeira registrada ao informante 3, as demais aos informantes 1 e 2 de Ribeirópolis, ponto nº 60 do ALS⁷.

1 O *corpus*⁸ em que se baseia este trabalho consta de aproximadamente doze horas e meia de registro magnetofônico, recolhido em Ribeirópolis, Sergipe, em cinco inquéritos realizados em 1967, dois deles com aplicação integral e sistemática de questionário elaborado para a recolha do material lingüístico que constituiria o ALS (cerca de 700 perguntas) e três, de menor duração, que se restringem às áreas semânticas relacionadas com a atividade profissional do informante.

Os informantes dos inquéritos sistemáticos, aqui referidos como informantes 1 e 2, são naturais da localidade, de onde poucas vezes se afastaram, sempre em viagens de curta duração; filhos de pais também de Ribeirópolis; analfabetos. Os outros três informantes nasceram, assim *co*

mo seus pais, em localidades vizinhas, distantes no máximo doze quilômetros de Ribeirópolis. Dois deles (o 3 e o 4) são analfabetos e apenas um, semi-alfabetizado⁹.

1.1 A partir do levantamento de todas as ocorrências de [ey] e de [e] ou [ɛ] em formas que se realizam com [ey] neste ou em outros dialetos, analisamos os contextos fônicos em que se inserem essas variantes, agrupando-os de acordo com o segmento imediatamente seguinte.

Identificamos três tipos de contextos: os mediais pré-vocálicos, os mediais pré-consonânticos e os finais de palavra, subdividindo os primeiros segundo a qualidade da vogal ou da consoante imediatamente seguintes.

1.1.1 Contextos pré-vocálicos

Nos contextos pré-vocálicos confirma-se a relação já assinalada por alguns autores¹⁰ entre a realização [ei] ou [e] e a qualidade da vogal imediatamente seguinte: diante de vogal baixa central ocorrem as duas variantes mas quando a vogal seguinte é a posterior alta registra-se a seqüência de vogal anterior média fechada + semivogal anterior, em todos os casos.

No *corpus* são os seguintes os exemplos:

1 Diante de vogal central baixa: (a) corr[ey]a e corr[e]a; m[ey]a e m[e]a; or[ey]a e or[e]a (para **orelha**); verm[ey]a e verm[e]a (para **vermelha**); verm[ey]aço e verm[e]aço (para **vermelhaço**); (b) ar[ey]a, arr[ey]a, cern[ey]a (para **cerneha**), galop[ey]a, v[ey]a; (c) carr[e]a, ch[e]a, or[e]ana (para **orelha**) e ser[e]a.

2 Diante de vogal posterior alta: **cheio**, **meio**,

meião¹¹, teiū, veiozinho.

1.1.2 Contextos prē-consonânticos

Nos contextos prē-consonânticos, a realização [ey] ou [e] relaciona-se com a qualidade da consoante contextual, como veremos a seguir.

1.1.2.1 Diante de / t / registra-se ey quando o fone ma se realiza como oclusivo dental, ocorrendo [ey] ou [e] — o primeiro com frequência um pouco mais elevada que o segundo — quando a realização é africada palatal. Há no *corpus* uma única ocorrência de [e] antes de [t] na amostra de fala do informante 2 que emitiu a mesma forma com a africada palatal: rej[et]o e rej[et̃]o.

Os exemplos documentados foram:

1 Diante de [t]: **direito, enfeitado, estreito, feitoço¹², feitio, jeito, jeitinho, prefeitura, rejeito.**

2 Diante de [t̃]: (a) com [ey] e [e]: **es treito, feito, feitor, jeito, peito;** (b) apenas com [ey]: **deito, deita, deitar, defeito, direito, eito, enfeitada, feitinha, peitão, peitoral;** (c) apenas com [e]: **deitada, prefeito, rejeito, respeito.**

1.1.2.2 Quando a consoante imediatamente seguinte é a constrictiva palatal, surda ou sonora, encontram-se [ey] e [e] nas mesmas formas, a saber: **deixo, deixa, eixo, feixe, peixe, queixo e feijão**, registrando-se com [e] a penas (e também com [e], como veremos a seguir): **aleija do** e formas arrizotônicas do verbo **deixar (deixar, deixemos, deixou)**. Apesar do reduzido número de exemplos, parece evidente que, neste caso, a posição inacentuada favorece

ce a realização [e].

1.1.2.3 Com a constrictiva alveolar registraram-se dois exemplos, um deles com as duas variantes (tr[ey]çol e tr[e]çol) e o outro com [ey] ([sor̃eỹsu], denominação de um tipo de beiju com coco, "bem molhadinho, fofinho", registrado ao informante 2).

1.1.2.4 Registram-se seguidos de consoante nasal bilabial duas formas do verbo **queimar**, uma com a realização [ēy] (**queimar**) e outra com [ē] (**queima**).

1.1.2.5 Com a vibrante alveolar ocorre sistematicamente [e] em todos os exemplos registrados no *corpus*, tendo-se documentado com [ey] apenas uma ocorrência de **esteira**, registrada ao informante 2, na mesma frase em que realiza **tam bém** a outra variante, e uma de **queira**, ouvida ao informante 1 que a seguir emite a mesma forma com [e].

Vale lembrar a grande frequência do contexto no *corpus*, o que torna mais significativa a regularidade com que se documenta a vogal anterior média (fechada ou aberta) em formas que também ocorrem com [ey].

1.1.3 Em final de palavra

Neste contexto a norma no dialeto sergipano, como em outros dialetos brasileiros, é a realização [ey], registrando-se, no entanto, duas ocorrências de [e], em formas de primeira pessoa de perfeito do indicativo do verbo **chegar** ([̃segē]), uma ao informante 2 e outra ao informante 4.

2 A ocorrência da vogal média aberta em formas também documentadas com [e] ou com [ey] verifica-se nos exemplos: (a) **teiu** (realizado com [ey]); (b) **deixar, deixado, queixal e aleijado, beiju, feijão, feijãozinho**, com [e]; (c) **apoleira, beirada, caldeirão, cheirar, peneira, peneirar, peneirada, Ribeirópolis**, também com [e].

Quanto a essa realização, lembramos o fato de situar-se o dialeto entre aqueles em que predomina a vogal média aberta (anterior ou posterior) em posição pré-acentuada, quando o contexto fônico condiciona ou favorece tal variante.

Os dados fornecidos pelo *corpus*, quando analisados em sua totalidade no que se refere à vogal pré-acentuada¹³, indicam como alguns dos fatores que determinam a realização [e]: (a) presença na sílaba acentuada imediatamente seguinte de vogal oral, baixa ou média aberta, ou de vogal nasal média; (b) contigüidade da consoante vibrante alveolar. Esses contextos aparecem na maioria dos exemplos aqui citados.

Do grupo de formas registradas com [e] apenas b[e]ju, documentada em 11 ocorrências aos informantes 1, 2 e 3, e t[ey]ú, uma vez, ouvida ao informante 2, não se integram entre os contextos condicionadores de vogais abertas, constituindo as duas únicas realizações de vogal anterior média aberta inacentuada antes de vogal acentuada alta, em formas que também se realizam com [ey] no mesmo dialeto (como **teiu**) ou em outros dialetos (como **beiju**).

Além de se destacarem desse grupo de formas que estamos analisando agora, as ocorrências b[e]ju e t[ey]ú fazem parte de um grupo reduzidíssimo de quatro formas¹⁴ em que não se verifica a harmonização de altura entre a vogal inacentuada e a vogal acentuada alta da sílaba seguinte

te, sem que se evidencie qualquer fator, quer de ordem fonética, quer de ordem morfofonêmica, que justifique a não aplicação da regra.

Quanto às realizações apol[ē]ra e pen[ē]ra, em que a vogal baixa se documenta em sílaba acentuada, admitimos que se expliquem por extensão às formas verbais de radical acentuado da variante mais freqüente em radical inacentuado, para integrar esses verbos na classe mais ampla dos de primeira conjugação que apresentam, neste dialeto, vogal baixa tanto nos radicais inacentuados quanto nos acentuados (ã exceção dos casos em que a vogal acentuada seguinte é não baixa, como nas formas de primeira e terceira pessoas do perfeito do indicativo), como **gelar** (g[ē]la, g[ē]lava). Por outro lado, a realização de terceira pessoa do indicativo com vogal média aberta reforça a alternância entre forma verbal e forma nominal que se verifica em muitos casos, como por exemplo: p[ē]sa: p[e]so, ap[ē]rta: ap[e]rto, g[ē]la: g[e]lo, com[ē]ça: com[e]ço, etc.

3. A partir da análise da variação entre [ey] e [e] ou [e] na área sergipana que estamos estudando, podemos destacar algumas características dialetais, como as que expomos a seguir.

3.1 As variantes [ey] e [e] distribuem-se diferentemente, a depender do contexto fônico em que se inserem; a primeira ocorre sistematicamente diante de vogal posterior alta ou consoante dental e em final de palavra, enquanto a segunda é a norma quando o segmento imediato é a consoante vibrante alveolar; nos demais contextos documentam-se, como vimos, ambas as variantes.

Vale observar que o fato de não haver sido utilizado

zado um questionário especificamente elaborado para a depreensão do fato deixa lacunas quanto a outros contextos.

3.2 Registra-se a variante [e] em formas também documentadas com [ey], em distribuição inacentuada anterior ao acento, nos mesmos contextos em que ocorre essa vogal em outras formas não relacionadas à seqüência ei, confirmando-se a característica dialetal de restrição à ocorrência de vogal média fechada em sílaba pré-acentuada.

3.3 A identificação de [ey] como variante característica de "classe culta", como se lê em NASCENTES, de "linguagem cuidadosa", como classifica CÂMARA JR. ou apenas documentada em "gente letrada" quando fala com "preocupação de policiar a linguagem" ou quando tem "educação prosódica muito cuidada...", segundo MARROQUIM¹⁵ não coincide com os dados do dialeto. Essa variação entre ei e e deve ser, ao contrário, classificada como diatópica e provavelmente se documenta também em outras áreas brasileiras.

ABSTRACT

This paper presents an analysis of the ei / e variance as registered in Ribeirópolis (Sergipe), obtained from inquiries made to rural informants for the elaboration of the Atlas Lingüístico de Sergipe (UFBA, to be published). The purpose of this analysis is to establish the phonological contexts that determine or favour the occurrence of each of these variants.

NOTAS

1 Uma versão preliminar do trabalho foi apresentada como comunicação à 33^a Reunião Anual da SBPC, realizada

- em Salvador, em 1981.
- 2 Cf. SILVA NETO, S. *A língua portuguesa no Brasil — Problemas*. Rio de Janeiro, Livr. Acadêmica, 1960, p.37. O capítulo foi posteriormente incluído em SILVA NETO, S. *História da língua portuguesa no Brasil*. Rio de Janeiro, Presença, 1979.
 - 3 Cf. NASCENTES, A. *O linguajar carioca*. Rio de Janeiro, Ed. Organização Simões, 1953, p.41-2.
 - 4 Cf. MARROQUIM, M. *A língua do Nordeste*. São Paulo, Ed. Nacional, 1945, p.72.
 - 5 Cf. CÂMARA JR., J.M. *Dicionário de Lingüística e Gramática*. Petrópolis, Ed. Vozes, 1981.
 - 6 O Atlas Lingüístico de Sergipe, em fase de impressão, dá continuidade em área sergipana aos estudos dialetais iniciados com o APFB. ROSSI, N. et alii. *Atlas Prévio dos Falares Baianos*. Rio de Janeiro, MEC, INL, 1963.
 - 7 No ALS continua-se a numeração do APFB: as localidades são numeradas de 51 a 65.
 - 8 O corpus foi anteriormente analisado sob outros aspectos, tendo fornecido material para os trabalhos: ANDRÁDE, N. e MOTA, J. "Neutralização /n:/ /ñ/ em Sergipe". *Universitas*, UFBA, (12/13): 307-16, maio/dez. 1972; MOTA, J. *Sobre o traço palatalidade em Ribeirópolis (Sergipe)*. Salvador, UFBA, 1973. (Tese para Assistentia) e *Vogais antes de acento em Ribeirópolis-SE*. Salvador, UFBA, 1979. Dissertação de Mestrado.
 - 9 Os dois inqueritos que representam a localidade de Ribeirópolis no ALS foram realizados por N. ANDRADE e N. ROSSI. Os informantes figuram no ALS como informante A (sexo feminino) e B (sexo masculino), correspondendo aos aqui identificados como 1 e 2, respectivamente.
 - 10 Cf., por exemplo, MARROQUIM, M., op. cit.
 - 11 Registrou-se também a variante m[ei]ão ao mesmo informante (o 5) que emitiu m[ey]ão.
 - 12 A realização dental da oclusiva /t/ diante de /i/ é um dos traços caracterizadores do dialeto.
 - 13 Cf. Dissertação de Mestrado citada na nota 8.
 - 14 Além de beiju e teiú, registram-se no corpus Jesus (também documentado com [i] na primeira sílaba) e jacobina (denominação para um tipo de mandioca). Beiju e teiú apresentam em comum o fato de serem de origem indígena, o primeiro dado como vocábulo comum ao tupi e ao guarani, proveniente de mbe'yu e o segundo do tupi te'yu.
 - 15 Cf., respectivamente, as obras citadas nas notas 3, 5 e 4.

ASPECTOS LÉXICOS DO
ATLAS LINGÜÍSTICO DA PARAÍBA

M² do Socorro S. de Aragão (UFPb)

RESUMO

Nopresente trabalho, em homenagem ao Centenário de Nascimento do Professor Antenor Nascentes, fez-se a caracterização do *Atlas Lingüístico da Paraíba* e analisou-se algumas de suas cartas léxicas, do campo semântico "A Terra".

Foram considerados os seguintes aspectos: frequência e distribuição das variantes em todo o Estado e em cada ponto de per si; estruturação das variantes em lexias simples, compostas, complexas e como expressões completas; uso das formas diminutivas com valor afetivo ou representativo; uso de adjetivos qualificativos em lexias compostas e complexas e o número de variantes léxicais de cada tema das cartas.

Algumas das conclusões a que se chegou mostram: uma grande variação lexical; irregularidade na distribuição das variantes; coexistência de variantes diferentes numa mesma sub-região, ponto e informante; variantes estruturadas em lexias simples, compostas, complexas e expressões completas e, ainda, que a riqueza lexical e a uniformidade das áreas pesquisadas são conseqüência das influências sócio-econômico-lingüístico-culturais tanto regional como de âmbito nacional.

1 INTRODUÇÃO

O Professor Antenor Nascentes, em seu trabalho *Bases para a elaboração do Atlas Lingüístico do Brasil*, ofereceu orientações e estabeleceu princípios essenciais pa

ra que essa tarefa pudesse ser realizada a contento por estudiosos e especialistas da Dialetologia e da Geografia Lingüística de nosso país.

Infelizmente, até a presente data esse trabalho não foi levado a efeito por uma série de motivos, desde os técnicos aos financeiros, impedindo nosso país de se igualar, em termos de Geografia Lingüística, a nações da Europa e das Américas.

Contudo, o empenho do Professor Nascentes, de incentivo à realização do *Atlas Lingüístico do Brasil*, não foi em vão. Vários grupos de estudiosos das mais diferentes regiões do país vêm se empenhando na elaboração de atlas lingüísticos regionais, apesar de apenas três trabalhos terem vindo a público nos últimos 20 anos: o pioneiro, *Atlas Prévio dos Falares Baianos*, do Professor Nelson Rossi, o *Esboço de um Atlas Lingüístico de Minas Gerais*, do Professor Mário Roberto Zágari e, recentemente, o *Atlas Lingüístico da Paraíba*, de nossa autoria e da Professora Cleusa Palmeira Bezerra de Menezes.

No presente estudo, em homenagem ao Centenário de Nascimento do Professor Antenor Nascentes, far-se-á uma caracterização geral e a análise de algumas cartas lxicas, do campo semântico "A Terra", do *Atlas Lingüístico da Paraíba*.

2 CARACTERIZAÇÃO DO ATLAS LINGÜÍSTICO DA PARAÍBA

Para a realização da pesquisa e elaboração do *Atlas Lingüístico da Paraíba*, todo um trabalho preliminar de preparação foi feito a fim de se evitar o quanto possível as soluções de urgência e as improvisações.

2.1 PESQUISA BIBLIOGRÁFICA

A primeira tarefa foi uma exaustiva pesquisa bibliográfica sobre o que havia sido feito em outros países, no Brasil e no Nordeste, relativamente aos estudos e pesquisas dialetológicas, as várias linhas de pesquisa existentes e os pressupostos teóricos embasadores dos estudos de Dialetologia e Geografia Lingüística.

A fim de que os integrantes da pesquisa pudessem estudar e conhecer a bibliografia básica, necessária à correta compreensão e execução do trabalho, foram realizados seminários semanais, nos quais cada grupo de dois pesquisadores apresentava aos demais, para discussão, duas obras que haviam lido, comentado e resumido.

Foram consultados, no país e no exterior, cerca de 24 atlas lingüísticos de vários países, bem como obras gerais de Dialetologia, Geografia Lingüística, Sociolingüística e Lingüística Geral.

2.2 ESCOLHA DAS LOCALIDADES

Foram escolhidos 25 municípios como base e mais três satélites para cada base, num total de 100 municípios, cobrindo todo o Estado.

São municípios base: João Pessoa, Mamanguape, Belém, Guarabira, Itabaiana, Esperança, Campina Grande, Umuzeiro, Barra de Santa Rosa, Picuí, Soledade, Cabaceiras, Taperoã, Serra Branca, Congo, Monteiro, Patos, Catingueira, Catolé do Rocha, Pombal, Princesa Isabel, Sousa, Itaporanga, Cajazeiras e Conceição.

Os municípios-satélites serviram para controle e convalidação dos dados obtidos nos municípios-base, não a

Estudos (5): 129-150, dez. 1986

parecendo, portanto, nas Cartas.

Efetuu-se, a seguir, junto à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE, um levantamento de dados geográficos e sócio-econômico-culturais de todos os municípios a serem pesquisados, de interesse para o trabalho; o qual constou de: nome do município; etimologia do nome do município; microrregião paraibana onde se localiza; limites; adjetivo gentílico; distritos; distância da capital; histórico do município; aspectos físicos (latitude, longitude, altitude, área); aspectos demográficos (população do município e da sede, densidade demográfica); aspectos econômicos (principais atividades econômicas, estabelecimentos rurais e industriais, hotéis, restaurantes, hospitais); aspectos sócio-culturais (profissionais em exercício, escolas de 1ª e 2ª graus, superiores, associações culturais, bibliotecas, cinemas, jornais, rádios, canais de TV que sintonizam); meios de transporte e vias de acesso; intercâmbio comercial e cultural além de outras informações.

2.3 ESCOLHA DOS INFORMANTES

A escolha dos informantes obedeceu aos seguintes critérios: ter nascido na localidade ou no município, pertencer à faixa etária entre 30 e 75 anos; ter nível de instrução variando entre analfabeto e primário completo; não ter saído da localidade por mais de um ano; ser filho de pais nascidos na região; possuir boas condições de saúde e de fonação; homens e mulheres; profissões variadas, por ser o questionário geral; trabalhar naquela produção específica, no caso do questionário específico.

Em cada município foram entrevistados um mínimo

de três e um máximo de dez informantes, assegurando-se assim uma amostragem representativa do seu falar.

2.4 O QUESTIONÁRIO

A versão do questionário aplicado, que foi publicado em 1980 pela Editora da UFPB é o resultado do aperfeiçoamento de três outras versões testadas e reformuladas sucessivamente em seis municípios, com 12 informantes diferentes.

O questionário foi dividido em duas partes: uma geral, com 289 questões e uma específica, com 588 questões. A geral compreende os seguintes campos semânticos: a terra, o homem, a família, habitação e utensílios domésticos, aves e animais, plantação, atividades sociais.

A parte específica diz respeito aos cinco principais produtos agrícolas da Paraíba: mandioca, cana-de-açúcar, agave, algodão e abacaxi.

A pesquisa foi direta, *in loco*, utilizando-se com versação dirigida através do questionário.

Para a elaboração do questionário específico da cana-de-açúcar e da mandioca foram utilizadas algumas questões de outros questionários, como o dos professores Alzir Oliveira, Otília Idalina Maia de Vasconcelos e Yara Lyra de Macedo, da UFPB.

2.5 AS ENTREVISTAS

Para a aplicação do questionário, nos municípios, foram feitos contatos com as Prefeituras Municipais, Secretarias da Educação, de Assistência Social, Movimento Brasileiro de Alfabetização - MOBRAL, Empresa de Assistência Têc

nica e Extensão Rural - EMATER, Centros Sociais Urbanos, Cooperativas e Associações de Classe, que serviram de intermediários para as primeiras abordagens e apresentações junto aos informantes.

As entrevistas foram as mais informais possíveis, havendo toda uma conversação preliminar em que se procura va deixar o informante descontraído e à vontade para responder às questões. Para facilitar a compreensão das questões usaram-se desenhos esquemáticos e pequenos objetos que eram mostrados aos informantes. As questões eram formuladas de modo simples enquanto se mostrava o objeto ou imitava-se a ação.

As entrevistas foram realizadas nas residências dos informantes, no ambiente de trabalho ou ainda em locais como a Prefeitura, o Centro Social Urbano, Cooperativas ou Associações.

Se a escolha dos locais trouxe alguns problemas de ruídos nas gravações, por outro lado ganhou-se bastante na espontaneidade e informalidade de que se revestiram por estar o informante em seu meio-ambiente.

Para a gravação das entrevistas usou-se gravadores portáteis marcas "Crown", "National", "Sanyo" e "Panasonic", com boa capacidade de resposta e fitas-cassete marcas TDK-SA e BASF, de ferrite e dióxido de cromo, C/60.

As entrevistas gravadas no campo em fita-cassete e com gravadores portáteis foram reproduzidas para fitas de rolo, marca SCOTCH e BASF, de dióxido de cromo, com 1200 e 1800 pés, utilizando-se um gravador Master AKAY 4000 DB, com eliminador de ruídos, no Laboratório de Fonética da UFPb.

Na audição e transcrição das fitas usou-se *headphones* estéreos marca "Selenium", amplificador de som QUA

SAR QA 5500 e caixas acústicas QC 500.

Para o registro de fatos étnicos e sociais importantes para a pesquisa utilizou-se uma máquina fotográfica Yashica ME 1, com *flash* e uma máquina filmadora Minolta, sonora SL 660.

2.6 AS TRANSCRIÇÕES FONÉTICAS

Para a transcrição fonética das entrevistas utilizou-se o Alfabeto Fonético Internacional, com um número reduzido de sinais e diacríticos a fim de facilitar a leitura do trabalho.

A transcrição é ampla e geral, por ser auditiva e ter sido levada a efeito sem o uso de instrumentos de fonética experimental ou sofisticações técnicas, o que não diminui o seu valor, face aos cuidados com que foi feita. Todas as fitas foram ouvidas por mais de um pesquisador, que testavam e discutiam entre si a transcrição feita.

2.7 SELEÇÃO DO MATERIAL PARA AS CARTAS

Para a seleção dos vocábulos-temas das Cartas foram utilizados vários critérios, entre eles, a representatividade do vocábulo para o falar regional, a riqueza da variação léxica e fonética do vocábulo e a possibilidade de comparação com outros Atlas Lingüísticos do Brasil.

Selecionados os vocábulos, foram feitas fichas individuais de cada um deles, relativas a cada informante.

Face ao volume do material que se enquadrava nos três principais critérios, realizou-se uma nova seleção em que predominou o critério da riqueza da variação léxica e fonética dos vocábulos. Estes vocábulos passaram a consti

tuir os temas de cada uma das cartas l \acute{e} xicas e fon \acute{e} ticas do Atlas.

2.8 APRESENTAÇÃO DAS CARTAS

O *Atlas Lingüístico da Paraíba* é iniciado com o mapa da Paraíba e sua localização no Brasil, as microrregiões homogêneas, a divisão municipal, as localidades, os gentílicos dos habitantes das localidades, os inquiridores e os informantes. Para a confecção das Cartas foram usados mapas em escala de 1/2.000.000 e apenas na divisão municipal, mapa em escala de 1/1.500.000. A seguir, vêm as Cartas propriamente ditas.

Para a elaboração das Cartas utilizou-se apenas as 68 questões que apresentaram alta frequência de ocorrência e maior número de variantes l \acute{e} xicas e fon \acute{e} ticas.

A numeração das localidades nas Cartas foi feita na ordem leste-oeste e norte-sul.

O *Atlas* é composto de Cartas L \acute{e} xicas e Cartas Fon \acute{e} ticas, intercaladas. Assim, por exemplo, a Carta L \acute{e} xica nº 030 da pergunta 29, **arco-íris**, é seguida pelas Cartas Fon \acute{e} ticas nºs 031, 032, 033, correspondentes às variantes fon \acute{e} ticas de **arco-íris**, **arco-celeste** e **olho-de-boi**.

As Cartas são compostas do seguinte modo:

- . parte superior: título
- . da esquerda para a direita:
 - . número da carta
 - . vocábulo
 - . nas Cartas L \acute{e} xicas, o número da pergunta no questionário
 - . as Cartas Fon \acute{e} ticas não trazem o número da pergunta por ser o mesmo da Carta L \acute{e} xica cor

respondente

- . na parte extrema direita, ao lado do mapa, as convenções utilizadas: círculos, quadrados e triângulos vazios, cheios e parcialmente cheios.

As Cartas estão divididas por campos semânticos do seguinte modo:

- . a terra: Cartas 001 a 043
- . o homem: Cartas 044 a 090
- . a família: Cartas 091 a 107
- . habitação e utensílios domésticos: Cartas 108 a 113
- . aves e animais: Cartas 114 a 129
- . plantação: Cartas 130 a 137
- . atividades sociais: Cartas 138 a 149.

A ordem das Cartas segue a ordem das perguntas no questionário.

3 ANÁLISE DE ALGUMAS CARTAS L \acute{E} XICAS DO CAMPO SEM \acute{A} NICO "A TERRA"

A análise realizada considerou:

- a) a frequência e distribuição das variantes em todo o Estado e em cada ponto de per si;
- b) a estruturação das variantes em forma de lexias simples, compostas, complexas e como expressões completas;
- c) o uso de formas diminutivas com valor afetivo ou representativo;
- d) o uso de adjetivos qualificativos em lexias compostas e complexas;
- e) o número de variantes lexicais de cada tema das Cartas.

. Carta nº 001 - Pergunta nº 04 - "Córrego"

A forma mais utilizada em todo o Estado, com exclusão apenas do ponto nº 10, município de Picuí, foi a variante "riacho". A forma-tema da carta, "córrego", foi utilizada apenas em 07 pontos. As demais variantes surgiram em pontos isolados, sempre suplementando a forma "riacho". Uma observação importante com relação não só a esta Carta, mas às demais, é quanto ao uso constante das formas diminutivas, como por exemplo: "correntezinha", "olheirinho", "fontezinha". O ponto nº 01, João Pessoa, foi o que apresentou maior número de variantes, num total de 05. O conceito apresentou 11 variantes léxicas.

. Carta nº 004 - Pergunta 05 - "Olho d'água"

A forma-tema da Carta, "olho d'água", foi a mais usada em todo o Estado, sem exceção de qualquer dos pontos. As demais variantes apareceram disseminadas por todos os pontos. O ponto nº 01, João Pessoa, com 06 variantes, e os pontos nº 22 e 24, Souza e Cajazeiras, ambos com 05 variantes, foram os que apresentaram maior número de variações.

Neste tema, as léxias compostas e complexas apareceram em grande quantidade, como por exemplo: "fonte d'água", "água minada", "correnteza d'água", "vertente d'água", "veia d'água", "água de nascente", "bomba d'água", "mineração d'água". O conceito apresentou 20 variantes léxicas.

. Carta nº 009 - Pergunta 10 - "Barreiro"

A variante de maior frequência e distribuição foi "poço", que apareceu em 16 pontos. A forma-tema da Carta "barreiro" apareceu apenas em 09 pontos.

As léxias compostas e complexas, bem como as expressões completas apareceram com grande frequência, muitas vezes definindo o tipo de água que constitui o barreiro, como nos exemplos: "água morta", "água pura", "água choca", "água salgada", "água baldia", "água empoçada", "esbarro d'água", "água privada", "encharque d'água", "água sem proveito". O conceito apresentou 16 variantes léxicas.

. Carta nº 010 - Pergunta 13 - "Vento forte"

A variante de maior frequência e distribuição foi "tempestade", que apareceu em 19 pontos; a forma-tema da Carta "vento forte" apareceu apenas em 06 pontos. Contudo, apareceram 07 variantes diferentes para "vento forte", todas qualificando sinonimicamente o vento, como, por exemplo: "vento doido", "vento brabo", "vento grande", "vento leste", "vento soiteiro", "vento forçoso", "vento mau". Os pontos 01 e 05, João Pessoa e Itabaiana, foram os que apresentaram maior número de variações, 06 cada um. O conceito apresentou 17 variantes léxicas.

. Carta nº 011 - Pergunta nº 14 - "Vento suave"

A variante de maior frequência e distribuição foi "vento fraco", que apareceu em 12 pontos. As formas de maior frequência, após ela, foram as qualitativas de vento, como: "vento rasteiro", "vento frio", "vento moderno", "vento coado", "vento maneiro", "vento fraco", "vento sutil", "vento calmo", "vento leve", "vento manso", "vento pouco", "vento fraquinho", "vento bom", "vento brando", "vento noturno", num total de 12 variantes para "vento suave", tema da Carta.

Nesta Carta também é de se notar o uso do diminutivo

tivo para definir o "vento suave": "ventinho ventiloso", "ventania fininha", "ventinho fraco", "ventinho fresco", "vento fraquinho", "ventinho calmo", "fresquinha".

Os pontos 07 e 17, Campina Grande e Patos, foram os que apresentaram maior número de variantes, 07 cada um. O conceito apresentou 28 variantes l \bar{e} xicas.

. Carta n $^{\circ}$ 014 - Pergunta 18 - "Carregado"

A forma de maior freq \bar{u} ência e distribuição em todos os pontos foi "nublado", em 23 pontos diferentes, seguida da expressão "est \bar{a} bonito" (para chover) que apareceu em 16 pontos. Outras formas também usadas como variantes são expressões constituídas com o verbo "estar", como, por exemplo: "est \bar{a} bonito", "est \bar{a} azul", "est \bar{a} pardo", "est \bar{a} escuro", "est \bar{a} (t \bar{a}) cheio d' \bar{a} gua", "est \bar{a} (t \bar{a}) que \bar{e} um saco de castanhas".

Os pontos 01, João Pessoa, com 07 variantes e 06, Esperança, com 06 variantes, foram os mais ricos na variação l \bar{e} xica. O conceito apresentou 19 variantes l \bar{e} xicas.

. Carta n $^{\circ}$ 015 - Pergunta 21 - "Nublado"

A forma-tema da Carta, "nublado", foi a de maior freq \bar{u} ência e distribuição em todo o Estado, aparecendo em 24 pontos diferentes, não sendo usada apenas no ponto n $^{\circ}$ 07, Campina Grande. Após ela, vem a variante "nevado", que apareceu em 13 pontos. A grande maioria das variantes constituiu lexia composta com "dia" e "tempo" como, por exemplo: "dia p \bar{a} lido", "(dia) encoberto", "(dia) pesaroso", "dia frio", "dia pardo", "dia triste", "frialdade do dia", "(tempo) preparado", "(tempo) estiado", "tempo parado". O ponto n $^{\circ}$ 07, Campina Grande, com 05 variantes, foi o mais rico

na variação lexical. O conceito apresentou 15 variantes l \bar{e} xicas.

. Carta n $^{\circ}$ 019 - Pergunta 22 - "Garoa"

A forma de maior freq \bar{u} ência e distribuição em todos os pontos foi "neblina", em 18 pontos. A forma-tema da Carta, "garoa", e a forma "sereno" foram a seguir as de maior freq \bar{u} ência, aparecendo em 12 pontos diferentes. Lexias compostas com "chuva" foram bastante usadas, como, por exemplo: "chuva fina", "peneirinha de chuva", "chuva das almas", "chuva moderna", "chuva da seca", "chuva passageira", "chuva aturativa". As formas diminutivas e derivadas de "neblina" e "sereno" foram também bastante usadas, tais como: "neblinando", "neblininha", "neblineiro", "sereninho", "serenando". O ponto 03, Bel \bar{e} m, e 06, Esperança, foram os que apresentaram maior riqueza na variação l \bar{e} xica. O conceito apresentou 22 variantes l \bar{e} xicas.

. Carta n $^{\circ}$ 024 - Pergunta 23 - "Cerração"

A forma de maior freq \bar{u} ência e distribuição regular em todo o Estado foi "neve", usada em todos os 25 pontos. A seguir, as variantes "nevoeiro", com 08 pontos e "as neves", com 06 pontos foram as de maior freq \bar{u} ência. A forma-tema da Carta foi usada apenas no ponto 14, Serra Branca. Algumas das variantes deste tema confundem-se com as variantes da Carta n $^{\circ}$ 014, "carregado", como: "nevoeiro", "nublado", "empacassado", "nevado". Os pontos n $^{\circ}$ 06, Esperança, com 06 variantes e n $^{\circ}$ 04, Guarabira, com 05 variantes foram os mais ricos na variação l \bar{e} xica. O conceito apresentou 14 variantes l \bar{e} xicas.

. Carta nº 025 - Pergunta nº 25 - "Tempestade"

A forma-tema da Carta, "tempestade", foi a de maior frequência e distribuição regular, aparecendo em 22 pontos diferentes, não sendo usada apenas nos pontos 2, 5 e 8, Mamanguape, Itabaiana e Umbuzeiro, respectivamente. A segunda forma mais usada foi a variante "chuva grossa", em 10 pontos diferentes. A grande maioria das demais variantes é constituída de léxias compostas com "chuva", como nos exemplos: "chuva de pedra", "chuva forte", "chuva grossa", "chuva pesada", "chuva de vento", "chuva braba", "chuva pas sageira", "chuva de repente", "chuva boa", "chuva grande".

O ponto nº 01, João Pessoa, com 07 variantes foi o mais rico na variação lexical. O conceito apresentou 18 variantes léxicas.

4 CONCLUSÃO

Após a análise das Cartas Léxicas do *Atlas Lingüístico da Paraíba* selecionadas para este trabalho, chegou-se às seguintes conclusões:

1. Os temas analisados apresentam uma grande variação lexical. O que apresentou menor número de variantes foi "córrego", com onze variantes, e o de maior riqueza lexical foi "vento suave", com 28 variantes;

2. As variantes distribuem-se em toda a região de forma bastante irregular e dispersa, o que impede sejam traçadas isoléxicas de áreas definidas em cada uma das sub-regiões abrangidas pelo *Atlas*;

3. A riqueza lexical encontrada na Paraíba e a dificuldade de se determinar suas áreas lexicais indicam uma grande uniformidade e interpenetração das sub-regiões,

inclusive com a disseminação de inovações e criações lexicais;

4. Muitas das variantes coexistem em um mesmo informante, em uma mesma sub-região e num mesmo ponto, não sendo, portanto, exclusivas, o que mostra a uniformidade na distribuição geográfica daquela forma para o mesmo conceito;

5. Um mesmo informante pode conhecer mais de uma forma embora quando perguntado diga em primeira mão a forma mais consagrada pela região ou pelo Estado, complementando-a, a seguir, com outras formas de seu conhecimento;

6. As variantes lexicais analisadas possuem várias estruturas, que podem ser léxias simples, compostas, complexas e expressões completas, como, por exemplo, na carta nº 014, da pergunta 18: "carregado", onde se pode encontrar variantes lexicais, como "nublado", "está bonito", "está cheio d'água", "tã que é um saco de castanhas";

7. Coexistem no Estado tipos lexicais os mais variados, representativos de faixas etárias e níveis sócio-culturais diferentes, resultantes de influências sociais, econômicas, culturais e lingüísticas tanto regionais como de âmbito nacional;

8. Um estudo sociolingüístico mais aprofundado desses dados poderia indicar as causas dessa uniformidade lingüística. Provavelmente, ela seria consequência das facilidades de comunicação, a partir da abertura de estradas e da difusão dos meios de comunicação de massa, como o rádio e a televisão, praticamente por todas as regiões do Estado, mesmo as zonas rurais mais distantes.

O curto espaço delimitado para a realização deste trabalho não permitiu uma análise mais profunda ou mais detalhada de outros aspectos léxicos observados em várias *Estudos* (5): 129-150, dez. 1986

Cartas Lêxicas do *Atlas Lingüístico da Paraíba*.

O material coletado oferece margem a diferentes tipos de análise, que certamente serão feitas por outros pesquisadores ou por nós próprios em outra oportunidade.

RÉSUMÉ

Le présent travail, en hommage au Centième Anniversaire de la naissance du Professeur Antenor Nascentes, vise à caractériser *L'Atlas Lingüistique de la Paraíba* et analyse quelques unes des cartes lexicales du champ sémantique "La Terre".

L'analyse réalisée prend en considération les aspects suivants: fréquence et distribution de la variante sur tout le territoire de l'Etat, ainsi que en chacun des points, de per si, structuration de la variante en lexie simple, composée, complexe ou comme une expression complète; utilisation de formes diminutives ayant une valeur affective ou représentative; utilisation des adjectives qualificatifs en lexie composées et complexes, et nombre de variantes lexicales de chaque thème des cartes.

Quelques unes des conclusions de ce travail ont permis de montrer: une variation lexicale accentuée; une irrégularité dans la distribution des variantes; coexistence de différentes variantes dans la même sous-région, même lieu et informateur; des variantes structurées en lexies simples, composées, complexes et expressions complètes. On a pu conclure que la richesse lexicale et l'uniformité des zones considérées sont dues aux influences socio-économiques, linguistiques et culturelles régionales et nationales.

BIBLIOGRAFIA

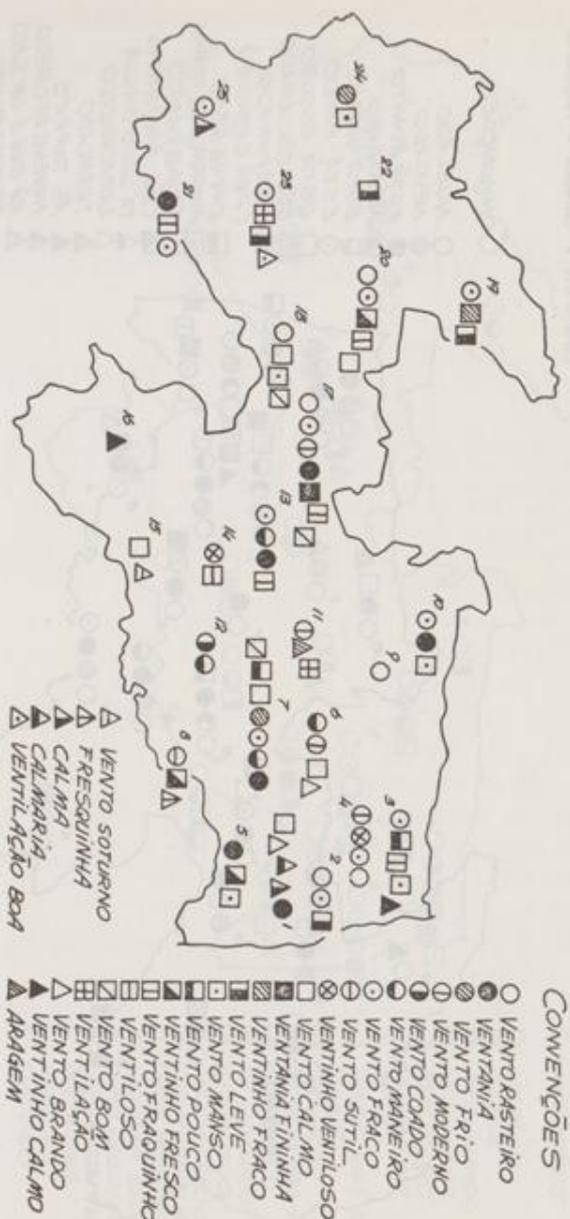
- ARAGÃO, Maria do Socorro Silva de & BEZERRA DE MENEZES, Cleusa P. *Atlas lingüístico da Paraíba*. Brasília, UFPB/CNPq, Coordenação Editorial, 1984, V.1, 2.
- NASCENTES, Antenor. *Bases para a elaboração do atlas lingüístico do Brasil*. Rio de Janeiro, Casa de Rui Barbosa, 1958.
- _____. *O idioma nacional*. Rio de Janeiro, Livraria Acadêmica, 1960.

MISCELÂNEA de estudos em honra de Antenor Nascentes, Rio de Janeiro, s.ed., 1941.

KOSSEI, N. *Atlas prévio dos falares baianos*. Rio de Janeiro, INL, 1963.

SILVA NETO, Serafim. *Guia para estudos dialetológicos*. Florianópolis, s.ed., 1955.

ZÁGARI, Mário Roberto L. et alii. *Esboço de um atlas lingüístico de Minas Gerais*. Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa, 1977.



CONVENÇÕES

- NUBLADO
 ⊙ NEVOADO
 ● ESTÁ BONITO
 ⊖ NEVOEIRO
 ○ ESTÁ PARDI
 ⊖ ESTÁ AZUL
 ⊖ CÉU ESCURO
 ▨ CÉU ESCURADO
 ▨ PREPARADO
 (PRA CHOVER)
 ▨ CARREGADO
 ▨ MUDANÇA DE TEMPO
 ▨ CÉU BRANCO
 ▨ CÉU CINZENTO
 ▨ TÁ CHEIO D'ÁGUA
 ▨ EMPACASSADO
 ▨ TRANCADO
 ▨ AS TORRES
 ▨ NUVENS DE CAPELO
 ▨ TÁ QUE É UM SACO
 ▨ DE CASTANHAS



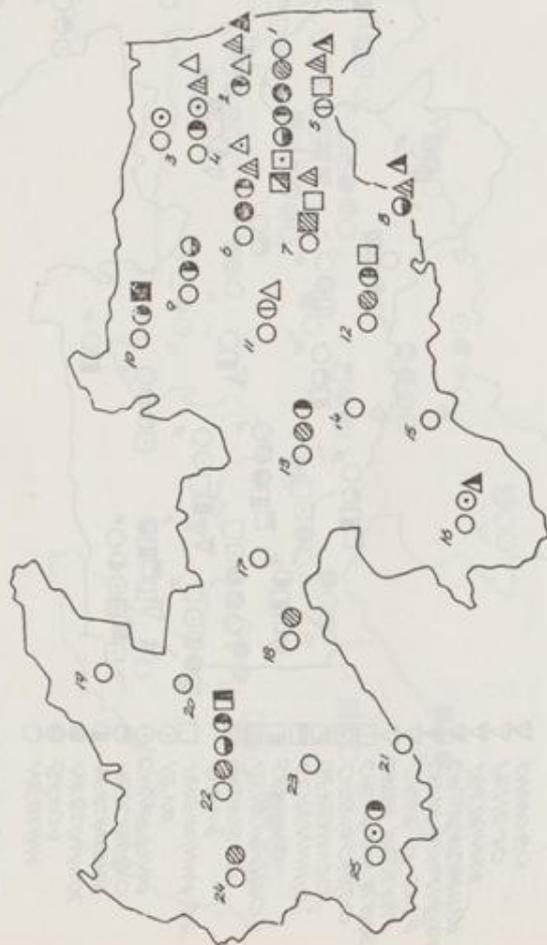
CONVENÇÕES

- NEBLINA
 ⊙ GARÇA
 ⊙ NEBLINANDC
 ⊙ NEBLININHA
 ⊙ NEBLINEIRO
 ⊙ CHUVA FINA
 ⊙ NEVE
 ⊙ PENEIRINHA DE
 CHUVA
 ▨ CHUVISCO
 ▨ PENEIRANDO
 ▨ SERENANDO
 ▨ SERENINHO
 ▨ SERENINHO
 ▨ CHUVISCANDO
 ▨ CHUVA DAS ALMAS
 ▨ CHUVA MODERNA
 ▨ CHUVA DA SECA
 ▨ CHUVA PISSAGUEIRA
 ▨ CHUVA ATURBATIVA
 ▨ POREIRINHA
 ▨ PENEIRO
 ▨ CHUVOSO



CONVENÇÕES

- TEMPESTADE
- ◐ CHUVA DE PEDRA
- ◑ CHUVA FORTE
- ◒ CHUVA GROSSA
- ◓ CHUVA PESADA
- ◔ CHUVA DE VENTO
- ◕ CHUVA BRABA
- ◖ CHUVA PASSAGEIRA
- ◗ CHUVA DE REFENTE
- ◘ CHUVA BOA
- ◙ CHUVA GRANDE
- ◚ AGUÇEIRO
- ◛ TEMPORAL
- ◜ NUVEM MARIANTE
- ◝ TROMBA DA GUA
- ◞ DILÚVIO
- ◟ CHUVIADA
- ◠ PÉ D'ÁGUA

AS VOGAIS PRETÔNICAS
NO FALAR CARIOCA

CALLOU, Dinah
LEITE, Yonne
(UFRJ)

RESUMO

Este artigo trata da variação das vogais pretônicas na fala do Rio de Janeiro. Os resultados apresentados são preliminares. O corpus examinado contém cerca de 1300 ocorrências registradas em entrevistas com locutores de nível universitário de duas faixas etárias, distribuídos por três áreas geográficas.

Foram examinados e quantificados alguns fatores sociais e lingüísticos que condicionam a elevação ou abaixamento das vogais médias.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho representa uma tentativa de descrição mais sistemática de um fenômeno que tem recebido a atenção de vários estudiosos em diversos momentos da história de nossa língua: a variação da vogal pretônica.

Para sua consecução iremos utilizar parte do corpus já levantado na cidade do Rio de Janeiro para o Projeto de Estudo da Norma Lingüística Urbana Culta (Projeto NURC). Para as nossas finalidades imediatas selecionamos seis gravações de elocuições espontâneas de falantes cariocas, filhos de cariocas, do sexo masculino, com curso universitário completo, de duas faixas etárias (25-35 e 56 em diante), distribuídos por zonas de residência (sul, norte e suburbana).

Escolher como objeto de investigação um aspecto fônico justifica-se em primeiro lugar por ser o nível fonológico o que reflete mais imediatamente as diferenças sociais e regionais, em segundo por ser a pronúncia da pretônica um dos aspectos de que se têm utilizado vários autores para tentar delimitar áreas regionais: e e o soam abertos no Nordeste ao passo que do Rio de Janeiro para o sul se realizam fechados e reduzidos.

Esta pesquisa servirá, assim, para ampliar, por meio da comparação com as áreas já estudadas, o conhecimento real e efetivo do quadro vocálico do português atual falado no Brasil.

2 A PRETÔNICA MEDIA EM PORTUGUÊS

Trabalhos isolados que existem sobre os fonemas e suas variantes são de caráter tradicionalista e não levam em conta os aspectos sociais da linguagem humana. Do ponto de vista estrutural, a análise mais abrangente que possuímos dos fonemas do português do Brasil é sem dúvida a de Mattoso Câmara Jr. Em sua obra afirma que

...basta a ausência de tonicidade para anular as oposições distintivas entre /ê/ e /e/, de um lado, e, de outro lado, entre /ô/ e /o/, com a fixação do segundo elemento de cada par na pronúncia do Rio de Janeiro¹.

No registro informal do dialeto carioca, as oposições, entre /o/ e /u/, de um lado, e, de outro lado, entre /e/ e /i/ ficam prejudicadas pela tendência a harmonizar a altura da vogal pretônica com a da tônica quando esta é alta².

Entre outros estudiosos que se preocuparam com esse fenômeno está Serafim da Silva Neto.

Devemos apenas acrescentar que, no Brasil o

e pretônico está sujeito a dois tipos de harmonização vocálica: e->i-i e e->u-u. Com relação ao o pretônico, há também flutuações. O meu depoimento concorda com o de Souza da Silveira, para quem, na pronúncia carioca, há três pronúncias para o: ô, õ e u; *môcôto, côlôso, côronel, coruja(u), boneca(u), sota que(u)*...

Parece haver tendência, igualmente, para uma harmonização vocálica do tipo o - u > u - u: *gordura > gurdura; fortuna > furtuna*...³

Antenor Nascentes em *O linguajar carioca* ensina:

O e inicial e pretônico ou se conserva, ... ou passa para i, nasalizando-se ou não: *exguer, herdeiro*..., entretanto... *sinhô* [RJ]; ... *piqueno*... A repugnância pelo e inicial i solado já é antiga... O e nasal inicial, *exeto* nos compostos de *entre*, passa a i nasal... Pretônico é geralmente fechado: ... *pôrte ro*, ... amoroso e não *amuroso*. Em alguns casos pronuncia-se reduzido... *cozinha-cuzinha, colegio-culégio, cortina-curtina, comer-cu mer*...

Em seu trabalho, *Tentativa de descrição do sistema vocálico do português culto na área dita carioca*, A. Houaiss diz:

A flutuação ou oscilação do [e'] para [i'], como se disse, parece condicionada, na área [e] *quicã* no Brasil, mas então com tendências diferentes), a dois fatores que se contrabalançam ou se corroboram: um, certa "harmonia vocálica", e o outro, a "regularização morfológica"...

A oscilação de [o'] para [u'] parece sofrer um jogo de tendências do tipo consignado em 22.4. Mas apresenta feições próprias...

Na área carioca, salvo em alienígenas a ela, não se manifesta nas vozes proclíticas, so *bretudo* [o'] e [e'], o forte timbre aberto tão característico de extenso território — que parece ir desde o Nordeste até certo

ponto de Minas Gerais, pelo menos...⁵

Recentemente, segundo a teoria da variação laboviana, Leda Bisol defendeu tese de doutorado em que trata do processo de harmonização vocálica ocorrente no Rio Grande do Sul⁶. Paralelamente, encontra-se em fase final de redação tese sobre o mesmo tema de Míriam Barbosa, que estuda o falar baiano. Ambas utilizam parte do *corpus* levantado para o Projeto NURC nas cidades de Porto Alegre e Salvador.

3 ANÁLISE DO CORPUS

3.1 CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

Nesta sondagem preliminar iremos analisar cerca de 1300 ocorrências de vogais médias em sílaba pretônica, no âmbito da fala urbana culta do Rio de Janeiro, a fim de tentar verificar os fatores que interferem na sua realização.

Não se limitou o registro às palavras que contivessem vogais altas (i ou u) na sílaba tônica. Foram consideradas todas as palavras ocorrentes que contivessem o grafema e ou o átonos, qualquer que fosse a sílaba tônica, como em *normal*, *porque*, *vermelho*, *senhora*, etc.

Mais do que medir a extensão da regra comumente conhecida como harmonização vocálica, isto é, a elevação das vogais médias pretônicas por assimilação à altura das vogais tônicas i ou u, tem-se como alvo mapear o sistema das vogais pretônicas, explicando as variações do português falado por cariocas com formação universitária. Interessamos, assim, analisar não só a influência da vogal tônica qualquer que seja o seu ponto de realização (alto, médio, baixo), mas também o papel da estrutura silábica, das con-

soantes e vogais adjacentes, do ritmo, etc. Em outras palavras, este estudo tem como meta o estabelecimento de fatores lingüísticos e sociais (faixa etária e zona de residência) que determinam a ocorrência de variações nas vogais pretônicas. Pretende-se, desse modo, detectar qual o processo em curso (se há uma estabilização, intensificação ou perda da regra histórica de harmonização vocálica) e que configuração no espaço fonético e fonológico tem o sistema pretônico das vogais.

Fatores prosódicos como curva melódica, ritmo e velocidade da fala, que modificam certamente a qualidade das vogais, não serão levados em conta no momento.

3.2 O REGISTRO FONÉTICO

Cada palavra foi transcrita foneticamente de outra forma separadamente pelas autoras, comparando-se depois os registros. No primeiro momento, a atenção se fixou nos aspectos segmentais das realizações das vogais pretônicas grafematicamente transcritas e ou o.

Verificam-se as seguintes variações de pronúncia:

- 1) vogais médias [e] e [o] na mesma altura de aproximação das vogais tônicas [e] e [o];
- 2) vogais altas [i] e [u] na mesma altura de aproximação das vogais tônicas [i] e [u];
- 3) vogais com timbre de [i] e [u] são que mais baixas [i] e [u];
- 4) vogais com timbre de [e] e [o] são que um pouco mais altas [e^h] [o^h] ou mais baixas [e^v] e [o^v];

5) vogais abertas [ɛ] e [ɔ] no mesmo ponto de articulação de [ɛ] e [ɔ] tônicos;

6) vogais com timbre de [ɛ] e [ɔ] só que mais altas [ɛ̃] e [ɔ̃];

7) vogais centrais não arredondadas [ɜ] e [ɞ], como se fossem rēplicas não arredondadas de [u] e [o].

É nosso intuito submeter os dados à análise espectrográfica para que se tenha uma visão mais acurada da distribuição dessas vogais no espaço fonético.

4 RESULTADOS PRELIMINARES

4.1 A ELEVAÇÃO DAS VOGAIS

Verificou-se um equilíbrio entre a elevação da vogal e oral e da vogal o oral. Num total de 655 possibilidades e elevou-se 188 vezes (28,70%) e o num total de 549 possibilidades elevou-se 163 vezes (29,69%).

Para as vogais nasais *ẽ* e *õ* houve, no entanto, uma diferença marcante: *ẽ* num total de 112 possibilidades elevou-se 57 vezes (50,89%) e *õ*, num total de 55 possibilidades, elevou-se uma vez (1,81%).

QUADRO 1

	TOTAL DE OCORRÊNCIAS	NUMERO DE ELEVAÇÕES	PERCENTUAL
e	655	188	28,70%
o	549	163	29,69%
ẽ	112	57	50,89%
õ	55	1	1,81%
TOTAL	1371	409	31,05%

4.1.1 A elevação de e

Cumpramos ressaltar que no caso da elevação do e o percentual é aumentado pela aplicação até agora categórica da regra de elevação no contexto # - ̄: [i] stilo, [i] scola, [i] stante. Outro contexto em que a elevação se vem demonstrando categórica é a sequência # des-, quer seja o prefixo de negação (d[i] scontado, d[i] sa parecido) quer seja a sequência meramente fonológica (d[i] sfile).

O padrão silábico # V.C vem se demonstrando refratário à elevação, só havendo duas ocorrências de vogal elevada, (só havendo duas ocorrências de vogal elevada): [i] xatamente e [i] norme.

Em hiato ocorre com frequência a elevação e ditongação como em g[yo]métrica, r[u]d [yã]do. Já quando e é precedido da consoante t ou d, tal como ocorreu no dialeto de Porto Alegre⁷, a elevação fica bloqueada, com exceção marcante em t[i]atro (exolícavel pelo contexto em hiato mencionado no parágrafo anterior) e d[i]s [i]nvolvido, d[i]pois, d[i]s [i]nvolvimento.

A grande incidência de elevação (excetuando-se d[i]pois e s[i]nã se dá quando há uma vogal alta na sílaba tônica, ou a vogal adjacente é alta. Ex.: m[i]dida, fal[i]cido, pr[i]firo, p[i]chincheiro, pr[i]cisaos, s[i]guranca.

4.1.2 A elevação do o

Como nos casos de elevação de e, a ocorrência de uma vogal alta, quer átona, quer tônica, contém a o, pro

pícia a aplicação da regra de elevação. Ex.: f[u]rmiga, m[u]tivo, c[u]stumo, pr[u]curam, c[u]stumamos, m[u] dificou-se. d[u]cumento, odontol[u]gia.

Também a posição em hiato parece ser um fator que conduz à elevação: vi[u]lino, d[u]ença, r[u]ia. As consoantes [- coronais] p, b, m, k, g, f, v parecem favorecer a aplicação da regra como em m[u]queca, b[u]lacha, s[u]fã, f[u]gão.

Observou-se um caso de elevação do ditongo ou em [u]vir.

A posição de sílaba aberta em início da palavra (# - C), tal como no caso de e, é refratária à elevação do o. Em 34 possibilidades só ocorreu uma realização alta em [u]rigem.

A consoante palatal nasal parece ser favorecedor do alteamento, quer de e, quer de o. Ex.: c[u]nheço, c[u]nhece, s[i]nhora (28 ocorrências).

4.2 AS VOGAIS NASAIS

Conforme se vê no Quadro 1, as vogais nasais têm comportamento bastante diferenciado: ẽ tem um altíssimo percentual de elevação, já a elevação de õ só se dá em uma palavra (trumpete). O percentual é aumentado, no caso de ẽ, pela grande incidência, ao contrário de seu par oral e, de elevação no contexto -C. Exemplo: [ĩ]pregada, [i]cantado, etc. Se excetuarmos esse contexto, o número de elevações baixará muito. Em pouquíssimos casos houve alteamento no padrão CV. Ex.: s[ĩ]tir, s[ĩ]tido, v[ĩ]cimentos. Observe-se que a elevação se dá em ambiente contíguo à vogal alta.

4.3 O ABAIXAMENTO DAS VOGAIS

Diferentemente do que afirma A.Houaiss⁸ e corroborando a afirmação de Souza da Silveira, citada por Serafim da Silva Neto, foram registradas vogais com timbre de e e o em sílaba pretônica em casos que não podem ser explicados por derivação de uma raiz que contenha e ou o, como, por exemplo, em obrigat[ɔ]riamente, pr[ɔ]riamente, (pr[ɔ]riamente), p[ɔ]rcamente, caf[ɛ]zinho, b[ɛ]lissímo, etc.

Excetuando-se do cômputo geral as possibilidades em que a vogal alvo é nasal, ter-se-ia um total de 1204 ocorrências com vogais e ou o. Registraram-se 61 casos de abaixamento, perfazendo um percentual de 5,06% — número este mais significativo do que o do alteamento de õ.

A ocorrência de ou o se dá nos contextos:

- 1) sílaba aberta inicial de palavra: [ɔ]bjetos, [ɔ]torino, H[ɛ]lena;
- 2) em adjacência a "r" ou "rr": v[ɛ]rão, or[ɔ]gr[ɛ]ssivo, t[ɔ]rrada;
- 3) precedendo vogal baixa: c[ɔ]brado, r[ɛ]lação, [ɔ]b[ɔ]ẽ.

Mais uma vez o hiato se mostra como um contexto possível: soc[ye]dade, g[yɔ]métricas. Antecedendo vogal alta, encontrou-se um exemplo de abaixamento em odont[ɔ]l[u]gia, que pode ser explicado por acento mais forte na sílaba em questão.

5 DE DITONGOS, DE SÍLABAS INICIAIS E DO RITMO

A constância com que a sílaba inicial vem sendo mencionada como fator favorecedor ou inibidor do alteamen

to das vogais, assim como de seu abaixamento — sem que esse seja explicável pela qualidade alta ou baixa da vogal adjacente (H[ɛ]lena, [ɔ]torrino, [ɔ]ficlide, odont[ɔ]l[u]gia) — somada à formação ainda não mencionada de ditongação nessa mesma posição ([ay]cenção, r[ey]speitosa, c[õy]stitui) e à manutenção de ditongos [ow]vir, d[ow]tor, indicam que o condicionamento não se dá apenas em nível segmental ou de constituição silábica. Tudo parece indicar que fatores supra-segmentais, de ritmo e velocidade da fala estão envolvidos.

A sílaba inicial caracteriza-se por ser de maior intensidade do que a átona que se lhe segue, intensidade essa que pode ser o fator preponderante para o abaixamento de vogais, manutenção e formação de ditongos. O abaixamento em odont[ɔ]l[u]gia é também explicável pela intensidade maior que ocorre em [ɔ].

O próximo passo seria o de registrar o contorno supras-segmental das palavras e sua inserção na entoação frasal para ver se aí não residem as razões de alternâncias como [ow]vir, [o]vir e [u]vir.

Trata-se, pois, de caracterizar as sílabas não apenas em seus fatores constitutivos segmentais, mas em seu papel rítmico e métrico. São assim se poderão precisar os processos fonológicos ocorrentes e as variações decorrentes.

6 O CONDICIONAMENTO SOCIAL

Dado o pouco número de transcrições analisadas, que se restringem a falantes do sexo masculino em duas faixas etárias, a ação das variáveis sociais não pôde ser verificada em toda a sua extensão.

No cômputo geral houve uma maior inclinação para a aplicação da regra tanto de alteamento quanto de rebaixamento na faixa etária de 56 anos em diante. Esta faixa etária alteia 17% enquanto a faixa de 25 a 35 anos apenas 11%. Quanto ao abaixamento, a proporção é de 3,57% (56 -) para 2,32% (25-35).

Quanto às áreas de residência, a zona suburbana foi a que menos aplicou a regra de alteamento (8,05%) e a que mais aplicou a de abaixamento (2,15%). A Zona Norte e a Zona Sul comportam-se praticamente da mesma forma.

QUADRO 2

	ALTEAMENTO	ABAIXAMENTO
SUB	8,05%	2,15%
ZN	10,13%	1,49%
ZS	10,97%	1,41%

7 CONCLUSÕES

A variedade de pronúncias com que se depara o pesquisador no domínio do sistema pretônico das vogais é realmente digna de ser estudada em maior profundidade. Para uma palavra com professor foram encontradas as pronúncias pr[o]f[ɛ]ssor, pr[ɛ]fissor; tr[e]menda mente alterna com tr[ɛ]mendamente; m[e]lhor com m[i]lhor, odont[o]l[u]gia com odont[o]l[o]gia, s[o]cializar alterna com s[ɛ]cializar.

A mera quantificação dessas variações e o estabelecimento dos fatores segmentais que as determinam não é

suficiente para uma caracterização do fenômeno. É, por^{em}, o primeiro passo indispensável para que se tenha um quadro inicial que possibilite uma descrição mais abrangente.

ABSTRACT

The paper deals with unstressed vowel variation in pretonic position in the speech of Rio de Janeiro. Preliminary results are presented based on *circa* 1300 occurrences drawn from interviews with speakers with University degree of two age groups, in three geographic areas.

Social and linguistic factors conditioning raising or lowering of mid vowels are examined and quantified.

NOTAS BIBLIOGRÁFICAS

1. CÂMARA JR., J. Mattoso. *Para o estudo da fonêmica portuguesa*. 2.ed. Rio. Padrão, 1977. p.58.
2. Id. *Estrutura da língua portuguesa*. Petrópolis, Vozes, 1970. p.34.
3. SILVA NETO, Serafim da. *A língua portuguesa no Brasil*. Rio, Acadêmica, 1960. p.34.
4. NASCENTES, Antenor. *O linguajar carioca*. Rio, Simões, 1953. p.33-5.
5. HOUAISS, Antônio. Tentativa de descrição do sistema vocálico do português culto na área dita carioca. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE LÍNGUA FALADA NO TEATRO, 1, Salvador, 1956. *Anais...* Rio de Janeiro, MEC, 1958, p.274-82.
6. BISOL, Leda. *Harmonização vocálica*. Rio, Faculdade de Letras, UFRJ, 1981. Tese de Doutorado.
7. Cf. Id. p.93 e 190.
8. Cf. HOUAISS, op. cit., p.243.
9. Cf. CALLOU, Dinah Maria Isensee. *Variação e distribuição da vibrante na fala urbana culta do Rio de Janeiro*. Rio, Faculdade de Letras, UFRJ, 1979. Tese de Doutorado.

A PALATALIZAÇÃO E SUA RESTRIÇÃO VARIÁVEL

Leda Bisol, (UFRGS)

RESUMO

Este estudo diz respeito à palatalização da oclusiva dental diante de i. Na variante de Português falada no Rio Grande do Sul, ela se revela uma regra quase categórica, de aplicação fluente apenas no contexto da sibilante anterior coronal.

1 INTRODUÇÃO

Uma das contribuições do variacionismo à teoria linguística é a assertiva de que mudanças determinadas pela estrutura, ou seja, por regras funcionalmente governadas, são apreensíveis sincronicamente.

Um processo fisiológico de mudança de som ou uma alteração contextual de regra, comprometidos com níveis diferentes da gramática, constituem farta documentação histórica, à luz da qual se busca analisar fatos sincrônicos que, ao fugirem do comportamento de regra geral, fazem alusões a possíveis mudanças ou passam a caracterizar variedades de fala.

Esta visão norteia o estudo que ora apresentamos sobre a africatação, que ocorre em alguns dialetos do Português do Brasil como resultado da palatalização da oclusiva dental diante de /i/, com a manifestação fonética de a fricada palatal [t_ɹ, d_ɹ] : [t_ɹim], [d_ɹika] (time, dica); e da elisão da vogal [-bX] precedida de /t, d/ e seguida respectivamente de /s, z/, que cria a africada alveolar: *Estudos* (5): 163-177, dez. 1986

[pɔd'ser], [part̃s] (pode ser, partes), formas alternantes de [pɔdʒi'ser], [part̃is̃].

2 A RESTRIÇÃO DA SIBILANTE

Na evidência da informação estatística, podemos afirmar que a sibilante anterior, coronal (/s, z/) tende expressivamente a inibir a palatalização de /t, d/, criando alternâncias do tipo: in[st̃f] tuto ~ in[st̃/f] tuto; pare [dis̃] ~ pare [dʒis̃].

A primeira vista parece estranho que um segmento possa exercer alguma papel sobre outro não imediato, em se referindo ao contexto seguinte. No entanto, os índices abaixo de .40 nos quatro grupos em observação autorizam-nos a pôr em evidência a sua força bloqueadora. Observem a Tabela 1, extraída da amostra-piloto e confirmada na análise da amostra toda. E interpretem, de acordo com o modelo em vigor, a probabilidade acima de .50, indicativa de fator positivo; ao redor de .50 neutra; e abaixo de .50, fator negativo.

TABELA 1 — EXEMPLOS DE PROBABILIDADE DE APLICAÇÃO DA PALATALIZAÇÃO DE /t, d/

	SIBILANTE	PALATAL	OUTROS
Metropolitanos	.10	.80	.67
Fronteiriços	.14	.78	.63
Italianos	.38	.43	.68
Alemães	.33	.60	.58

O fato permite uma sugestiva explicação de base fonética: Duas consoantes de características similares [t̃, s̃] e [d̃, z̃], ambas com F₂ na mesma altura do espectrograma (Potter et alii, 1966: 137); ambas emitidas com o corpo da

língua baixo, apenas a parte da frente levantada, o que as faz [-al̃], na teoria dos traços, exercem uma atração mútua que fortalece as características que têm em comum. E, pois, o traço [-al̃], por elas compartilhado, que fortifica a oclusiva coronal, tendendo a preservá-la da ação assimilatória da vogal alta, condutora do processo de palatalização. Em outros termos, há uma conexão fisicamente definida entre a oclusiva e fricativa em questão que motiva a retenção da alveolar. É a postura neutra de alveolares pelas [s̃, z̃] que se opõe à postura de levantamento e frontalização do corpo da língua, necessários para a emissão de uma palatal, eliminando dessa forma a dificuldade física envolvida na articulação das africadas [dʒ, tʃ]. Trata-se, pois, de um processo de minimização de dificuldade articulatória, que se efetiva plenamente através da supressão da vogal interveniente.

Os dados são ricos em exemplos: quen [ts̃], an [ts̃], po [ds̃]er, [ds̃]culpe, me [ds̃]ina ao lado de quen [t̃is̃], po [dis̃]er, [dis̃]culpe, mi [dis̃]ina, etc. Argumentam eles em favor da hipótese de que a preservação da oclusiva coronal no contexto da sibilante se deve à ação conjunta de traços comuns aos segmentos fortes [t̃, d̃, s̃, z̃] que circundam a vogal fraca.

Os exemplos citados mostram por vezes uma vinculação mais estreita entre oclusiva e fricativa, via supressão da vogal, concorrendo para a formação de eventuais africadas ts, dz, que não fazem parte do sistema da Língua Portuguesa, mas que são favorecidas no nível fonológico por tratar-se de combinação natural de segmentos, e no nível gramatical por incidirem com mecanismos flexionais e derivativos.

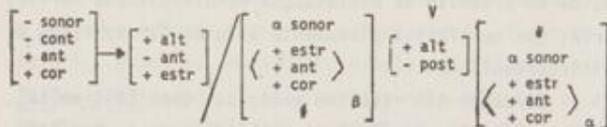
As regras morfológicas que desempenham o papel de

motivar as formas alternantes são a pluralização, pelo a crêscimo do s e a flexão verbal pelo acréscimo de morfema de pessoa, s também, a radicais com [d, t]: pen[t/f] mas pen[tis] ~ pen[tis]; ven[dzi], mas ven[dis] ~ ven[dis]; par[t/f] mas par tis - par[tis].

Na derivação, o prefixo produtivo -des é, por ex celência, o criador do contexto apropriado para a flutua ção, com o predomínio da consoante primitiva: [dis]conheci do ~ [d]s conhecido; [dis]leal - [d]s leal.

Tomando-se por modelo a fala dos monolíngües da capital, o ambiente típico de flutuação é, pois, o da si bilante, dando ã regra, a grosso modo, a forma seguinte:

(1)



Leia-se: As consoantes /t, d/ tornam-se palata lizadas diante de /i/, precedidas ou seguidas de segmento ou vazio, mas variavelmente o fazem se a consoante prece dente ou seguinte for uma sibilante anterior coronal (/s, z/), que é mais forte contentora na posição seguinte (α) que na precedente (β)¹.

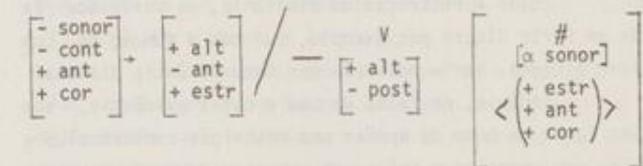
Não é a primeira vez que se menciona o efeito da sibilante na aplicação da regra variável. Sankoff G. and Cedergren, H. (1971) verificaram que o ambiente mais propício para a elisão do "que" no Francês de Montréal, exemplo muito usado para ilustrar o uso do modelo quanti tativo para o estudo da variação, é justamente o da sibi lante coronal.

TABELA 2 — EXEMPLOS DE PROBABILIDADES DA PALATALIZAÇÃO DE /t, d/, NA VIZINHANÇA DE UMA SIBILANTE

	SIBILANTE	
	Precedente	Seguinte
Metropolitanos	.33	.07
Fronteirios	.49	.26
Alemães	.44	.33
Italianos	.27	.23

Comparativamente, nota-se, através dos índices acima, uma tendência a atenuar-se o papel restringedor da sibilante ã esquerda, pois todos os grupos observados pala talizam relativamente mais com /S/ precedente do que com /S/ seguinte. Admitindo-se que a regra tenda ã generaliza ção, a passagem de 1) para 2) é, pois, previsível.

(2)



Não há indício de situação similar ã direita, se guindo a regra o caminho de simplicidade esperado, formali zado em (3):

(3)



Os fatos descritos induzem uma pergunta: Estará refletindo o percalço da sibilante o primeiro passo de encurtamento contextual, indicando o começo de perda de regra, ou inversamente, seria a sibilante a última restrição a ser vencida na derivação de uma regra em vias de adquirir o *status* de categórica? Em suma, perda ou generalização?

A primeira hipótese, dificilmente sustentável, ao menos no momento atual, teria de amparar-se em relexicalizações numericamente expressivas em que a palatalização o corresse apesar da perda de sua motivação. Exemplos como [t/satru] por [t/siatru] (teatro) ou [t/sara] por [t/siará] (tiara) que o ritmo *allegro* permite são ocorrências raras que não emergem na fala pausada ou de ritmo normal. Poderia, por outro lado, esta hipótese amparar-se na ausência da regra ao menos em um dos dialetos em estudo.

Então a restrição da sibilante, na variedade falada em Porto Alegre por exemplo, que tem a função de compilar a regra, seria motivada por interferência dialetal.

Todavia, na falta de uma e outra evidência, soa falso fazer na base de apenas uma restrição contextual, predições com respeito a início de processo de perda da regra.

A segunda hipótese, a da generalização, permite interpretar o uso da palatalização de /t, d/, na metrópole, como um processo analógico em direção à simplicidade que não avança plenamente porque encontra um obstáculo. A generalização esperada é a palatalização da coronal no contato com /i/, cujo curso seria a passagem de (2) para (5). O obstáculo é a sibilante subsequente à vogal.

Como contraparte ao nivelamento que conduziria a uma gramática formal mais simples, temos, de fato, a situação típica que Kiparsky (1978) denominou analogia parcial.

O processo analógico que deveria ser uma simplificação não chega ao fim, complica-se a gramática, e o resultado é o encurtamento da regra, que se manifesta através da presença do segmento primitivo onde se esperava o derivado, isto é, no subconjunto identificado pela restrição contextual, criando-se flutuações em circunstâncias fonologicamente definidas.

Curiosamente uma pergunta se coloca:

Poderia esta complexidade formal estar representando um mecanismo de simplicidade que não fosse o do nível lamento esperado?

Analisado o fato em termos de pronúncia, e não em termos de gramática formal, a restrição da sibilante, conectada à elisão da vogal, representa menor esforço físico, como dizíamos há pouco, pois têm por base a substituição de um segmento com uma propriedade adquirida [t/s, d/z] por outro em que a propriedade adquirida está ausente [ts, dz], facilitando a articulação.

Diante disso, cabe interpretar a analogia parcial como um processo de simplificação de pronúncia e tentativamente como o interjogo de dois processos que exercem sincronicamente um papel. Por um lado a palatalização que rende avançar; por outro a africativação não palatal que rende aparecer. É possível que a segunda, favorecida pela intervenção dos vários dialetos que caracterizam os grupos étnicos que compõem a população, não venha a encontrar resistência na fala gaúcha. Todavia os dados não nos permitem tomá-la como uma tendência geral, pois, estatisticamente /tis/ ou /diz/ são mais frequentes que [ts] e [dz]. O que, de fato, esta pesquisa põe em evidência é o caráter flutuante da palatalização no contexto da sibilante.

Se a explicação fonética, posta em páginas ante

teriores for válida, como acreditamos, a hipótese da generalização poderia ser verificada em dialetos de outros Estados do País que possuam a regra em estágio mais avançado, onde flutuações esporádicas diante da sibilante anterior argumentariam em seu favor.

Em suma, tentávamos dizer que a restrição da sibilante que representa uma complexidade formal paradoxalmente responde a uma simplificação de pronúncia que pode vir a consubstanciar um processo de lenição em seqüências átonas CVC, onde as consoantes foneticamente similares venham a fundir-se em africadas não palatais, eliminando a vogal alta interveniente, fraca por natureza.

Por conseguinte, a palatalização da coronal, de condicionamento fonético, que abre caminho para a formação de africadas palatais [tʃ, dʒ] é sustada pela restrição da sibilante que por sua vez favorece a formação de africadas não palatais [ts, dz], criando-se, neste contexto particular, pois, uma situação de conflito entre dois processos assimilatórios: o desencadeado pela vogal /i/ que palataliza a oclusiva; o desencadeado por /s/ que preserva a oclusiva coronal em virtude de sua similaridade fonética.

3 ETNIA

Parece que o contato do dialeto gaúcho com línguas em que a palatalização da oclusiva não existe ou não segue os cânones da Língua Portuguesa (espanhol, italiano, alemão) vem embargando o caminho de expansão da regra, reforçando-lhe a restrição peculiar nas comunidades monolíngües e acentuando-lhe o caráter de regra adquirida nas comunidades bilíngües.

Para maior esclarecimento vamos pôr em confronto

palatalização e elevação vocálica, duas regras relacionadas. Na falta de uma análise completa da última, valemos, para as conjecturas que seguem, do estudo da pretônica por nós realizado em 1981.

TABELA 3 — EXEMPLOS DE PROBABILIDADE DA ELEVAÇÃO E PALATALIZAÇÃO

	Elevação de /e/	Palatalização de /t,d/
Metropolitanos	.61	.88
Italianos	.56	.08
Alemães	.44	.40
Fronteiriços	.39	.72

São os metropolitanos, moradores da capital, que mais praticam as duas regras. Os fronteiriços mostram uso diversificado: praticam muito a palatalização, mas acentuadamente pouco a elevação vocálica. Os italianos, inversamente, classificam-se como os que menor uso fazem da palatalização, sobrepujando na elevação os alemães, os quais empregam moderadamente as regras em questão. Estes resultados estão resumidos no Quadro I, onde (+) significa uso relativamente elevado de regra, (±), uso moderado e (-), o caso de uso:

QUADRO I — HIERARQUIA DE USO

ELEVAÇÃO		PALATALIZAÇÃO	
Metropolitanos	+	Metropolitanos	+
Italianos	±	Fronteiriços	+
Alemães	±	Alemães	±
Fronteiriços	-	Italianos	-

Segundo Kiparsky (1968), que postulou os princí

pios da minimização da alomorfa e o princípio da transparência para explicar por reordenamento de regras diferentes dialetais, — no processo de mudança de uma língua, estabelece-se entre duas regras uma relação de ordem alimentadora ou sugadora. No primeiro caso, a regra interfere a ditivamente, aumentando o número de itens em que a subseqüente opera. No segundo caso, a regra interfere substrativamente, reduzindo o número de itens.

Ainda que o reordenamento tenha merecido na Literatura diferentes abordagens, é incontestável a existência dessas relações (Anderson, 1974; Kiparsky, 1968, 1971, 1978).

As regras em estudo mantêm entre si sempre, contrariando nossas expectativas, uma relação alimentadora, desde que tenha prioridade de aplicação a elevação vocálica.

(4)			
(i) Elevação	/'pente/ i		/me'dida/
(ii) Palatalização	t		d
	[pe ⁿ tʃi]		[me'dʒida]

Na metrópole, onde a relação natural entre as duas se impõe, a ordem transparente se processa tal como (4) exemplifica.

O dialeto fronteiriço, que se caracteriza pela preservação da vogal média e pelo uso expressivo da palatalização, tem essa como regra natural e a elevação vocálica como regra em aquisição (5). Por conseguinte, falando em nome do grupo e não do indivíduo, dizemos com base no dado estatístico, que este dialeto tem apenas a regra (4ii).

(5)	/'pente/	/me'dida/
Elevação (opc.)	-	-
Palatalização	-	dʒ
	[pe ⁿ tɛ]	[me'dida]

Flutuações do tipo pen[te] - pen[tʃi], mas não ou escassamente pen[te] - pen[tʃi] que podem ser ouvidas argumentam em favor dessa hipótese. Vale notar que indivíduos que adquiriram variável ou categoricamente a regra (4i) compactuam o ordenamento transparente. Portanto, a diferença existente entre metropolitanos e fronteiriços reside na ausência no dialeto fronteiriço da elevação vocálica como regra categórica ou, melhor dito, no caráter de regra em aquisição da elevação da vogal.

Quanto aos dialetos da colonização italiana e alemã, em que os falantes não têm o domínio de nenhuma das duas regras, o ordenamento aparentemente assimétrico é o resultado da aplicação opcional das duas, ambas ainda em estado de aquisição:

	/ 'pente/	/me'dida/
(6) elevação (opc)	-	-
palatal (opc)	-	-
	['pente]	[me'didã]
	/ 'pente/	/me'dida/
(7) elevação (opc)	i	-
palatal (opc)	-	-
	['pentɨ]	[me'didã]
	/ 'pente/	/me'dida/
(8) elevação (opc)	i	-
palatal (opc)	t _f	dʒ
	['pent _f i]	[me'dʒidã]

A presença da dupla alternância pen[te] - pen[tɨ] ao lado da tríplice (mais escassa) pen[te] - pen[tɨ] - pen[t_fi], a nosso ver, é um indício de que a iteração natural das duas regras tende a impor-se à medida que a transmissão normal da língua vai tomando seu curso.

Por conseguinte, uma das características das variedades do português da zona de colonização italiana e a lemã reside no caráter de regra adquirida ou por adquirir que neles tem a palatalização, em oposição ao *status catêgórico* (ou quase) com que se manifesta na metrópole e na zona fronteiriça².

Sumariando, discutimos o caráter de analogia parcial da palatalização na fala dos monolíngües onde a regra não chega à sua realização plena em virtude da restrição variável da sibilante. Vimos que esta restrição favorece

Estudos (5): 163-177, dez. 1986

ce o processo de lenição que conduz à formação de novas a fricadas [ts, dz]: den[tɨ] - den[t_fi]; den[tis] - den[tɨs]. Vimos, por outro lado, que uma motivação morfológica, via pluralização, flexão verbal e derivação paradigmática renova constantemente a presença do contexto inibidor: par[t_fi], mas preferentemente par[tis] - par[tɨs]; ver[dʒi], mas preferentemente ver[dis] - ver[dɨs], [des]cabelado, mas preferentemente [dis]cabelado - [dɨs]cabelado.

Chegamos, por fim, à constatação de que o ordenamento natural entre elevação vocálica e palatalização que dá prioridade à primeira é transparente na metrópole e na zona fronteiriça. É o caráter de regra aprendida, isto é, em estado de aquisição, da elevação vocálica, que diferencia o dialeto fronteiriço do metropolitano. Os dois dialetos das zonas bilíngües que não possuem, em caráter definitivo, nem uma nem outra regra, distinguem-se dos demais pelo caráter de regra aprendida que tem tanto a elevação vocálica quanto a palatalização, mas deixam antever, no uso opcional das duas, que o ordenamento normal vai tomando seu curso.

4 CONCLUSÃO

Os resultados podem ser sumariados da seguinte forma:

. A palatalização da oclusiva dental é uma das características do dialeto gaúcho. A hierarquia de uso posta em escala descendente (metropolitanos, fronteiriços, alemães e italianos) desvenda-a em plena fase de expansão.

. A restrição variável da sibilante que torna a regra complexa, criando flutuações fonologicamente definidas como um típico processo de espraçamento que atende aos

Estudos (5): 163-177, dez. 1986

cânones da analogia parcial, por Kiparsky definido, tem o seu papel fortalecido por regras morfológicas: a pluralização, a conjugação verbal e a derivação que renovam constantemente a presença do contexto de tendência bloqueadora.

As diferenças dialetais que se explicam entre outros pelo maior ou menor uso da palatalização estão diretamente relacionadas a seu caráter de regra em estado (avancado ou não) de aquisição.

Há uma explicação fisiológica para a restrição da sibilante: duas consoantes foneticamente similares exercem uma atração mútua que fortalece os traços que têm em comum, preservando a consoante primitiva da força assimilatória da vogal alta.

Por fim, o aspecto mais importante revelado por esta análise é ser a palatalização (no dialeto de maior uso — o da capital —) uma regra que se aplica categoricamente em todos os contextos menos um — o da sibilante, sua restrição variável, responsável por flutuações do tipo: ver [dʒ]is - ver [dis]; [dʒ]is parar - [dis] parar; me [dʒ]icina - me [di]cina.

ABSTRACT

A study of the palatalization of the dental stop preceding *i* in the dialect of the Portuguese spoken in the south of the Brazil. The research pointed out an almost categorical rule, the application of which varies only in the context of an anterior coronal sibilant.

NOTAS

- 1 Na amostra piloto, fizemos a distinção entre o iode e a vogal alta da mesma série, por estar registrado na literatura que o iode é o condicionador dos processos diacrônicos de palatalização das línguas românicas. A

análise estatística (amostra piloto) revelou que na sincronia eles têm o mesmo papel. Admitindo-se, por outro lado, que o iode é na estrutura subjacente uma vogal alta não posterior, essa é o único condicional da regra.

- 2 A palatalização da oclusiva dental é um processo de africatação que converte /t,d/ diante de /i/ nos respectivos [tʃ, dʒ]. Há graus de palatalização possíveis de serem apreendidos comparativamente, sem o auxílio do Laboratório. Por exemplo, na metrópole a palatalização é mais amplamente realizada, do ponto de vista fonético, que nos dialetos da zona de colonização italiana e alemã, onde o caráter de regra a prendida (em expansão, é verdade) mantém-se vivo, conduzindo variações de pronúncia que vão desde o não uso da regra ao mero acréscimo de iode à oclusiva até às tímidas ou plenas africadas. O grau relativo não foi levado em conta nesta análise fonológica que considerou toda palatalização como aplicação da regra.

BIBLIOGRAFIA

- ANDERSON, Stephen R. *The organization of Phonology*. Academic Press, London, 1974.
- CAGLIARI, Luiz Carlos. *A palatalização em Português: uma investigação palatográfica*. Campinas, 1974. Dissertação de Mestrado.
- FOLEY, James. *Foundations of theoretical phonology*. Cambridge University Press, London, 1977.
- KIPARSKY, Paul. *Analogue change as a problem for Linguistic Theory. Linguistic in the Seventies: Directions and Prospects*. 8, Illinois, 1978.
- _____. *Linguistic Universals and Linguistic Change*. In: BACH, Emmon & HARMS, Robert, ed. *Universal Linguistic Theory*. New York, Holt, Rinehart and Winston, 1968.
- _____. *Historical Linguistics*. In: DONGWALL, ed. *A survey of linguistic science*. College Park, Maryland. University of Maryland Press, 1971.
- SANKOFF, Gillian & CEDERGREN, Henrietta. *Some results of a sociolinguistic study of Montreal French*. In: *Linguistic diversity in Canada*. Darnell Ed., 1971.

NÓS OU A GENTE?

Judith Freitas (UFBA)

Maria del Rosário Albán (UFBA)

RESUMO

Examinando a preferência de uso das formas pronominais sujeito nós e a gente em um segmento do *corpus* do Projeto NURC/SSA — três diálogos em tre locutores das faixas etárias 1 e 3 — observou-se que a variável mais atuante foi a faixa etária, tendo a F1 e a F3 demonstrado preferências distintas: a gente e nós, respectivamente. Também mostrou-se atuante o momento da fala para os locutores F3 pois, se no primeiro momento observado (P1) preferiram o uso de nós, no terceiro momento (P3) demonstraram nítida preferência por a gente. O grau de tensão/descontração do locutor pareceu não exercer papel significativo para essa seleção.

Este é um estudo preliminar e os resultados têm seus limites na extensão do *corpus* examinado.

Dando continuidade ao estudo iniciado em "Eu, vo *cê et alia* em três diálogos"¹, onde se procedeu ao exame preliminar da categoria pessoa nas formas pronominais sujeito em três discursos programaticamente dialogados (D2) que constituem uma secção do *corpus* organizado para o Projeto NURC/SSA², retoma-se o estudo das formas nós e a gente, alternativas da expressão do EU ampliado, pretendendo-se relacionar a seleção de uma ou outra forma pelo locutor (INF), sobretudo com a sua faixa etária (F), a atitude assumida no diálogo e o momento da elocução.

Foi utilizado basicamente o mesmo *corpus*³ — três

diálogos, tanto quanto possível informais, com a característica comum de reunirem locutores do sexo masculino das faixas etárias 1 e 3 (F1 — 25 a 35 anos e F3 — 56 anos em diante), todos de Salvador e de nível universitário. Os resultados são conclusões empíricas, limitadas ao âmbito dos textos examinados.

2 NÓS E A GENTE COMO AMPLIAÇÃO DO EU

Os pronomes **nós** e **a gente** representam, com relação à categoria **pessoa** uma ampliação do EU, que pode abranger, além do EU e do NÃO-EU — pessoas do discurso —, o elemento **ALIA**, ou seja, a **não-pessoa**, e isso tanto no plano concreto como no plano abstratizado. Considerou-se concreto o plano do discurso, sempre que o locutor se refere a fatos reais:

- 1. "Hoje, uma criança aos dez anos dispõe de um elenco de conhecimentos que **a gente**, aos quinze, talvez não tivesse." (INF. F3, Inq. 156)

e abstratizado, quando o locutor se sobrepõe à realidade, colocando o discurso no plano hipotético, como em:

- 1. "O que a gente pode fazer? Eu aconselhei, orientei, indiquei, apontei os caminhos certos, ela não aceitou." (INF. F3, Inq. 156) (Falava-se de filhos e a afirmação é feita por um locutor que não tem filhos).

Por outro lado, como referido em "Eu, você e a **alia**...": "todo enunciado tem como ponto de partida um locutor que o emite e que, inevitavelmente, é o centro gerador do processo de comunicação. Em muitas situações, ele pode escolher a maneira de se colocar no discurso que em *Estudos* (5): 179-193, dez, 1986

te. Se opta por assumir o discurso como indivíduo isolado, usa a forma **eu**; se se situa juntamente com outro indivíduo ou com um grupo — especificado ou indeterminado —, **prefere nós, a gente** ou outras formas de expressão do EU ampliada":

- 1. "Quanto a casa, ainda hoje **nós** moramos em casa ra...raza...razaavelmente ampla (...)" (INF.F3, Inq. 156)

Nós e **a gente** por si sós, não especificam a amplitude que o locutor dá à pessoa EU, pois não apresentam marcas formais que evidenciem essa abrangência. Comportam três possibilidades de ampliação do EU, já mencionadas:

1. EU + NÃO-EU
2. EU + ALIA
3. EU + NÃO-EU + ALIA,

1. "Eu acho que isso...se meu pai ou o seu fosse um caso desses, eu acho que **a gente** seria ignorante." (INF. F3, Inq. 208)
2. "Fui companheiro de caça de meu pai (...). **Nós**, quando armávamos um...uma armadilha (...)" (INF. F3, Inq. 234)
3. "Assim, eu não poderia dizer de outras **unidades**. Aqui na Escola...**nós** não temos esse **problema**." (INF. F3, Inq. 156)

Os critérios de seleção entre **nós** e **a gente** por parte dos locutores é o objeto central desta comunicação.

3 A GENTE NA TRADIÇÃO DOS DICIONÁRIOS E GRAMÁTICAS

Dicionários e gramáticas revelam, de um modo geral, certo pudor no tratamento dos fatos que caracterizam a oralidade, não reconhecendo muitas vezes a amplitude e difusão que estes apresentam, com o que contribuem para a consolidação do preconceito às inovações gramaticais. No que se refere à ampliação do EU, a tradição consagra apenas a forma **nós**.

Nossos dicionários — Morais (1945), Aulete (1964), Aurélio (1a.ed.) Mirador Internacional (1976) — registram a forma **a gente** sob o verbete **gente**, substantivo feminino, abonando-a com os mais diversos autores: Castilho, Augusto dos Anjos, Lobato, Mário de Andrade. E, como seu significado, registram o próprio pronome **nós**, mas no verbete **nós** nem sequer remetem à forma **a gente**. Em Aurélio, por exemplo, sob o verbete **gente** vem registrado: ".../a gente: a(s) pessoa(s) que fala(m); eu, nós..." Também Aulete a registra sob o mesmo verbete e acrescenta: "...neste sentido o povo emprega este nome singular, fazendo-o concordar com o verbo no plural: **a gente** fomos; **a gente** mandamos..." , concluindo: "o que é contra o bom senso gramatical".

Quanto às gramáticas, a grande maioria não inclui **a gente** no rol dos pronomes pessoais. Da relação das gramáticas observadas, somente duas se referem a essa forma: a *Moderna gramática portuguesa* de Evanildo Bechara — faz referência apenas entre as observações finais ao capítulo dos pronomes, com abonação de Alexandre Herculano — e a *Nova gramática do português contemporâneo* (Cunha e Cintra, 1985), que no capítulo "Emprego dos pronomes retos", sob o subtítulo 'Fórmulas de representação da primeira pessoa', registra: "no colóquio normal, emprega-se **a gente** por **nós**

e também por eu...", restringindo seu uso, portanto, à linguagem coloquial.

Em textos literários, conforme a abonação dos dicionários já evidencia, também ocorre o emprego pronominal de **a gente**. No *Memorial de Aires* de Machado de Assis encontra-se **a gente** com valor pronominal indeterminado⁴, ao lado da seqüência **a gente**, usada como sintagma nominal com valor de nome⁵.

4 POSICIONAMENTO DO LOCUTOR NO DISCURSO: EU OU NÓS ~ A GENTE

Dos três inquiridos que forneceram o *corpus* para este estudo, dois (208 e 234) envolveram pessoas que se viam pela primeira vez, e o terceiro (156) reuniu dois professores de uma mesma unidade universitária. Nas falas de todos os locutores, considerando tanto as formas explícitas como as implícitas, observou-se maior frequência de uso da forma **eu** do que de **nós** e **a gente** — estas, expressões do EU ampliado —, conforme se vê no Quadro I. Essa maior frequência decorre talvez das circunstâncias específicas desses diálogos, como o fato de a maioria dos locutores e documentadores não se conhecerem previamente.

QUADRO I — FREQUENCIA DE EU E NÓS ~ A GENTE

INQ. Nº	F ₃				F ₁			
	EU		NÓS/ A GENTE		EU		NÓS/ A GENTE	
	nº	(%)	nº	(%)	nº	(%)	nº	(%)
156	148	(66%)	77	(34%)	159	(94%)	5	(6%)
208	171	(78%)	49	(22%)	192	(69%)	85	(31%)
234	251	(88%)	35	(12%)	26	(67%)	13	(33%)
TOTAL	570	(78%)	161	(22%)	377	(79%)	103	(21%)

Continuando a examinar o Quadro I, observa-se que os locutores que se situam nos extremos da escala de preferência pelo posicionamento do EU (INF. F1 — 94% e INF. F3 — 66%) encontram-se reunidos no mesmo inquérito, o 156. A audição do diálogo produzido por essa dupla torna evidente o contraste: o INF. F1, solteiro, não demonstra grande envolvimento grupal e posiciona-se quase exclusivamente com o EU não ampliado (eu), enquanto o INF. F3, que revela um alto grau de envolvimento grupal — muito explicitamente no seu grupo familiar —, é o que mais assume o discurso como EU ampliado — nós ~ a gente (34%, o maior índice nesses locutores).

No Inq. 234 encontram-se reunidos os dois informantes que se seguem na escala de preferência por um dos posicionamentos no discurso: o INF. F3, homem de atividade profissional intensa e variada, aborda os temas propostos — terreno, animais, vegetais — do ponto de vista da sua experiência pessoal, optando decididamente pelo posicionamento EU (eu — 88%). Já o INF. F1, apesar da pouca oportu-

nidade que teve no diálogo⁴, revela um certo grau de envolvimento grupal, pelo menos no que diz respeito ao interesse de integrar-se no diálogo. É o segundo na escala decrescente de posicionamento do EU ampliado (nós ~ a gente — 33%).

Quanto à dupla do Inq. 208 — o inquérito que a apresentou a participação mais equilibrada dos dois locutores —, o INF. F3 revela uma preferência por posicionar-se como EU bastante acentuada (78%), pendendo o INF. F1 para o EU ampliado (31%).

Ainda com relação ao Quadro I, os dados totalizados em função da faixa etária permitem verificar que essa variável é, para o conjunto de locutores, nula quanto ao posicionamento no discurso. A F3 e a F1 quase se igualam na incidência de uso do EU nestes três diálogos, (78% e 79% respectivamente).

De um modo geral, observou-se que os dados qualitativos, depreendidos do discurso dos locutores — mas que não serão explicitados aqui — confirmam os resultados numéricos quanto ao posicionamento do locutor.

5 A SELEÇÃO NÓS ~ A GENTE

Para examinar como atuam nesses locutores as variáveis faixa etária e momento da gravação, tabularam-se os dados nos Quadros II e III, onde se registraram a frequência de uso e o índice de preferência pelos locutores de uma das formas de expressão do EU ampliado.

5.1 A FAIXA ETÁRIA

Por ser a gramaticalização de a gente um fato relativamente recente na língua portuguesa, decidiu-se pro-

ceder ao confronto das elocuições dos INFs.F1 e F3 no que se refere ao uso dessa forma.

QUADRO II — NÓS ~ A GENTE E A FAIXA ETÁRIA

Inq.nº	F ₃		F ₁	
	NÓS		A GENTE	
	nº (%)	nº (%)	nº (%)	nº (%)
156	51 (66%)	26 (34%)	3 (60%)	2 (40%)
208	25 (51%)	24 (49%)	18 (21%)	67 (79%)
234	28 (80%)	7 (20%)	1 (8%)	12 (92%)
TOTAL	104 (65%)	57 (35%)	22 (21%)	81 (79%)

Entre os INFs.F3, é o do Inq. 234 que apresenta preferência acentuada pela forma **nós** (80% das 35 ocorrências do EU ampliado); segue-se o do Inq. 156 (66% em 77 ocorrências) e o do Inq. 208, que alterna quase paritariamente entre as duas formas (51% para **nós** e 49% para **a gente**).

Não se levou em conta, para este efeito, os dados do INF. F1 do Inq. 156 pelo número irrelevante de ocorrências (apenas 5) e pela diferença inexpressiva entre a frequência de uma e outra forma (3 para **nós** e 2 para **a gente**). Dos dois outros INFs.F1, é o do Inq. 234 que apresenta maior índice de frequência de **a gente** (92%). Embora ele apresente baixo número de ocorrências (13), o seu desempenho foi levado em consideração porque sua preferência por **a gente** é bastante expressiva (12 ocorrências contra 1 de **nós**).

No total, os resultados apontam a preferência dos

INFs.F3 pelo uso de **nós** (65%), enquanto que é realmente entre os F1 que se evidencia uma preferência relevante por **a gente** (79% das ocorrências das formas do EU ampliado).

Mas, ao globalizar o número de ocorrências de **nós** e **a gente**, independente da idade do locutor, verifica-se que há uma preferência — embora pouco acentuada — do uso de **a gente** (138 contra 126 para **nós**).

5.2 O MOMENTO DA GRAVAÇÃO

Pressupondo ser o início de uma gravação o momento de maior formalidade, sobretudo no caso de diálogos em que os locutores não se conhecem previamente, procurou-se observar se essa formalidade se estendia à linguagem, in fluindo na seleção das formas **nós** e **a gente**.

Para verificar a frequência dessas formas nos momentos diversos das gravações, dividiu-se cada inquérito, de 1h 20 min de duração, em 3 segmentos, tomando por base o texto contido em cada face de uma fita cópia de 60 min, face que estamos chamando pista (P1 e P2, as faces da primeira fita, e P3, a face da segunda fita).

QUADRO III — NÓS E A GENTE E O MOMENTO DA GRAVAÇÃO

Inq.nº	Pista	F ₃		F ₁	
		NÓS		A GENTE	
		nº (%)	nº (%)	nº (%)	nº (%)
156	P1	41 (80%)	3 (12%)	2 (67%)	2 (100%)
	P2	8 (16%)	4 (15%)	1 (33%)	0 (0%)
	P3	2 (4%)	19 (73%)	0 (0%)	0 (0%)
208	P1	13 (52%)	5 (21%)	3 (16%)	22 (33%)
	P2	4 (16%)	7 (29%)	13 (73%)	27 (40%)
	P3	8 (32%)	12 (50%)	2 (11%)	18 (27%)
234	P1	13 (46%)	5 (72%)	1 (100%)	10 (83%)
	P2	4 (14%)	1 (14%)	0 (0%)	2 (17%)
	P3	11 (40%)	1 (14%)	0 (0%)	0 (0%)
TOTAL	P1	67 (64%)	13 (22%)	6 (27%)	34 (42%)
	P2	16 (15%)	12 (21%)	14 (64%)	29 (36%)
	P3	21 (21%)	32 (57%)	2 (9%)	18 (22%)

No Quadro III observa-se entre os INFs. F3 uma maior incidência da forma **nós** na P1 em relação às demais, especialmente no INF. F3 do Inq. 156, que tem 80% das formas **nós** concentradas nessa pista. O seu desempenho chama a atenção do observador desde o início da gravação.

Na fala inicial deste locutor pode-se ouvir em tom formal: "Meu caro X, a minha infância, eu passei aqui em Salvador (...)". Acompanhando o desenvolvimento do seu discurso, pode-se observar que nos primeiros 22 minutos i

Estudos (5): 179-193, dez. 1986

niciais usa com exclusividade o **nós** (35 ocorrências). Ocorrem então os dois trechos que se seguem:

"Não há esse conflito que se diz, mas aí fora a **gente** co...**nós** costumamos ver (...)"

e logo em seguida:

"...e a **gente** acha...**nós** achamos que a família hoje...é algo muito diferente daquela família dos nossos tempos de criança."

Após vacilar por duas vezes diante do uso de a **gente**, passa a usar cada vez mais essa forma alternando-a com **nós**, cuja incidência (14) chega a ser suplantada pela de a **gente** (24). É interessante observar que o INF.F1 des se mesmo inquirido, no seu parco uso de formas pronominais de expressão do EU ampliado, tinha usado até então apenas **nós** (2 ocorrências) e passa a usar a **gente** só depois que o INF. F3 o faz.

Nos demais INFs. F3 (Inqs. 208 e 234), a preferência pela forma **nós** na P1 está patente, embora menos marcadamente que no do Inq. 156, atingindo um índice de frequência de 64%, se tomados na totalidade os dados da P1.

Com exceção do INF. F3 do Inq. 234, exatamente aquele que, para expressar o EU ampliado, apresentou o índice máximo de preferência por **nós** (80%, conforme demonstra o Quadro II), observou-se nos demais dessa faixa uma preferência crescente pelo uso de a **gente**. O INF. F3 do Inq. 156 atinge, na P3, 73% e o do Inq. 208 chega a 50% nessa pista, ao tempo em que, se confrontado com a P1, de cresce na P3 o uso de **nós**.

Para os INFs. F1, apesar de sua preferência pela forma a **gente**, não se verificou uma relação clara entre a maior ou menor frequência destas formas e o momento da gr

Estudos (5): 179-193, dez. 1986

vação, como atesta o Quadro III.

5.3 A ATITUDE DO LOCUTOR

As reações de cada locutor no momento da gravação, são ocasionalmente anotadas nas Fichas de Catalogação do Projeto NURC, só podem ser conhecidas sistematicamente a partir da audição dos inqueritos. O exame do comportamento desses seis locutores segundo as duas fontes, já realizado aliás (CARDOSO *et alii*: 1981), vem reproduzido no Quadro IV, no qual também é feito o confronto da preferência de uso de cada uma das formas em questão, por esses locutores.

QUADRO IV — ATITUDE DO LOCUTOR E SELEÇÃO DAS FORMAS DO EU AMPLIADO

ATITUDE DO LOCUTOR	INQUÉRITO	INF.	EU AMPLIADO	
			<i>nós</i>	<i>a gente</i>
Tenso	Inq. 156	F3	66%	34%
	Inq. 156	F1*	60%	40%
	Inq. 208	F1	21%	79%
Descontraído	Inq. 208	F3	51%	49%
	Inq. 234	F3	80%	20%
	Inq. 234	F1	8%	92%

* O INF. F1 do Inq. 156 só apresentou 5 ocorrências das formas (3 vezes *nós* e 2 a *gente*).

O quadro demonstra, entretanto, que a variável tensão/descontração — tal como foi aqui abordada — não interferiu nos resultados sobre a seleção de *nós* e a *gente*, ou seja, essa seleção não parece estar correlacionada com a atitude geral do locutor no ato da gravação, pelo menos

nestes três diálogos.

Observou-se ainda, embora assistematicamente, a relação entre a seleção das formas *nós* e a *gente* e a distribuição do conteúdo temático ao longo dos diálogos, como também o contexto contíguo a estas formas. Mas esse estudo foi abandonado por não apresentarem os dados uma relação consistente que permitisse conclusões.

CONCLUSÕES

Este estudo, que incide sobre um segmento do corpus NURC/SSA, é considerado como parte da programação *latu sensu* do Projeto. Nele observou-se que as gravações selecionadas registraram ocorrência significativa das formas pronominais *nós* e a *gente*, concorrendo certamente para *is* so o tipo de texto examinado (D2).

O exame dos resultados dos três diálogos evidenciou que, das variáveis observadas para a seleção de *nós* e a *gente* pelo locutor:

- 1) Foi a faixa etária que mostrou resultados mais significativos. Os locutores F3, que nesses três inqueritos estão entre 62 e 68 anos, preferiram o uso de *nós* (65%) enquanto os F1, entre 29 e 31, demonstraram uma expressiva preferência por a *gente* (79%).
- 2) A variável momento da gravação atua apenas nos INFs. F3. Os primeiros 30 minutos das gravações (P1) concentram maior número de ocorrências de *nós* para os locutores F3, variando entre 80% e 46%, enquanto nos 50 minutos restantes (P2 e P3) a variação do percentual fica

entre 4% e 40%. A preferência da forma *a gente* pela F1 não apresentou correlação com o momento da gravação.

- 3) A atitude do locutor (tenso/descontraído) não demonstrou atuar nesse conjunto de locutores no que se refere à seleção entre essas formas.

Assim, a preferência expressiva (79%) do uso de *a gente* pelos locutores F1 e a preferência crescente, desenhada nos locutores F3 no transcurso dos diálogos, por essa forma — 57% no terceiro momento (P3) dos três observados — demonstram claramente a vitalidade do uso em diálogos informais de *a gente* como forma pronominal (138 ocorrências contra 126 de *nós*), ainda não devidamente incorporada a dicionários e gramáticas.

RESUMEN

Examinando la preferéncia de uso de las formas pronominales sujeto del portugués *nós* y *a gente* en una sección del corpus del Proyecto NURC/SSA — tres diálogos entre hablantes de los grupos etarios 1 y 3 — se ha observado que la variable más actuante fue la del grupo etario, habiendo demostrado el grupo 1 y el 3 preferéncias distintas: *a gente* y *nós*, respectivamente. También se ha observado que para los hablantes del grupo 3 resultó actuante el momento del habla pues, mientras en el primer momento (P1) han preferido el uso de *nós*, en el tercer momento (P3) demostraron preferir *a gente*. El grado de tensión/descontracción del hablante pareció no ejercer papel significativo para esa selección. Este es un estudio preliminar, y sus resultados tienen sus límites dentro de la extensión del corpus examinado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Napoleão Mendes de. *Gramática metódica da língua portuguesa*. São Paulo, Saraiva, 1983.
- Estudos* (5): 179-193, dez. 1986

- ASSIS, Joaquim M. Machado de. *Memorial de Aires*. São Paulo, Ática, 1976.
- ANDRÉ, Hildebrando A. de. *Gramática ilustrada*. São Paulo, Moderna, 1979.
- BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. São Paulo, Nacional, 1982.
- BENVENISTE, Emile. *Problemas de lingüística geral*. Tradução portuguesa. São Paulo, Nacional, 1976. p.247-59 e 277-83.
- CARDOSO, Suzana; NASCIMENTO, Ary do e ROSSI, Nelson. Cadasramento do corpus NURC/SSA. *Ciência e Cultura*, 33 (6), junho de 1981. p.849-52.
- CEGALLA, Domingos P. *Português para o 2º grau*. São Paulo, Nacional, 1977.
- CUNHA, Celso. *Gramática da língua portuguesa*. Rio, MEC-FENAME, 1972.
- _____ & CINTRA, Luís F. *Nova gramática do português contemporâneo*. Rio, Nova Fronteira, 1985.
- FREITAS, Judith e ALBÁN, M. del Rosário. "Eu, você et alia em três diálogos". *Ciência e cultura*, 33(6), junho de 1981. p.855-8.
- KURY, Adriano da Gama e OLIVEIRA, Ubaldo. *Gramática objetiva*. São Paulo, Atlas, 1985. V.1.
- MELO, Gladstone Chaves de. *Gramática fundamental da língua portuguesa*. Rio, Acadêmica, 1968.
- ROCHA LIMA, Carlos H. da. *Gramática normativa da língua portuguesa*. Rio, José Olímpio, 1984.
- SACCONI, Luiz Antônio. *Nossa gramática*. São Paulo, Atual, 1983.

Dicionários

- AULETE, Caldas. *Dicionário contemporâneo da língua portuguesa*. Rio, Delta, 1964.
- DICIONÁRIO brasileiro da língua portuguesa. Mirador Internacional. São Paulo, Melhoramentos, 1976.
- FERREIRA, Aurélio B. de Holanda. *Novo dicionário da língua portuguesa*. Rio, Nova Fronteira.
- SILVA, Antônio de Moraes. *Grande dicionário da língua portuguesa*. 10.ed., Lisboa, Confluência, 1959.

ESTE E ESSE
NA FALA CULTA DO RIO DE JANEIRO

CID, Odirce (UFRJ)
COSTA, Ma. Cristina (UFRJ)
OLIVEIRA, Célia T. (UFRJ)

RESUMO

Este artigo apresenta uma análise preliminar dos usos dos demonstrativos este e esse na fala culta carioca. Após examinar-se o que têm dito lingüistas, gramáticos e estilistas sobre o assunto, verificaram-se as ocorrências dos referidos pronomes em dezesseis gravações de elocuições do arquivo sonoro do Projeto NURC, no Rio de Janeiro. Indicam-se as tendências de uso que o material revela e faz-se um confronto com análise preliminar semelhante feita com gravações do Projeto NURC em São Paulo.

Em *O linguajar carioca*, afirma Antenor Nascentes não haver na fala do Rio de Janeiro "a menor distinção entre os demonstrativos este e esse", sendo ambos "usados indiferentemente"¹.

Posteriormente, em artigo publicado na *Miscelânea filológica* em honra à memória do professor Clóvis Monteiro², o mestre retoma o assunto, expondo os motivos que, a seu ver, determinam, na fala corrente e nos textos de escritores menos formalistas, o emprego equivalente dos dois pronomes na designação do que está perto (este por esse e vice-versa).

Começando por lembrar que a idéia demonstrativa é mais da linguagem mímica do que da linguagem falada ou escrita, — o gesto acompanhando quase sempre na elocução oral a palavra e tantas vezes dispensando-a —, observa Nas

centes que nem todas as línguas românicas adotaram o sistema tricotômico de demonstrativos do latim.

Apenas assim o fizeram o português (este/esse/aquele), o espanhol (este/ese/aquel), o galego (iste/ise/aquil) e o sardo (custe/cusse/cullo).

Já o italiano (questo/quello), o provençal (acest/aquel), o catalão (aqueat/aquell), o rético (kuest/kuel) e o romeno (acest/acel) adotaram um sistema dicotômico, enquanto que o francês conta com um único elemento, — ce —, que se faz acompanhar de *ci* e de *là* sempre que se imponha distinguir o que está próximo e o que está distante.

Embora reconhecendo que há uma relativa utilidade na conservação do valor próprio de *este* e de *esse* em certas situações de comunicação e que as diferenças entre os dois podem ser encontradas não só nos textos dos "escritos pontilhosos" (*écrits*) mas também na fraseologia — assim sempre se diria "Ora essa!" e sempre se diria "E esta, agora", por exemplo — conclui Nascentes que, "na realidade, não são necessários mais de dois demonstrativos: um para o que está perto (*este* ou *esse*) e outro para o que está longe (aquele)".

Finalizando o artigo, Nascentes aventa a hipótese de que a forma *este* suplantará a forma *esse*, "por ser de primeira pessoa e indicar maior proximidade do que *esse*", ficando então, um dia, o português, com um sistema dicotômico de demonstrativos, tal como ocorre em vários outros idiomas.

Outros estudiosos de nossa língua também têm feito referências à tendência não só do falar carioca mas do próprio português do Brasil de substituir o sistema tricotômico de demonstrativos por um sistema dicotômico em que *este* e *esse* se equivalem gramaticalmente para a indicação

dêitica ou dêitico-anafórica do que está próximo, em oposição a *aquele*, utilizado para a indicação dêitica ou dêitico-anafórica do que está distante. Subsistem, então, apenas diferenças estilísticas na opção de emprego de *este* ou *esse*.

Rodrigues Lapa assim se expressou a respeito:

É muito curiosa a inversão que se dá dos valores de este e esse no falar e na escrita brasileira. Ora encontramos esse por este, como no seguinte passo de Jorge Amado [São Jorge dos Ilhéus, 5.ed., p.273], bem representativo pela contigüidade do advérbio aqui: "fazia tu do para alegrar a vida da gente aqui, nesse deserto"; e neste de José Lins do Rego [Água-mãe, 4.ed., p.256]: "Minha mãe, a senhora é boa demais para ouvir essas coisas. A senhora não merece saber dessas misérias." Ora se dá o contrário: este ocupa o lugar de esse, como se vê no mesmo romance [p.290], depois de um conto maravilhoso contado por Filipa ao seu neto, em que se fazia menção de um bálsamo que sarava as feridas: "Que bálsamo era este, mãe Filipa?"

Tanto no primeiro quanto no segundo caso, os usos do português de Portugal são contrários aos do português do Brasil; e tudo se deve levar à conta da imaginação que ora distancia o ra aproxima as coisas de que se está falando.

Paul Teyssier, em seu *Manuel de langue portugaise Portugal-Brésil*, ressalta que, no português falado atualmente no Brasil, "observa-se uma tendência para confundir *este* e *esse*", sendo que tal confusão "se encontra nos escritores cujo estilo busca imitar a linguagem espontânea". Mas acrescenta uma afirmação que contradiz a hipótese aventada por Nascentes de que *este* suplantaria *esse* no uso. Para Teyssier, nasce, no Brasil, para os demonstrativos, um sistema novo de tipo binário, em que *esse* é que suplanta *este*.

Tal como Nascentes, Lapa e Teyssier, também Mattoso Câmara observa que:

...na língua popular do Brasil há uma tendência à redução dos demonstrativos a dois tipos apenas (*este* e *esse*, gramaticalmente equivalentes e estilisticamente diversos como *mais enfático* e *menos enfático*, de um lado, e de outro lado, *aquela*, na base da distinção entre o campo do falante e tudo mais).⁵

E oferece explicações a respeito dessa tendência. Como se sabe, o sistema de demonstrativos funciona não só para uma indicação no espaço (e tempo, acrescentamos), em que se situam falante e ouvinte (função dêitica propriamente dita); mas também para uma indicação no âmbito do contexto lingüístico (função dêitico-anafórica). Ora, "nesta última função — diz-nos Mattoso — os demonstrativos servem a um campo mostrativo centrado no falante e o sistema tripartido, fundamentado na oposição falante/ouvinte, perde a rigor, o seu sentido"⁶.

Como, por outro lado, e ainda é Mattoso quem o diz:

...a distinção fonológica entre *este* e *esse* é pequena (/st/ : /s/), dá-se na língua coloquial brasileira um intercâmbio entre os dois pronomes, mesmo no papel dêitico, que os torna gramaticalmente equivalentes. Surge dessa mudança de /st/ para /s/ uma variação livre entre *este* e *esse*, em que na área do Rio de Janeiro predomina a segunda forma. A norma escolar combate essa tendência no sentido de repor o sistema tricotômico, em que *esse* se circunscreve ao campo do ouvinte; e por ele se pauta a língua escrita e o registro formal da língua oral culta.⁷

Buscando-se oferecer uma contribuição para o conhecimento mais efetivo e detalhado da realidade lingüística brasileira, a equipe do Projeto NURC do Rio de Janeiro julgou importante começar a examinar essa questão dos demonstrativos — (sistema ternário ou sistema binário? / *es*

te e esse ou este mais que esse ou vice-versa, e sob quais condicionamentos?) — na fala carioca culta.

O que se apresenta no presente artigo são os primeiros resultados, ainda provisórios, do que foi possível observar, numa análise, que nessa primeira etapa não se quis mais refinada, de dezesseis gravações do arquivo sonoro do Rio de Janeiro, assim distribuídas:

- . doze diálogos entre informante e documentador (tipo DID), seis dos quais versando sobre um tema, o de Instituições: Ensino, Igreja, e seis outros versando sobre um outro tema: Dinheiro, Banco, Finanças, A Bolsa;
- . dois diálogos entre dois informantes (tipo D2), versando sobre Profissões e Ofícios;
- . e duas elocuições formais (tipo EF), uma versando sobre Direito do Trabalho e a outra sobre Redação e Criatividade, todos os temas sendo aleatoriamente escolhidos.

Além das variáveis de registro — fala familiar (DID e D2) e fala esmerada (EF) — que visam a oferecer um quadro dos usos da fala culta habitual média — e além da variável temática, levaram-se em conta as variáveis sexo (H e M) e faixa etária — (1ª de 25 a 35 anos; 2ª de 36 a 55 anos; e a 3ª de 56 anos em diante — com que o Projeto NURC igualmente opera.

Isto para que fosse possível sondar, ainda que preliminarmente, a atuação dessas variáveis na questão a ser estudada.

O Projeto NURC tem por objetivo final permitir a comparação das normas das cinco capitais onde ele se desenvolve, a saber: Porto Alegre, São Paulo, Rio, Salvador e Recife. O professor Ataliba Teixeira de Castilho já proce-

deu a uma análise preliminar do uso dos demonstrativos na fala de São Paulo⁸ e orienta, no momento, uma dissertação de Mestrado com este tema⁹.

Embora, em seu estudo, tenha trabalhado com apenas três gravações (um DID; um D2; e um EF); com três informantes do sexo masculino e apenas uma do sexo feminino; e com nenhuma que representasse a segunda faixa etária (36 a 55 anos), as ocorrências de demonstrativos encontradas na mini-amostra já lhe permitiram detectar algumas tendências que — como mais adiante se mostrará — também foram detectadas pela equipe carioca.

Retomando a sub-amostra descrita com que se trabalhou no Rio, sua distribuição ficará mais clara no seguinte quadro:

SEXO	FAIXA ETÁRIA	DID		EF		D2
		INST. ENS. IGREJA	BANCO BOLSA	DIR. DO TRAB.	RED. CRIAT.	PROF. E OFÍCIOS
H 1	25-35	7	106	-	-	-
H 2	36-55	132	181	-	-	-
H 3	-56	76	77	341	-	64
M 1	25-35	59	47	-	356	-
M 2	36-55	5	227	-	-	372
M 3	-56	264	373	-	-	-

Nesta amostra, como se pode constatar, há uma concentração maior relativamente aos diálogos tipo DID, correspondente a 8 horas de gravação e ao conjunto de elocuições de doze (12) informantes de ambos os sexos e de três (3) faixas etárias diversas. Inicialmente, a intenção era examinar as ocorrências de demonstrativos em apenas este tipo

de elocução. Mas logo depois pensou-se que seria interessante levar em conta os dois outros tipos de elocução, tipo D2 e tipo EF, nem que fosse para apenas tentar verificar se no primeiro não haveria situação mais propícia para o emprego da deíxis pura e se, no segundo, não haveria situação para verificar-se a persistência do sistema tricotômico, em relação ao dicotômico, conforme hipótese assumida por Mattoso Câmara e já aqui anteriormente citada.

No total de 12 horas de gravação analisadas, duas horas e quarenta minutos (2:40h) correspondem às de tipo D2, envolvendo a participação de quatro informantes de sexo e faixa etária diversos e uma hora e vinte minutos (1:20h) de tipo EF, envolvendo dois informantes, de sexo e faixa etária também diversos.

Assim decidido, e tomando-se então como orientação os tipos de emprego de **este** e **esse** previstos no Guia-Questionário do Projeto NURC, chegamos à documentação na fala culta do Rio de Janeiro dos seguintes usos de cada um dos pronomes:

ESTE

A) ESTE, em função deíctica (espacial e temporal) para indicar:

- I - o que está perto do falante. Ex.: "Bom, mas ao lado **deste** bom livro de Maria Helena Silveira, há também o da Ada Rodrigues." (Obs.: o volume estava ao lado do locutor na situação de discurso).
- II - o que está perto do falante com reforço adverbial. Ex.: "Um dos melhores e um dos principais, **é este aqui, desta série** de Maria Helena Silveira."

III - tempo presente em relação ao falante.

Ex.: "Que é o que me interessa muito, interessa a nós que já estamos nesta faixa etária."

IV - no lugar de esse, com valor mais enfático.

Ex.: "Ela não resistiu. Atê morreu muito nova. Estas mulheres de antigamente se davam ao luxo de não agüentar o ... o rojão como a gente agüenta agora, né?"

B) ESTE, em função dêitico-anafórica, para indicar:

V - o que foi dito. Ex.: "E essa casa tinha um porão. Neste porão era assim."

VI - o que vai ser dito. Ex.: "Então, normalmente, o primeiro pensamento dela é este: o dinheiro que ela sabe que poderá dispor."

VII - alusão discriminada: Ex.: "Esses grupos políticos vão optar por esta ou por aquela religião que lhes favorece."

VIII - no lugar de esse, com reforço adverbial. Ex.: "Eu fiquei aí, bem nesta faixa."

O quadro que segue mostra a distribuição desses usos com relação aos tipos de inquerito considerados:

	USOS	DID	D2	EF	TOTAL
A	I	3	-	4	7
	II	-	-	3	3
	III	4	-	-	4
	IV	2	-	7	9
B	V	33	4	22	59
	VI	3	-	-	3
	VII	2	-	-	2
	VIII	1	-	-	1
	TOTAL	48	4	36	88

ESSE

A) ESSE, em função dêitica (espácio-temporal) para indicar:

I - o que está perto do ouvinte. Ex.: "E, eu acho que esse barulho aí..." (Obs.: o barulho do gravador, que estava mais próximo do documentador).

II - no lugar de aquela. Ex.: "Eu sabia como era antigamente. Nesse tempo eram o... anglo-germânicos, a neo-latinas e línguas clássicas."

III - no lugar de este. Ex.: "Porque o judeu mesmo e o árabe mesmo, não estão querendo brigar não. A guerra é mais filosófica."

ca, é religiosa. Mas essa, agora, não.

Essa, agora, foi de experiência de ar mas modernas e o petróleo que está lã naquela zona."

B) ESSE em função dêitico-anafórica para indicar:

IV - o que foi dito. Ex.: "Um dos favores que o diretório fez, bolou, é fazer um cur sinho .

.....
.....
Então eles diziam mais ou menos o que ia cair no vestibular e...assim. É a gente fez, então, durante um mês, esse curso."

V - o que vai ser dito. Ex.: "E aparece na resenha dos meus alunos da Faculdade um verbo desse tipo: 'poderia-se'."

VI - alusão discriminada. Ex.: "lutam por es sa ou aquela tendência".

O quadro que segue mostra a distribuição desses usos com relação aos tipos de inquirito considerados:

	USOS	DID	D2	EF	TOTAL
A	I	1	-	-	1
	II	22	-	3	25
	III	9	-	-	9
B	IV	312	83	89	484
	V	3	-	1	4
	VI	4	-	-	4
	TOTAL	351	83	93	527

Uma análise do exposto e do que se encontra indicado nos quadros acima permite constatar que:

1. Os demonstrativos foram empregados majoritariamente na função anafórica, para referência ao que foi dito.

Num total de seiscentas e quinze ocorrências, (615), quinhentas e quarenta e três (543) foram de tal uso (88,2%). O este foi utilizado cinquenta e nove vezes (67%) e o esse, quatrocentas e oitenta e quatro vezes, num total de quinhentas e vinte e sete (527) ocorrências (91,8%).

Pode-se dizer que, pelas ocorrências na amostra examinada, na linguagem coloquial predomina a anáfora com pronome adjetivo acompanhado do item lexical mencionada do e, sobretudo, a que poderíamos chamar anáfora difusa, na qual o pronome adjetivo acompanha um substantivo que não repete o anteriormente mencionado mas que corresponde à seção de um termo lexical ou locução nova que representam uma elaboração conceitual, pela qual se interpreta uma palavra ou sentido de um conjunto de palavras já enunciadas¹⁰.

2. Nas cento e setenta e sete ocorrências de de monstrativos analisadas em três inquiridos em São Paulo, pe lo professor Ataliba de Castilho, também o uso anafórico dos pronomes predominou sobre a catáfora e a dêixis e tam bém nessa cidade, tal como no Rio de Janeiro, a fala culta revelou tendência de predomínio do ESSE (cf. Teyssier e Mat toso) sobre o ESTE (cf. Nascentes).

3. Boa parte dos usos de este em função anafóri ca para indicar o que foi dito tem como característica o fato de que o termo a que o pronome se refere está próximo ao contexto.

4. É de se observar que, no Rio, numa das duas elocuições formais aleatoriamente selecionadas, houve um uso maior de este do que de esse, em comparação com as ocorrên cias dos DIDs e dos D2. Necessário se faz, no entanto, que se informe que tal elocução representa a exposição de uma professora de língua portuguesa, que tem, por força de seu ní vel de escolaridade e de especialização profissional, um domínio do sistema tricotômico e uma visão mais marcada do que deva ser uma situação de elocução formal, além da mar ca expressiva que o uso de este (mais enfático) pode car rear para o que se diz.

Na outra elocução formal analisada o emprego de este e esse apontou para a instabilidade do sistema trico tômico diante do dicotômico de que nos fala Mattoso.

5. Dos DIDs examinados, dois indicam o forte predomínio do esse sobre o este, de vez que neles não há ocorrência de um único este. Observe-se, no entanto, que, num deles, o de número sete (7), a perspectiva memorialis ta e subjetivista assumida pelo informante ao abordar o te ma proposto pode, pelo uso de tempos pretéritos e pela ex posição de atitudes afetivas do tipo agrado/desagrado, in

teresse/desinteresse, explicar certos empregos de esse em detrimento de este.

É de se concluir perguntando: uma análise mais ampla das gravações do NURC no Rio de Janeiro mudaria o qua dro das tendências aqui apontadas? Nas demais cidades o que estaria ocorrendo?

As respostas dependem da continuidade e do apro fundamento dessa linha de estudo.

RESUMÉ

Cet article présente une analyse préliminaire des emplois des démonstratifs este et esse dans le langage cultivé carioca.

Après l'examen de ce que disent linguistes, gram mairiens et stylistes sur ce sujet, on constate l'utilisa tion de ces pronoms dans seize enregistrements d'élocutions du Projet NURC, à Rio de Janeiro. On indique les tendances d'emploi que le matériel présente et on fait un parallèle avec une analyse préliminaire semblable faite avec des en registres du Projet NURC à São Paulo.

NOTAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 NASCENTES, Antenor. *O linguajar carioca*. Rio, Organi zação Simoes, 1953. p.90.
- 2 Id. *Esse, Este*. In: AZEVEDO FILHO, Leodegário (organi zação). *Miscelânea filológica*. Rio, Editora do Profes sor, 1965. p.3-5.
- 3 LAPA, M. Rodrigues. *Estilística da língua portuguesa*. Rio, Livraria Acadêmica, 1973. p.128.
- 4 Cf. TEYSSIER, Paul. *Manuel de langue portugaise* (Por tugal-Brésil). Paris, Klincksieck, 1976. p.114.
- 5 CÂMARA Jr., J. Mattoso. *Dicionário de Lingüística e Gramática*. Petrópolis, Vozes, 1978. p.91.
- 6 Id. *História e estrutura da língua portuguesa*. Rio, Padrão, 1975. p.105.
- 7 Id. *Estrutura da língua portuguesa*. Petrópolis, Vozes, 1970. p.114.
- 8 Cf. CASTILHO, Ataliba T.de. Análise preliminar dos de monstrativos na norma culta de São Paulo. In: *Estudos*

- 9 *lingüística* 2, 1978. p.3-10.
Cf. PAVANI, Sílvia. *Os pronomes demonstrativos no português culto de São Paulo*. Campinas, UNICAMP. Dissertação de Mestrado, em andamento.
- 10 CARRETER, Lázaro F. *Diccionario de términos filológicos*. Madrid, Gredos, 1968, p.41-2.

VOGAIS PRETÔNICAS MÉDIAS NA FALA DE NATAL

Vera Lúcia M. Maia (UFRN)

RESUMO

Estudo do comportamento das vogais pretônicas médias em seis falantes da cidade de Natal, capital do estado do Rio Grande do Norte. Proposta de uma forma básica média aberta para as vogais médias, acrescida de um processo de Harmonização Vocálica que fecha o timbre da vogal em vizinhança de vogal média fechada subsequente, a partir da sílaba tônica.

1 INTRODUÇÃO

O comportamento das vogais médias em sílaba pretônica no Português do Brasil constitui um traço dialetal de grande saliência. Diferencia, em primeiro lugar, grupos regionais de falantes no país. Em segundo lugar, pode ser interpretado — em nossa opinião — como marca de dialeto social.

Grosso modo, costuma-se dizer que os falantes do nordeste brasileiro "abrem as vogais", enquanto os falantes do sudeste/sul não o fazem. "Abrir todas as átonas!" parece ser a instrução categórica daqueles que orientam os atores sulistas interpretando, nos meios de comunicação de massa, papéis de personagens nordestinos...

"Abrir as vogais" — em palavras como "problema", "crochê", "liberdade", "oferece", "agressivo" — numa cidade do sudeste ou sul, pode funcionar como um indicativo de que o emissor é imigrante, provindo das camadas mais caren-

tes da população nordestina (os chamados "baianos", "paraibás", ou "paus de arara"), deslocado de sua região de origem por força do processo econômico relacionado ao fenômeno da seca. Associando a esta condição social certos traços discriminatórios, o falante do sudeste/sul pode interpretar a pronúncia aberta das átonas médias como sinal de "ingenuidade", "falta de instrução", "deselegância", etc. Obviamente o traço dialetal não funciona sozinho para este efeito, mas ele compõe um quadro jocoso que, supomos, deva ser frequentemente atribuído a portadores de marcas dialetais de população pobre emigrada, sem meio regular de subsistência.

"Fechar as vogais" numa cidade do nordeste pode indicar que o emissor, proveniente do sudeste/sul, é um funcionário público ou agente empresarial em férias ou missão de trabalho. Dificilmente um imigrante desempregado ou subempregado. Se o fechamento da vogal, entre outros traços fonéticos, acontece na fala de um nordestino, será avaliado pelos conterrâneos como sinal de que o falante se distancia das raízes provinciais, aproximando-se dos hábitos do "Rio-Metrópole". Esta postura pode ser considerada positiva ou negativa, conforme, nos ouvintes, posições político-ideológicas a respeito das relações nordeste/sul: "afetado", "medido a carioca", será o juízo de quem não vê com olhos confiantes a influência do centro urbano sobre a província; "correto" ou "elegante" será o julgamento atribuído pelos que reagem de modo contrário¹.

Diante do exposto, pode-se aventar — ou até mesmo sustentar — que do sudeste se irradia para o nordeste uma norma de pronúncia das átonas em posição pretônica, à qual resiste, em maior ou menor grau, a população divergente. Esta norma seria a de pronunciar fechadas (mas não como Altas) as vogais médias. A norma advinda do uso local, ou

simplesmente o uso local de pronunciar estas vogais numa capital nordestina, é o que pretendemos aqui descrever.

2 O FATO FONÉTICO: PROPOSTAS DE DESCRIÇÃO/EXPLICAÇÃO

No domínio dos estudos gerais sobre a fala brasileira predominaram trabalhos de cotejo com a fala portuguesa. E o objeto deste cotejo, do lado brasileiro, foi, em muitos trabalhos, a fala do Rio de Janeiro, por ter sido esta cidade, enquanto capital do país, a fonte irradiadora da norma de pronúncia da nossa elite política e dos meios de comunicação de massa, como rádio e TV.

Nessa literatura, de que são autores muitos linguistas e filólogos das academias do Rio, faz-se referência ao comportamento das pretônicas médias como sendo um fator de diferenciação entre a norma de pronúncia brasileira e a portuguesa, apontada algumas vezes a pronúncia carioca como a mantenedora de um estágio mais antigo da pretônica média na fala carioca é descrita como de timbre fechado.

A escola estruturalista, nos trabalhos de Mattoso Câmara Jr., assinala o fenômeno estrutural de neutralização de oposição entre os fonemas /e/ /, por um lado, e /o/ /, por outro, no quadro das vogais pretônicas do Português do Brasil; e aponta, como resultantes do processo arquifonemas de timbre fechado, "com prejuízo da realização aberta", "na área do país cujo centro é o Rio de Janeiro"².

Numa outra vertente da literatura linguística e filológica, procurou-se descrever, comentar ou mencionar variantes regionais do Brasil. Em trabalhos deste último

gênero é oportuno salientar declarações como a de Silva Neto (1950), abaixo:

Ainda na pronúncia do Nordeste, numa área por definir mas com toda a segurança muito extensa, todas as vogais pretônicas são abertas; assim, dezembro, tolerar.

Ou ainda, do mesmo autor:

Esse traço, que é dos mais distintivos e característicos, já foi explicado como possivelmente devido à influência tupi;

A Nota 92, ao mesmo texto, é:

Nota 92: Antenor Nascentes, O Idioma Nacional, IV, 2ª ed. 1933, p. 247.

E continua o texto de Silva Neto (1950):

Podia-se, por outro lado, pensar numa generalização, visto que a pronúncia de Portugal, como se sabe, profere como abertas vogais pretônicas decorrentes de crases antigas [...] Contudo devemos dizer que o fenômeno é tão enraizado e popular que nos parece tal hipótese muito pouco provável.

Continuando a Nota 92, Silva Neto expõe a opinião de Joaquim da Silveira, in Brasília II:

Esse característico relevo que na pronúncia de lá, se dá em regra às vogais pretônicas, aliás só na pronúncia do Nordeste, [...] deve representar, no fundo, não uma modulação e mergente da glote indígena, como já se tem dito, mas um eco mais nítido e bem conservado do do nosso antigo vocalismo.

A leitura do texto e de partes da Nota 92 acima evidencia o esforço descritivo e explicativo (diacrônico) deste fato da pronúncia nordestina: as vogais abertas são consideradas maioria absoluta, única realização possível; são atribuídas à expansão de um peculiar processo de expres-

sar a crase em Portugal; são interpretadas como remanescência das línguas indígenas brasileiras ou, mais simplesmente, como retrato de um estágio mais antigo do vocalismo português⁴.

A propósito da origem, datação e delimitação regional da pronúncia aberta das vogais pretônicas médias, vale mencionar a posição de S. Rêvah (1958), fundamentada em observações de Antônio Houaiss, de que o timbre aberto é resultado do esforço brasileiro de restauração da pronúncia /o/ em vez de /u/, restauração que, levada ao exagero, ultrapassou os seus próprios limites. Quanto à delimitação regional, Rêvah, ainda baseado em A. Houaiss, afirma que a pronúncia aberta das pretônicas se estende numa vasta zona do país, que vai do Nordeste "até uma certa região leste de Minas Gerais"⁵.

Das pretônicas médias abertas no Estado da Bahia temos a descrição de Callou (1964), entre outros trabalhos. E, mais ao leste, de pretônicas abertas no dialeto capixaba, temos evidências no trabalho de Abaurre-Gnerre (1981), em palavras como "perereca", "peroba", "colega", "Roberto", onde todas as pretônicas são abertas.

3 A COLETA DOS DADOS

Os dados deste trabalho são da fala de Natal. Esta cidade, com cerca de meio milhão de habitantes parece-nos fazer parte da área cujo centro lingüístico irradiador é Recife.

A amostra aqui utilizada provém de seis gravações, de meia hora cada uma, realizadas no primeiro semestre de 1984. São entrevistas com falantes nativos, quatro

do sexo feminino e dois do sexo masculino, na faixa de 20 a 30 anos. Três são estudantes universitários e os outros três semi-analfabetos. Os universitários situam-se na classe média alta — são filhos de profissionais liberais — e os semi-analfabetos na classe baixa, filhos de pescadores da comunidade de Ponta Negra. Uma das informantes deste grupo é doméstica; a outra, vendedora ambulante; o outro, ajudante de bar e de pescador.

As entrevistas se fazem na forma de perguntas e licitadoras de fala coloquial, sobre assuntos pouco polêmicos. Mas, no seu final, pede-se que seja descrita uma gravura, ou sobre ela contada uma estória. Além disso, alguns informantes respondem à solicitação de recitar um verso, uma oração, ou adivinhação, o que lhes elicitava formas mais controladas.

As seis gravações desta amostra fazem parte do piloto de uma pesquisa denominada "O Português de Natal: Variantes Sociolingüísticas", que vem sendo realizada por Maria Angélica Pessoa e Vera Maia, do Departamento de Letras da UFRN.

4 VOGAIS "MÉDIAS" NEM SEMPRE MÉDIAS

Extraímos do nosso *corpus*, para listagem, apenas os itens lexicais com vogais pretônicas /e/c/o/>/, visando recolher dados que nos mostrem diferenças de pronúncia entre Natal e Rio de Janeiro, por ser esta última cidade, sua fala, objeto de várias descrições, e por ser o centro irradiador de uma norma nacional. Excluímos propositalmente itens com pretônicas altas /i/u/ — grafia "e", "o" — por não serem estes traços diferenciadores e sim provavelmente

convergentes entre as duas pronúncias.

Interessam-nos, pois, as vogais conhecidas tradicionalmente como "médias". Assim as denominamos no título do nosso trabalho, referindo-nos às realizações que, em nossa matriz, abaixo, são marcadas como [-Centrais] e [-Altas]. A rigor, delas, só o /e/ e o /o/ são médias — isto é, nem altas nem baixas. O /ε/ e o />/ são analisadas como vogais baixas não centrais. Deve-se portanto entender aqui as chamadas "médias abertas" como [+Baixas] [-Centrais] e as "médias fechadas" como [-Baixas] [-Altas] [-Centrais]. Além de serem todas vogais orais, pois a série das vogais nasais pretônicas não apresenta em Português realização "aberta" ao lado de "fechada". Abaixo segue-se a matriz que distingue fonologicamente as sete vogais do Português em posição tônica:

(1) Matriz de traços fonológicos:

	/i/	/e/	/ε/	/a/	/>/	/o/	/u/
Central	-	-	-	+	-	-	-
Anterior	+	+	+	∅	-	-	-
Alta	+	-	-	∅	-	-	-
Baixa	∅	-	+	(+)	+	-	∅

Na matriz acima, as propriedades marcadas ∅ são irrelevantes como traços distintivos entre as sete vogais, assim como a propriedade redundante (+) Baixa atribuída à vogal /a/, que foi mencionada unicamente porque será comenteada neste trabalho. As propriedades [+Baixa] e [-Baixa] são aquelas que perdem o seu valor distintivo em ambiente pretônico no conjunto dos nossos dados. O nosso problema consistirá, em termos estruturais, em prever a realização do Arquifonema resultante da neutralização de oposição. Em termos gerativos (certamente não os mais recentes, que descrevemos), situaremos a nossa indagação no conjunto de re

Estudos (5): 209-225, dez. 1986

gras que, a partir de uma forma básica, formaliza a realização fonética da vogal⁶.

5 RESULTADOS NUMÉRICOS

Analisamos os itens lexicais recolhidos, levando em consideração o ambiente estrutural "sílabas seguinte". Neste ambiente, interessou-nos o tipo de vogal ápice da sílaba, de acordo com a classificação que propusemos em nossa matriz. Além das vogais da matriz, entraram também, no estudo do ambiente estrutural, as nasalizadas de modo geral.

Do ambiente "sílabas seguinte" constam dois grupos: o de sílabas tônicas e o de sílabas átonas. Como se poderão observar nas tabelas, o comportamento da pretônica é dependente do tipo de vogal que lhe segue de imediato. Por sua vez, a tonicidade mostrou-se um fator estrutural que parece afetar o comportamento de átonas médias antes de /i/. Nos outros casos, os resultados são convergentes para tônicas e não tônicas em ambiente imediatamente seguinte.

Como se poderão observar nos resultados abaixo, não é verdadeira para Natal a observação de Silva Neto (1950) de que todas as pretônicas sejam abertas.

1 Ambiente: Tônica Imediata Nasal:

T.de casos	Pret.Fechada	Pret. Aberta	Variando
74	06 (8%)	68 (92%)	∅

1.a) Exemplos da maioria: /hc'pēti/, em de "repente"; /se'sēta/, "sessenta"; /po'lēmiku/, "polêmico"; /ɔ'fēsa/, "ofensa"; /veh'gōya/, "vergonha"; /kēs'tāw/, "questão"; /vio'lāw/, "violão"; /peh'gūti/, "pergunte"; /isplɔ'dīdu/, "explodindo".

1.b) Exceções: /de'sēnu/, "descendo"; /še'gāmu/, "cheguemo";

/me'tēnu/, "metendo"; /fe'zāw/, "feijão"; /še'gānu/, "chegando"; /se'dīyu/, "cedinho".

2 Ambiente: Átona Subsequente Nasal:

T.de casos	Pret.Fechada	Pret.Aberta	Variando
24	01 (4%)	23 (96%)	∅

2.a) Exemplos da maioria: /dezē'yā/, "desenhar"; /hespō'dew/, "respondeu"; /dechā'mo/, "derramou"; /tchmī'no/, "terminou"; /ɔlā'dezis/, "holandeses"; /ɔ'fē'dīdu/, "ofendido".

2.b) Exceção: /pretē'de/, "pretender".

3 Ambiente: Tônica Imediata Oral Média Fechada:

T.de casos	Pret.Fechada	Pret.Aberta	Variando
66	66 (100%)	∅	∅

3.a) Exemplos: /te'ho/, "terror"; /mo'leza/, "moleza"; /prote'ze/, "proteger"; /goš'to/, "gostou".

4 Ambiente: Átona Subsequente Oral Média Fechada:

T.de casos	Pret.Fechada	Pret.Aberta	Variando
14	12 (86%)	02 (14%)	∅

4.a) Exemplos da maioria: /feve'reru/, "fevereiro"; /motori'zadu/, "motorizado"; /profe'so/, "professor"; /peso'aw/, "pessoal".

4.b) Exceções: /kolo'ko/, "colocou"; /prote'ze/, "proteger".

5 Ambiente: Tônica Imediata Oral Média Aberta:

T.de casos	Pret.Fechada	Pret.Aberta	Variando
29	03 (10%)	23 (79%)	03 (10%)

5.a) Exemplos da maioria: /kɔ'lega/, "colega"; /fɔ'tɔgrafu/, "fotógrafo"; /hc'vɔwta/, "revolta"; /ɔfe'resi/, "oferece"; /kɔ'sē/, "crochê".

5.b) Exceções: /po'eta/, "poeta"; /ho'bertu/, "Roberto"; /es'pɔhti/, "esporte".

5.c) Variando: /me'λə/:/me'λə/; /ne'gəsyu/:/ne'gəsyu/; /fo'hə/:/fo'hə/; ("melhor", "negócio" e "forrô", respectivamente).

6 Ambiente: Átona Subseqüente Oral Média Aberta:

T.de casos	Pret.Fechada	Pret.Aberta	Variando
18	02 (11%)	16 (89%)	∅

6.a) Exemplos da maioria: /preze'pada/, "presepada"; /velə'si'dadi/, "velocidade"; /kə'lə'kadu/, "colocado"; /hə'te'lā/, "hortelã".

6.b) Exceções: /ohə'rəzə/, "horrorosa"; /awte'rəfilizmu/, "halterofilismo".

7 Ambiente: Tônica Imediata Oral Central:

T.de casos	Pret.Fechada	Pret.Aberta	Variando
82	13 (16%)	62 (76%)	07 (8%)

7.a) Exemplos da maioria: /libə'h'dadi/, "liberdade"; /tə'ka/, "tocar"; /le'va/, "levar"; /kə'lə'ka/, "colocar".

7.b) Exceções: /se'ga/, "chegar"; /bo'ta/, "botar"; /de'daw/, "dedal".

7.c) Variando: "apesar", "pegar", "sufocada", "morar", "pescar", "advogado", "pescava".

8 Ambiente: Átona Subseqüente Oral Central:

T.de casos	Pret.Fechada	Pret.Aberta	Variando
34	03 (9%)	30 (88%)	01 (3%)

8.a) Exemplos da maioria: /tə'taw'mēti/, "totalmente"; /tēpera'mētu/, "temperamento"; /hə'tra'zadu/, "retrasado"; /prə'pə'gāda/, "propaganda".

8.b) Exceções: /berə'ma/, "beira-mar"; /heləsyə'ney/, "relacionei"; /peska'ria/, "pescaria".

8.c) Variando: "Realmente".

9. Ambiente: Tônica Imediata Oral Alta:

T.de casos	Pret.Fechada	Pret.Aberta	Variando
31	16 (51%)	12 (39%)	03 (10%)

9.a) Exemplos da maioria: /he'sifi/, "Recife"; /kolo'rida/, "colorida"; /he'zištu/, "registro"; /hese'bida/, "recebida"; /fe'liz/, "feliz".

9.b) Minoria: /gale'ria/, "galeria"; /agre'sivu/, "agressivo"; /hebəw'dia/, "rebelião"; /kəkə'lušu/, "coqueluche"; /prə'dutu/, "produto".

9.c) Variando: "Maioria", "perdi", "abertura".

10. Ambiente: Átona Subseqüente Oral Alta:

T.de casos	Pret.Fechada	Pret.Aberta	Variando
46	06 (13%)	38 (85%)	02 (2%)

10.a) Exemplos da maioria: /ateli'e/, "atelier"; /velə'si'dadi/, "velocidade"; /lezi'aw/, "legião"; /pə'pu'la/, "popular"; /sɪ'bɔli'za/, "simbolizar".

10.b) Exceções: /sofišti'kadu/, "sufocado"; /movi'mētu/, "movimento"; /movi'mētadu/, "movimentado"; /mosi'dadi/, "movimento".

10.c) Variando: "Psicologia", /psik(ɔ)lu'ziã/; "Televisão".

11. QUADRO GERAL DAS VOGAIS PRETÔNICAS MÉDIAS

Ambiente	T.de casos	Fechadas	Abertas	Variando
Antes de nasal:	98	07 (7%)	91 (93%)	∅
Antes de /e/o/:	80	78 (98%)	02 (2%)	∅
Antes de /ɛ/ɔ/:	47	05 (11%)	39 (83%)	03 (6%)
Antes de /a/:	116	16 (14%)	92 (79%)	08 (7%)

Ambiente	T.de casos	Fechadas	Abertas	Variando
Antes de /i/u/:	77	22(29%)	50(65%)	05 (6%)
Todos os acima:	418	128(31%)	274(65%)	16 (4%)

6 UM PROCESSO DE HARMONIZAÇÃO VOCÁLICA

Os dados apresentados ao longo da seção anterior permitem que sejam feitas, sobre o timbre das pretônicas médias em Natal, as afirmações abaixo:

. Existe na fala de Natal um alto índice de ocorrência de vogais pretônicas médias abertas, ao contrário do Rio de Janeiro e cidades do sudeste/sul do Brasil.

. Este fato, contudo, não exclui a presença de pretônicas médias fechadas.

. A ocorrência da pretônica fechada é altamente previsível em termos estruturais, obedecendo a uma regra de harmonização de timbre e altura que se processa da vogal média fechada para a sua vizinha imediata à esquerda. Esta regra se aplica apenas quando o segmento do ambiente condicionador é oral.

. A ocorrência da pretônica aberta é, em termos estruturais, menos previsível, dada a diversidade de ambientes em que acontece.

. Vogais pretônicas médias abertas ocorrem em ambiente de vogais baixas, vogais nasalizadas e vogais altas imediatamente subsequentes.

. Pretônicas médias fechadas também podem ocorrer antes de vogais não médias ou não fechadas, variando, em muitos casos, com as médias abertas. O mesmo acontece diante de vizinhas nasalizadas, embora com baixíssimo índice

ce de ocorrência.

Pretônicas médias abertas nunca ocorrem diante de tônica fechada imediata. Diante de tônicas fechadas subsequentes, acontecem com um índice de ocorrência muito próximo a 0.

Diante do exposto, podemos afirmar, seguindo o modelo estruturalista de análise, que, sendo a pretônica aberta aquela que ocorre na maior gama de ambientes, é a ela que cabe designar como Arquifonema, resultante da neutralização de oposição entre as vogais de cada uma das séries médias, na fala de Natal. A realização do Arquifonema pode mudar para fechada em virtude de um processo de harmonização vocálica e por outros fatores, estruturais ou não, entre os quais talvez se possa incluir a influência da norma irradiadora do sudeste/sul.

Em termos de formalização pode-se postular um sistema de regras como (6), (7) e (8) abaixo, de tipo gerativo "padrão":

$$(6) \left[\begin{array}{l} V \\ - \text{Acentuada} \\ - \text{Alta} \\ - \text{Central} \\ - \text{Nasal} \end{array} \right] + \left[+ \text{Baixa} \right] \# CV^n \text{ — } C^2 \bar{V}$$

A regra (6) é do tipo "básica", sujeita a ajustamento mediante regras subsequentes. Seu *output* só chega ao componente fonético no caso de não-aplicação de outra. Parte do seu *output* pode ser modificado e parte permanecer inalterado.

Esta regra foi elaborada de forma a abrir o timbre de todas as pretônicas médias, e, com isso, gerar os casos em que a pretônica é aberta, em tanta diversidade de

ambientes. Mediante a aplicação de (6), todas as pretônicas, em sua forma básica são descritas como [+Baixas] (ou, em termos acústicos, [+Abertas]).

$$(7) \begin{bmatrix} V \\ -\text{Acentuada} \\ -\text{Alta} \\ -\text{Central} \\ -\text{Nasal} \\ +\text{Baixa} \end{bmatrix} \rightarrow [-\text{Baixa}] \# CV_0^n \text{---} C_0^2 \begin{bmatrix} \bar{V} \\ -\text{Alta} \\ -\text{Baixa} \\ -\text{Nasal} \\ -\text{Central} \end{bmatrix}$$

A regra (7) é proposta como primeiro passo para dar conta das exceções à regra (6), que são as pretônicas médias fechadas. Só se aplica em ambiente de tônica imediata. Esta condição tem que aparecer nela porque, depois da aplicação de (6), não existirá formalmente no léxico ambiente pretônico fechado, restando apenas vogais fechadas em sílaba tônica e postônica. A regra (7) é uma regra de Harmonização Vocálica que parte da vogal tônica para a pretônica média que lhe é imediatamente anterior, produzindo-se, assim, formalmente, as pretônicas fechadas que serão o ambiente de (8), abaixo:

$$(8) \begin{bmatrix} V \\ -\text{Acentuada} \\ -\text{Alta} \\ -\text{Central} \\ -\text{Nasal} \\ +\text{Baixa} \end{bmatrix} \rightarrow [-\text{Baixa}] \# CV_0^n \text{---} C_0^2 \begin{bmatrix} V \\ -\text{Alta} \\ -\text{Baixa} \\ -\text{Central} \\ -\text{Nasal} \end{bmatrix}$$

A regra (8), muito semelhante a (7), dela diferindo apenas por não apresentar a condição de tonicidade

para a vogal que segue a pretônica, transforma, invertendo o sinal do traço [+Baixa], o timbre da vogal que imediatamente precede uma pretônica fechada. Aqui temos um processo de Harmonização que vai de pretônica a pretônica, produzindo fechamento de timbre.

Conforme se pode observar na tabela final da primeira parte, (7) e (8) são regras quase categóricas, apresentando apenas dois contra-exemplos em 80 ocorrências. Não fossem estes contra-exemplos e teríamos, para o sistema ((7)(8)) um resultado categórico tal como o da aplicação de (7) às pretônicas antes de tônica.

Assim posto, o processo de Harmonização Vocálica explica boa parte dos casos de vogais fechadas em ambiente pretônico no nosso corpus: 78 (61%) em 128.

Poder-se-ia pensar numa análise paralela para o caso das pretônicas abertas, formulando (7) e (8) como regras alfa, onde o timbre da pretônica seria função do timbre da sua vizinha imediata, igualando-o. Mas se, por um lado, encontramos grande maioria de vogais abertas antes de /a/ε/ɔ/, apontando positivamente nesta direção, por outro lado temos percentuais altamente majoritários de ocorrência de vogais abertas antes de Altas e Nasais que continuam inexplicados, a menos que para ela se avenge uma explicação de "desarmonia vocálica", inversamente ao proposto para os casos anteriores. Essa análise nos parece pouco aconselhável; e assim, apesar de deixarmos sem explicação fonética a regra (6), mantemo-la, até que surja a explicação para a abertura das vogais pretônicas antes de vogais [-Baixas].

Os 50 casos de exceção à regra (6), que apresentam pretônica fechada, ao lado dos 16 casos de variação, podem ser vistos como um indício da influência exercida pela

norma irradiada do sudeste/sul. Mas ver os fatos apenas por este ângulo seria simplificar demasiadamente a análise; po de-se, não negando a influência da norma, buscar fatores es truturais que atuam na e depois da aplicação de (6).

Um dos fatores que pode impedir (6) de se aplicar pode ser o fato de que a pretônica é resultado da redução de ditongo fechado (como em /fe'zaw/ ou de derivação sufi xal sobre uma palavra da qual ela foi a tônica⁷. Nestes ca sos, as pretônicas apresentam algum tipo de propriedade fô nica (sub-tonicidade?) que lhes impede o abaixamento.

Não se pode também descartar a hipótese de um de senvolvimento histórico, independente, regional. Os ca sos de variação indiciando uma especialização da regra (6), con trolada por condições várias de aplicação.

ABSTRACT

This paper is an attempt to describe the distrib ution of /e/:/e/ and /o/:/o/, non-stressed vowels before stressed syllables, in data from Natal, the capital of Rio Grande do Norte, Brazil. A process involving two Vowel Harmony rules is suggested, in which mid vowels (beginning by the stressed one) trigger mid vowels /e/, /o/. Otherwise the non-stressed vowel is low /ɛ/, /ɔ/.

NOTAS

- 1 As afirmações feitas nesta Introdução resultam de obser-
vação assistemática feita pela autora nas cidades de
Salvador, Rio, Campinas e Natal, onde já residiu.
- 2 Cf. SILVA NETO, S.da. *Introdução ao estudo da língua por*
tuguesa. 4.ed. Rio de Janeiro, Presença, 1977. p.151-3.
- 3 Cf. CÂMARA JR., J.Mattoso. *Estrutura da língua portuque*
sa. Rio de Janeiro, Padrão, 1976. p.33-5.
- 4 Cf. SILVA NETO, op. cit., p. 167-8.
- 5 Cf. RÉVAH, I.S. L'évolution de la prononciation au Por-
tugal et au Brésil du XVI^e siècle à nos jours. In: CON-
GRESSO BRASILEIRO DE LÍNGUA FALADA NO TEATRO, 1, *Anais...*

Tradução de Márcio Ferreira da Silva, em separata da
Faculdade de Letras da UFRJ.

- 6 Cabem aqui agradecimentos à Profa. Dinah Callou e ao
Prof. Anthony Naro pelas sugestões oferecidas durante
a realização do trabalho.
- 7 Cf. BISOL, L. *Harmonização Vooálica*. UFRJ, 1981. Tese
Doutorado, inédita.

BIBLIOGRAFIA

- ABAURRE GNERRE, M.B.M. Processos fonológicos segmentais co-
mo índices de padrões prosódicos diversos nos estilos for-
mal e casual do Português do Brasil. *Cadernos de Estu*
dos Lingüísticos, (2):23-44, 1981.
- BISOL, L. *Harmonização Vooálica*. Rio, UFRJ, 1981. Tese
de Doutorado, inédita.
- CALLOU, D. *O Falar de Mato Grosso (Bahia): Fonêmica, As*
pectos da Morfo-Sintaxe e do Léxico. Rio, UFRJ, 1964. Dis-
sertação de Mestrado, inédita, UFRJ.
- CÂMARA JR., J.M. *Estrutura da Língua Portuguesa*. Rio de
Janeiro, Padrão, 1976.
- SILVA NETO, S.da. (1950). *Introdução ao Estudo da Língua*
Portuguesa no Brasil. 4.ed. Rio de Janeiro, Presença,
1977.
- RÉVAH, I.S. L'évolution de la prononciation au Portugal et
au Brésil du XVI^e siècle à nos jours. In: CONGRESSO BRA-
SILEIRO DE LÍNGUA FALADA NO TEATRO, 1, *Anais...* Tradu-
ção de Márcio Ferreira da Silva, em separata da Faculda-
de de Letras da UFRJ.

O PORTUGUÊS DOS CATARINENSES
DE ASCENDÊNCIA LUSO-AÇORIANA
COMPARADO COM O PORTUGUÊS EUROPEU

Oswaldo A. Furlan (UFSC)

RESUMO

Partindo da questão, iniciada em 1943, da influência açoriana no português do Brasil, sobretudo no dos seus Estados sulinos de SC e RGS, e baseando-se nas pesquisas que fez em SC (1982) e em Portugal (1985) para a sua tese de doutoramento, o autor compara os traços típicos do português dos catarinenses de ascendência luso-açoriana com os correspondentes traços do português europeu, visando determinar sua origem e a natureza da influência açoriana no português de SC. Conclui que quase todos esses traços remontam ao português continental, mas que, para a subsistência de alguns deles, a contribuição açoriana, advinda sobretudo das Ilhas Centrais, foi decisiva.

Movidos por razões patrióticas e/ou lingüísticas, alguns filólogos brasileiros têm defendido, desde 1822, a atribuição do estatuto de língua, não de simples dialeto português, ao falar brasileiro. Contestando a validade dos seus argumentos, BOLEO não só procurou demonstrar a ocorrência, no português continental e açoriano, dos alegados "brasileirismos" (1943), mas, buscando apoio em documentos históricos (1945) e em sondagem lingüística que realizou no Distrito do Rio Vermelho, na Ilha de Santa Catarina (SC), elaborou uma teoria, que ele insiste em chamar de mera hipótese (1983: 23), da influência dos falares dos Açores em algu

mas regiões do Brasil, particularmente em SC e RGS (1943: 72; 1945: 5; 1950: 620-23; 1983), em cujo favor pretende haver descoberto "coincidências significativas": fonéticas, morfo-sintáticas e, sobretudo, lexicais (1950: 620-23)¹.

ROGERS (1947), estudioso dos falares açorianos e conhecedor do falar brasileiro, não só negou tal influência, dizendo que as características fonéticas daqui "estão de acordo com as tendências fonéticas da língua portuguesa", mas também apontou para a falta de solidez dos dados lingüísticos aduzidos por Bolão, no que foi secundado por brasileiros como Silveira Bueno e Serafim da Silva Neto.

No RGS, LAYTANO tem procurado demonstrar, em vários artigos, o vigor da influência açoriana no falar gaúcho, do qual, segundo ele, "mais de 50% é açoriano" (1950?: 7). Em SC, a decantada influência cultural açoriana tem sido atribuída igualmente à língua.

Todos esses escritos padecem de dois defeitos graves: 1) não definem o que entendem por "influência açoriana": se a contribuição com traços originários da cultura açoriana e, portanto, não pré-existentes a ela, ou se mera transferência a SC de traços originários do Continente ou alhures; 2) aduzem, como argumentos, elementos pouco consistentes, como certos vocábulos, variantes fonéticas, ao invés de contemplarem traços típicos e amplamente difundidos.

No intuito de contribuir para o deslindamento de tal questão, em minha tese de doutoramento (420p.), aprovada pela UFRJ em 1982, descrevi os traços característicos do português dos catarinenses de ascendência luso-açoriana (POCALA) e procurei determinar-lhes a origem etnolingüística: Dessa tese publiquei resenha em revista dos Açores (1982) e outra, melhorada, no Brasil (1983). Durante o ano

letivo de 1984/85, graças a uma bolsa do Instituto de Língua e Cultura Portuguesa, de Lisboa, foi-me permitido aprovar o estudo do português continental e açoriano, tendo em vista a edição dessa tese. Partindo da constatação de que o micalense e o terceirense são os dois falares açorianos que apresentam as diferenças mais acentuadas relativamente ao padrão continental e de que as diferenças dos demais falares são pouco notáveis, estive três dias na Terceira, tendo feito gravações em Lages, Praia da Vitória e Angra do Heroísmo, e três em S. Miguel, tendo feito gravações em Ponta Delgada, Sete Cidades, Ribeira Grande, Ribeirinha, Ribeira Seca, Bretanha e Rabo de Peixe, além de haver-me beneficiado de colóquios com Professores da Universidade e de haver feito pesquisas em sua Biblioteca. Esse estudo na Europa permitiu-me, à luz de novos dados, corrigir algumas posições que havia tomado antes, sobretudo relativamente à pronúncia de /s, z/ em fim de sílaba, do /r/ e da origem dos vocábulos *gueixa* e *bernuça*.

A comparação que aqui farei do português dos catarinenses de ascendência luso-açoriana (POCALA) com o da Europa atém-se aos traços mais característicos, i.e., inexistentes nos falares circunstantes em SC, e visa determinar a origem desses traços, bem como a natureza da influência dos falares açorianos nele. Os demais traços fonéticos e morfo-sintáticos coincidem, **grosso modo**, com os dos falares das demais regiões do país (cf. ELIA), não ocorrendo o abrimento das pretônicas típico do Nordeste.

1 REALIZAÇÃO ALVEO-PALATAL DO /S,Z/ FINAL DE SÍLABA

1. Em final de sílaba, /s, z/ é realizado como predorso-dental em quase todas as áreas do Brasil e em to

da a área não luso-açoriana de SC. Na área do POCALA apresenta dois tipos de realização: (a) soa alveo-palatal na sua área central, a saber, desde Garopaba e Paulo Lopes até Piçarras (cf. mapa), como em **cuscuz** [kʷskʷs̺] e **figa** [fʷʒg̃a]; (b) soa predorso-dental em suas áreas extremas, norte e sul, como em [kuskʷs̺] e [fʷʒg̃a]. Esse traço geolinguístico serviu de critério principal para dividir o POCALA em três falares: do Centro (FC), do Norte (FN) e do Sul (FS). Diatopicamente, essa isófona ultrapassa um pouco, rumo ao interior, a linha geográfica do primitivo povoamento açoriano; diastraticamente atinge, por igual, todos os níveis sociolinguísticos.

O limite norte e sul é nítido: no FC, sobre 657 ocorrências em 20 informantes, a realização alveo-palatal atingiu 78,7%, contra 21,3% de realização predorso-dental; no FS, sobre 165 ocorrências em 5 infs., a realização atingiu respectivamente 2,4% e 97,6%; no FN, sobre 151 ocorrências em 5 infs. atingiu respectivamente 0,6% contra 99,4%.

Em amostragem de 11 infs., tomados de 6 localidades representativas do FC, os percentuais de realização palatal apresentaram, por oposição à dental, o seguinte quadro, desconsiderados os casos de redução de /s, z/ a zero fonético: (a) ante silêncio: 89,9%, sobre 138 ocorrências; (b) em final de palavra, ante consoante inicial da palavra seguinte: 67,3% sobre 95 ocorrências; (c) ante consoante na mesma palavra: 86,2% sobre 166 ocorrências; (d) em final de palavra, ante vogal da palavra seguinte: 16,6% sobre 42 ocorrências.

Ao tipo de realização do /s, z/ final de palavra (se dental ou palatal) está correlacionado um fenômeno que é conhecido em áreas do Algarve e dos Açores (cf. item 9) e que, quanto se sabe, é desconhecido nas demais áreas bra-

sileiras. Ele tem duplo aspecto: (a) contrariando um uso geral do Brasil e dos demais falares em SC, os falantes que palatalizam /s, z/ não acrescentam [j] entre a vogal tônica seguida de sibilante em final de palavra, como em **paz** [paʒ] não [paʒj] e **vez** [veʒ] não [vejs]; (b) suprimem o iode existente no padrão entre tal vogal e a sibilante, como em **vais** [vaʒ], **dois** [doʒ], **seis** [seʒ], **azuis** [azuʒ]. Tal fenômeno atinge todos os níveis sociolinguísticos. Já que o apagamento da primeira e mais débil das duas palatais contíguas ocorre também em posição medial, como em **caixa** e **deixa**, a seguinte regra inclui também esse contexto:

$$\left[\begin{array}{l} - \text{sil} \\ - \text{cons.} \\ + \text{alt.} \\ - \text{rec.} \end{array} \right] + \beta / \text{---} \left[\begin{array}{l} - \text{son.} \\ + \text{alt.} \\ - \text{ant.} \\ + \text{cor.} \end{array} \right]$$

2. A realização alveo-palatal do /s, z/ final de sílaba é geral em Portugal e, apesar de não haver sido registrado por VASCONCELOS (1901), BOLEO e ROGERS, em todas as ilhas dos Açores. Ocorre também nos falares de Angola, Moçambique e Barlavento (C. Verde).

No Brasil, tal realização do /s, z/ é difundido em pequenas áreas centradas em antigos portos, a saber, Santos, Rio de Janeiro, Salvador, Recife, Fortaleza (SILVA NETO, p.173) e, segundo informes, em Belém e Manaus. Note-se que, no RGS, área de povoamento açoriano, a realização é predorso-dental, não ocorrendo a palatal.

3. Historicamente, o fenômeno da realização alveo-palatal do /s, z/ final de sílaba surgiu no Sul de Portugal (Algarve) no fim do séc. XVII e foi aceito pelo falar de Lisboa já na primeira terça parte do séc. XVIII, ten-

do sido assinalado, pela primeira vez, por Verney entre 1936/46. Não se sabe qual era o tipo de sua pronúncia nos Açores à época da migração a SC (1748-56), a qual coincide com a do surgimento do fenômeno no Continente.

Quanto à origem da realização alveo-palatal de /s, z/ em SC, a partir desses dados, pode-se afirmar o seguinte: (a) O fenômeno deve ter sido levado de Portugal às suas Colônias, incluídos os Açores. (b) No falar carioca (RJ) foi introduzido, certamente, pelos 15 mil cortesãos de D. João VI desde 1808, os quais reaportuguesaram o falar que foi o da capital federal, até 1956 e que foi considerado, por isso, como padrão. (c) A sua difusão nas áreas portuárias brasileiras deve ter sido processada através de comunicação de migrantes e viajantes entre essas áreas e o Rio de Janeiro sobretudo, mas também Lisboa. (d) A contribuição açoriana parece não ter sido decisiva porque, no RGS, a realização é dental e porque a palatalização surgiu em Portugal na mesma época da imigração. (e) O fenômeno da não emissão do [j] entre \bar{v} e sibilante final pode ter surgido independentemente em SC e na Europa, já que se reduz a um fenômeno natural de assimilação.

2 REALIZAÇÃO VELAR/UVULAR DO /R/

1. O /r/, tanto o inicial de sílaba, como em ro da, carro, honra, quanto o final, como em porta, corda, mar, é realizado, no POCALA, do seguinte modo: (a) enquanto na maior parte do país e nas demais áreas de SC soa dento-alveolar, no FN e no FS do POCALA ocorre, embora em pequena escala, a realização velar; (b) como em algumas pequenas áreas do país, também espalhadas ao redor de antigos portos, no FC predomina a realização fricativa velar, ocorrendo tam

bém, sobretudo no início de sílaba, a uvular. Tal fenômeno atinge, por igual, todos os níveis sociolinguísticos.

Uma amostragem de 149 infs. deu o seguinte quadro: no FC, dentre 102 infs., 87 (85,3%) realizaram o /r/ como velar/uvular, contra 15 (14,7%), que o realizaram como alveolar; no FS, dentre 26 infs., 16 (61,6%) realizaram-no como alveolar, contra 10 (38,4%), que o realizaram como velar/uvular; no FN, dentre 21 infs., 16 (76%) realizaram-no como alveolar, contra 5 (24%), que o realizaram como velar/uvular.

2. Em Portugal, a passagem da realização dento-alveolar do /r/ inicial de sílaba para a uvular é recente: data da segunda metade do século passado. Com efeito, G. Viana assinala, em 1883, a realização uvular como variante "individual" e, em 1902, informa que "a pronúncia uvular de rr se difunde cada vez mais nas cidades", mas que é considerada ainda como viciosa. A situação atual é mais ou menos a seguinte: o /r/ inicial de sílaba (não o final) soa velar/uvular numa grande área centrada em Lisboa, incluindo-se Setúbal, onde a linguagem popular realiza como uvular tanto o /r/ simples quanto o múltiplo. Passando por umas dez cidades importantes de todo o país, verifiquei que sua difusão, embora esteja sendo agilizada pelo rádio e televisão, acha-se em estado ainda muito incipiente, formando uma grande minoria fora de Lisboa e Setúbal.

Nos Açores, a situação é semelhante à de Continente. Para ROGERS (1948 e 1950), a pronúncia "apical" é a que predomina nos Açores, salvo no Faial, onde a realização velar parece ser mais comum. Bolão, que poderia ter tirado partido do fenômeno, não chega a registrar a pronúncia velar. Quanto à TERCEIRA, duas dissertações de licenciatura (a de Dias e Maia) incluem na relação dos símbolos

fonéticos apenas a vibrante alveolar. Pareceu-me que a velar é rara, salvo em Angra. Em S.MIGUEL, a monografia de C. MEDEIROS diz que "o r múltiplo apresenta-se como vibrante uvular, também quando seguido de n e l em algumas localidades" (p.42). Pareceu-me que a pronúncia uvular é geral em Ponta Delgada e bastante difundida nas freguesias que visitei. No FAIAL, a dissertação de BAPTISTA diz que o /r/ é uvular em início de sílaba, bem como em final de sílaba ante /n/. Uvular é também a pronúncia de um inf. da GRACIOSA e em outro do PICO.

No BRASIL, a realização velar cobre amplas áreas de forte influência luso-carioca e insignificante etnia açoriana, tais como do RJ, MG, PE, PB, BA. No RGS, os descendentes dos açorianos pronunciam-no como apico-alveolar.

3. Para a introdução da pronúncia velar no Continente europeu há, ao menos, duas teorias: (a) a da importação da França, através das cortes; (b) surgimento do fenômeno em Portugal, à época (séc. XVIII) e à semelhança do que ocorreu em outros países da Europa, através do recuo do ponto de realização, por influência, talvez, da realização velar do /l/ final (tese de J.M.Barbosa). Nos Açores, a pronúncia velar foi introduzida ou por importação do Continente ou por interferência de migrantes flamengos (séc. XVI) e/ou nobres franceses (1789).

Quanto à introdução desse fenômeno em SC, esses dados permitem afirmar o seguinte: (a) Em virtude do surgimento tardio do fenômeno e da realização alveolar no RGS, a realização velar teve nos açorianos não sua origem, mas, apenas uma situação de acolhimento. (b) Embora não se possa excluir, de antemão, a possibilidade de o fenômeno haver-se desenvolvido independentemente na Europa e no Brasil, o fato de que, no Brasil, a realização velar cobre am

plas áreas de forte influência luso-carioca e insignificante presença açoriana, áreas centradas em antigos portos, está a confirmar a hipótese de sua importação de Portugal ao Rio e, desses dois pontos, às demais áreas brasileiras, à semelhança do que ocorreu, certamente, com a palatalização do /s, z/.

3 PALATALIZAÇÃO OU AFRICAÇÃO DE /t/ CONTÍGUO A [j] E [i]

1. No falar de alguns Estados brasileiros (BA, MG, PR, interior de SC e RGS), /t, d/ são africados quando precedem [j], como em tio [tʃiʷ], atirar [atʃirã], día [dʒiã], diário [dʒiãriju], ocorrendo, cá e lá, também em outros contextos.

Em quase toda a área do POCALA (ao menos desde o RGS até Itajaí), enquanto /d/ não sofre tal africacão, /t/, na fala popular, (a) sofre palatalização ou, mesmo, leve africacão, quando precedido de [j], como em gaita [gajtja] ou [gajtʃa], peito [pejtju] ou [pejtʃu]; (b) em muitos falantes sofre leve africacão quando seguido de [i], como em pente [pētʃi], ontem [õtʃi]. Em síntese:

$$t + \left\{ \begin{array}{l} <tj> \\ t\bar{s} \end{array} \right\} / \left\{ \begin{array}{l} <j \text{ — } \overset{V}{[+ \text{rec.}] > \\ \text{— } i \end{array} \right\} \#$$

2. Quanto à africacão, este fenômeno é desconhecido no português continental. Palatalização e africacão ocorrem na fala inculta de algumas regiões de S.Miguel, em contexto semelhante, como em remediar, quintal, pequeno(ME

DEIROS, 40: BOLEO, 1943: 28-30). Rogers não o registrou pa-
ra nenhuma das ilhas.

3. Sobre a origem do fenômeno em SC, a escassez dos dados limita a segurança das conclusões. Creio poder-se afirmar o seguinte. (a) É muito difícil provar que tal fenômeno esteja dando continuidade a uso introduzido pelos açorianos em SC, porque: está pouco difundido nos Açores; ignoramos a existência de tal uso ao tempo da migração; o corre, em contexto semelhante, em áreas brasileiras de in-
significante migração açoriana. (b) É provável que tenha surgido independentemente em SC e alhures, também porque po-
de ser explicado como natural fenômeno de assimilação.

4 APOIO PARAGÓGICO DE [e] OU [i] EM PALAVRAS TERMINADAS EM /l, r, s/

1. A tendência fonética popular íbero-românica de favorecer em toda parte as sílabas abertas (cf. MalMBERG) realiza-se também em SC (e em todo o país) predominantemente pela apócope da consoante final. Mas, no POCALA, subsiste, em falantes de faixa etária alta e pouco escolarizados, mais difusamente no FC do que no FS e FN, nas palavras terminadas em vogal tônica seguida de /l, r, s/, a tendência ao destravamento mediante apoio paragógico de [e], menos vezes [i], como em sal [salē], mar [marī], faz [fazē], ou seja:

$$\emptyset \rightarrow \begin{bmatrix} + \text{sil.} \\ - \text{bx.} \\ - \text{rec.} \end{bmatrix} / \left\{ \begin{array}{l} l \\ r \\ \bar{z} \end{array} \right\} \text{ — \#}$$

Quanto às palavras terminadas em \bar{V} + líquida,

dos 109 casos de destravamento registrados em 30 infs., 87 (80%) foram colhidos no FC. O apoio paragógico após palavras terminadas em alveo-palatal ocorre somente na área em que o /s, z/ final é palatalizado, i.e., no FC.

O caráter etário e cultural dos utentes faz crer que o fenômeno devia achar-se bastante difundido no passado em que as escolas e os meios de comunicação de massa eram raros e que ele vem sofrendo processo de rápida extinção.

2. O fato de o fenômeno, quanto às líquidas, ainda estar amplamente difundido na fala popular do português continental e açoriano, bem como o fato de ele aparecer nas "cantigas de textura popular compostas pelos trovadores gallego-portugueses" como "alguma coisa de pertinente à própria estrutura rítmica" e à "tendência à final trocaica" dessas línguas (CUNHA, 1968: 116s), como ainda o fato de ele ocorrer em áreas brasileiras de acentuada influência continental e não açoriana, como AL e GO, permite concluir que o fenômeno ascende à fase arcaica do português e que a contribuição açoriana em SC consistiu em fixar um fenômeno que, na língua, remonta à Idade Média.

5 RAPIDEZ DE RITMO E LINHA TONAL ASCENDENTE NA PARTE TERMINAL DAS ASSERÇÕES

1. A rapidez do ritmo foi assinalada por brasileiros e pelo próprio BOLEO (1950: 622s). Conquanto se deva salientar que o grau de velocidade depende de n fatores extralingüísticos, cabe, a título de ilustração, pequena amostragem. Assim, um inf. do FS e outro do FN, discorrem do sobre sua vida pregressa, emitiram, respectivamente, em 27", 69 palavras e, em 13", 50 palavras; 5 infs. do FC, Estudos (5): 227-253, dez. 1986

narrando fatos cativantes, emitiram, em 190", 685 pala
vras, o que perfaz a média de 216 por minuto.

Quanto à entoação, o fato mais notável é o de que, enquanto no falar brasileiro, incluídos os demais falares de SC, o segundo hemistíquio das asserções é proferido em linha tonal descendente, no POCALA a linha ascendente ocorre sempre que o falante quer dar-lhe ênfase, como demonstram os seguintes exemplos, em que a parte grifada representa a da linha tonal ascendente:

Ele ainda não veio. - Com um milhão não se faz nada! - Passo frio? Eh! de graninho! não tenho roupa. - Traga o açúcar! - Se quês (que res) quês, se não quês díz (dize)! - Olha, olha, olha!

2. O fato de a entoação e o ritmo serem elementos do discurso, não da língua (*langue*), torna precárias quaisquer tentativas de determinação da origem do fenômeno em SC. Apesar disso, pode-se levantar, quanto ao ritmo, a hipótese de sua relação com o fato de o português europeu haver introduzido a inovação de reduzir (até a zero fonético) as vogais átonas em proveito da tônica. Isso explicaria o fato de os lusos falarem mais rápido do que os brasileiros, como observa, por ex., VASCONCELOS (§ 94) e MELO (1975: 119-23). Por outro lado, REIS (1960: 269), referindo-se ao falar dos descendentes de açorianos no Norte do Brasil, afirma que ele não tem "a languidez brasileira". Por isso, é possível ver, na rapidez do POCALA, resíduos do falar luso-açoriano.

Quanto à entoação, no português continental "o acento musical varia de uma localidade para outra" (VASC., § 94), o que se pode dizer também do açoriano. Tratando da pronúncia dos falares dos Grupos Central e Ocidental dos Açores, ROGERS (1950) não se refere à entoação, salvo para

o Faial (p.211-13). Diz que o fim das frases é cantado: "a sílaba acentuada e as sílabas seguintes, não acentuadas, de cada grupo que se pronuncia de um fôlego, com exceção do último, são ditas num tom cada vez mais alto". Na Terceira e em S.Miguel não reconheci nada de semelhante. Por tudo isso, a afirmação de uma influência açoriana na entoação do POCALA não poderia fazer-se senão à base de estudos mais aprofundados.

6 FORMA DE TRATAMENTO FAMILIAR: 2ª PESSOA DO SINGULAR

1. Como forma de tratamento familiar (entre colegas, irmãos e, freqüentemente, até com os pais), enquanto, na área do Brasil, que vai de SP para cima, o uso da 2ª pessoa do singular cedeu ao da 3ª (*você, seu...*) com o verbo na mesma pessoa e enquanto, no vizinho RGS e em amplas áreas do interior de SC, o que ainda predomina ou, ao menos, ainda subsiste é o uso da 2ª pessoa do singular com o verbo, as mais das vezes, na 3ª pessoa do singular, no POCALA o que se usa é o tuteamento, com elevada predominância sobre a 3ª pessoa, levando o verbo, as mais das vezes, para a 2ª pessoa do singular. O fenômeno atinge todos os níveis sociolinguísticos. O fato foi confirmado por entrevista oral com duas centenas de infs. e por teste escrito com 218 alunos de diferentes escolas de Florianópolis, recolhidas dentre os três graus. Segundo vários infs. do povo, com estranhos prefere-se usar *você* a *tu*, porque *você* traduziria maior grau de reverência e menor grau de intimidade.

2. No português europeu continental o comum é o tuteamento, a par de outras formas; *você* (no singular) ainda traz conotação depreciativa, mais nos falares do Norte

do que nos do Sul, onde se usa em amplas regiões. Nos fala res açorianos, o uso é mais ou menos idêntico ao do Conti nente (cf. item 9).

3. Historicamente, até por volta de 1500, o por tuguês conhecia apenas o sistema dual: tu familiar e vós respeitoso. De lá em diante surgiram outras fórmulas de tra tamento respeitoso do tipo "vossa graça", "vossa excelên cia" e, a mais freqüente, "vossa mercê", que, por erosão fonética e semântica, originou você e que apareceu desde o séc. XVII. Desde o séc. XIX, vós vai desaparecendo do uso fa lado normal (TEYSSIER, p.72). No Brasil, a substituição do tu por você deve ter-se processado na virada do séc.XIX pa ra XX, como testemunha M.de Assis.

4. A ampla conservação do tuteamento no POCALA acompanhado de forma verbal também da 2ª pessoa, bem como o uso popular, já em fase de extinção, de vós e vossa mer cê permitem concluir que aos açorianos se deve creditar, ao menos em grande parte, o enraizamento, no POCALA, do sis tema de tratamento que, à época da imigração, era continen tal e açoriano: tu, vós e vossa mercê.

7 LEXICO AGROPESQUEIRO: ASCENDÊNCIA AO PORTUGUÊS CONTINEN TAL

O estudo que fiz do léxico do artesanato agropes queiro na área do POCALA (instrumentos e embarcações de pes ca, carros de tração animal e engenhos produtores de fari nha de mandioca) permitiram-me não só levantar 450 lexias, 383 das quais, emitidas por mais de um inf., integram o "Glossário Agropesqueiro", mas também fazer análise etno lingüística desse inventário. As principais constatações que cabe apontar são as seguintes:

Estudos (5): 227-253, dez. 1986

- 1 O êtimo do referido léxico encontra-se nas mes mas línguas das quais procede o repertório le xical português como um todo, mantidas, aprox imadamente, as proporções dos resultados obti dos por cálculos, de NASCENTES (1955: XV-XXX) e acrescidos de alguns vocábulos de êtimo tupi.
- 2 As muitas variantes populares ocorrentes nos falares da Europa e de SC, ora coincidentes ora não, são todas explicáveis pelas naturais ten dências fonéticas da língua.
- 3 O léxico em pauta acha-se, quase todo, registra do em modernos dicionários de Portugal, sobre tudo no Morais (ed.10). Grande parte de suas lexias (incluídas não poucas variantes) consta em recentes glossários agropesqueiros do portu guês continental, como nos das dissertações de Ana Lopes (1972/78), Joana Alves (1965), Maria Monteiro (1974/50), Maria Lino Neto (1947/48).
- 4 Quanto ao carro de boi, ao menos 19 das 25 le xias mencionadas no Vocabulário... de R.Bluteau (1716), editado em Lisboa meio século antes da migração açoriana a SC, são de uso comum no PO CALA, em idêntica aceção à aí registrada.
- 5 A grande maioria das lexias pesqueiras de SC constam em manuais nacionais de pesca, e as a grárias acham-se difundidas em amplas áreas do país, embora com variantes fonéticas e/ou se mânticas.
- 6 Desconsideradas as variantes, de nenhum vocábu lo dessa área semântica, exceto gueixo (ver 7),

Estudos (5): 227-253, dez. 1986

se tem argumentos irrefutáveis de que, embora estejam em uso nos Açores, sua origem não remonta ao português continental. Pareceu-me que essa afirmação pode ser estendida aos demais vocábulos constantes nos glossários açorianos. Cabe analisar o caso de **bernunça**, **arcavém** e, depois, **gueixo**.

BERNUNÇA ou BERNUNÇIA, s.f. designa, em SC, uma figura folclórica que personifica o **bi cho-papão**. Nesta acepção e classe gramatical merece mesmo a qualificação que lhe dá o **dicion**. Aurélio (1975), "catarinensismo", já que é desconhecida no português de outras terras. Mas, como interjeição equivalente a "Deus me livre", certamente derivada também ela do lat. *abrenūntias*, teve amplo uso, ainda não bem extinto, no Continente, nos Açores (em S. Miguel **albrenuz**, segundo Medeiros) e nas demais ex-colônias lusas. Por isso, a interjeição, embora possa ter sido introduzida em SC por açorianos, remonta ao português continental.

ARCAVÉM, ALCAVÉM ou (AR)RECAVÉM, s.m., 'travesa traseira do leito do carro de bois', embora apontado por Boléo e Silva Neto como "açorianismo", sua origem remonta ao Continente porque: (a) BLUTEAU registra, já em 1716, "**recavém** — parte trazeyra do carro"; (b) o termo vem registrado, sem alusão aos Açores, nos dicionários lusos e brasileiros em geral, e, segundo B.J. de Souza, é "termo generalizado em todo o Brasil". De étimo ainda não deslindado, o termo pode derivar do esp. *arrocahe*,

"madeiro que se coloca sobre o muro em forma de friso" (Corominas), termo que procede provavelmente do ár. *rukāb*, do v. *rākīb* "montar a cavalo".

- 7 GUEIXA, s.f., que em SC e RGS significa "po tranca, égua", é registrado por Aurélio como derivado "do açor. **gueixo** 'novilho'; M. Silva registra **gueixa** 'cabra, vitela, mula, etc.'. O fato de esse termo não apresentar nenhuma ocorrência na literatura continental e de ser conhecido somente nos Açores e no Sul do Brasil confirma haver sido cunhado nos Açores, certamente a partir de elementos de outra língua. Quais? Há duas hipóteses: (a) do jap. *getaha*, 'jovem dançarina'; (b) do ár. *kabs*, 'carneiro'. Rejeito ambas, sobretudo por não ter havido influência dessas culturas nos Açores e proponho como étimo o holandês *geitje* [xajtse], 'cabrito', porque: (a) levas de **fiamengos** se estabeleceram nas ilhas ocidentais dos Açores, onde se dedicaram à pecuária; (b) não apresenta dificuldades fonéticas, tanto que o mesmo termo derivou **gaíta**; (c) explica o fato de não ser usado senão nos Açores e no Sul do Brasil.

8 AUSÊNCIA DOS TRAÇOS MAIS TÍPICOS DOS FALARES AÇORIANOS NO BRASIL

1. Dialetólogos e pessoas do povo açoriano, ao classificarem os falares do Arquipélago pelo critério do grau de semelhança com o padrão continental, concordam em

Estudos (5): 227-253, dez. 1986

estabelecer dois grupos: todos apontam o micalense como o de maior afastamento; os melhores açorianistas fazem-no seguir do terceirense. A esse grupo opõem o dos falares das demais ilhas, a saber, os de "Sta. Maria, Graciosa, S. Jorge, Faial ou Flores" e Pico, os quais são considerados por PAVÃO (p.59) como "muito mais próximos do denominado português-padrão do que os que ocorrem em determinadas regiões do Continente". Os próprios continentais confessam sentir dificuldade em entender o micalense e, menos, o terceirense. Meus estudos e impressões confirmaram a correção dessas posições.

2. Do micalense, o traço mais típico reside no desvio, em série, do timbre das vogais tônicas (orais e nasais), com acentuada labialização. Assim, /u/ soa [u̠]; /o/ soa ora [o̠] ora [u]; /ɔ/ aberto soa [o]; /a/ soa [o̠] aberto e, menos [a] médio; /e/ aberto soa [a] ou [oe]; /e/ soa [ø]; /i/ soa entre [e] e [ø].

No terceirense, o fenômeno mais típico é o da "ressonância vocálica", assim descrita: A ocorrência de um elemento [-cons., -bx] na sílaba anterior à tônica, quer dentro do mesmo vocábulo quer na sílaba final do vocábulo precedente, desenvolve uma semivogal entre a vogal tônica e a consoante imediatamente anterior, originando-se disso um ditongo crescente. A semivogal é [j] quando a sílaba tônica precede [ē, i, ī, j, ĵ]; é [w] quando a ela precede [o, õ, u, ũ, w, w̃]. Levadas em conta uma série de particularidades, essa regra foi aperfeiçoada com o auxílio do Prof. E.Pardal, de Lisboa, nesta fórmula:

$$\emptyset \rightarrow \begin{bmatrix} -\text{cons.} \\ -\text{síl.} \\ +\text{alt.} \\ \text{arr.} \end{bmatrix} / \begin{bmatrix} -\text{cons.} \\ \text{arec.} \\ \text{arr.} \end{bmatrix} (C_0 \#) C_0 - \overset{V}{[+ac.]}$$

Assim, a diferente natureza do elemento vocálico que precede a tônica determina diferentes realizações fonéticas de uma mesma palavra, como no seguinte exemplo:

a casa [ã kãzã], em casa [ãj kjãzã], por casa [pur kwãzã].

3. Nenhum desses traços aparecem no atual POCALA e, quanto se sabe, em todo o Brasil. Esses fatos (a) confirmam a tese da maior influência no POCALA, dos falares do grupo ocidental do que do micalense e terceirense; (b) explicam o vigor dos traços do português continental em SC. Esse fenômeno decorre certamente de dois fatos: (a) da grande superioridade do contingente advindo do grupo central relativamente ao da Terceira e S.Miguel, fato que, aliás, se confirma pela comparação dos sobrenomes constantes em listas telefônicas dos Açores e de SC; (b) numa coincidência lingüística, os extremos são estigmatizados.

9 TRAÇOS OCORRENTES NO BRASIL, NOS AÇORES E NO SUL DE PORTUGAL

Como os falares açorianos, assim também o POCALA encerra traços de maior semelhança com o português continental meridional do que com o setentrional. Identifiquei os seguintes traços, podendo haver outros:

1) Ausência dos traços dos falares setentrionais do Continente. Em SC, como em todo o Brasil, faz-se a distinção entre /b/ e /v/; "ch" soa palatal, sem africacão; existe o "s beirão"; monotongam-se os ditongos /ow/ e /ej/.

2) Apagamento do iode ante alveo-palatal [ʃ, ʒ] em final de palavra. (a) Para SC, cf. item 1. (b) Foi registrado no Algarve (C.MAIA, p.33 e 37; BOLEO, 1974:338). (c) Na Terceira foi registrado em algumas áreas (M.MAIA, p.14-

19). Em S.Miguel, a geral monotongação inclui o apagamento desse iode.

3) Apagamento da semivogal no ditongo "-ei" e "-ou". (a) em SC, os pouco escolarizados monotongam formas como *sei* e *falei* e os proclíticos *meu, teu, seu*. (b) No Algarve a monotongação coexiste com a ditongação (BOLEO, 1974: 336-7; C.MAIA, p.59). (c) Em S.Miguel, a monotongação é geral (PAVÃO, p. 66; MEDEIROS, p. 17).

4) Para exprimir o aspecto durativo, o uso da locução verbal formada por auxiliar (*estar, ficar, ir, andar...*) + verbo no gerúndio. Essa construção é tão estranha ao português europeu em geral, quanto o é a correspondente construção europeia em SC, a saber: verbo auxiliar + prep. a + verbo no infinitivo. (a) Mas o uso da locução com gerúndio foi registro como um dos traços mais típicos do algarvio (C.MAIA, p.61; BOLEO, 1974: 389). C.MAIA vai além:

Esta construção não é só característica do português do Brasil e do falar açoriano, pois também no Algarve é muitíssimo usada e em todos os níveis sociolinguísticos, sendo rara e esporádica a construção com infinitivo. (p.62)

O exame das Dissertações de Licenciatura de Lisboa revelou que seu uso é "geral em todo o Baixo Alentejo e mesmo em todo o Alentejo" (M.Delgado, p. 169-71). (c) Em S.Miguel "o emprego do gerúndio é muito frequente" (MEDEIROS, p.75). Também no Faial "é frequentíssimo o emprego do gerúndio em vez do infinitivo" (BAPTISTA)².

10 CONCLUSÕES

Nas seguintes conclusões pretendo resumir as que foram tiradas atrás:

1) Deve-se creditar aos açorianos o vigor da *fi*cação, no POCALA, de dois traços ocorrentes já na fase *me*dieva do português continental: (a) o apoio paragógico (*i*tem 4); (b) o uso da 2^a pessoa do singular no tratamento familiar.

2) Os dois traços mais típicos do POCALA (a *pa*latalização do /s, z/ e a velarização do /r/ provieram do português continental. Para sua introdução, a função *media*dora do, desde 1808, reaportuguesado falar carioca deve ter sido decisiva. Comprovar que a função dos açorianos tenha sido maior do que a de um positivo acolhimento não pode ser feita senão mediante estudos mais aprofundados.

3) Há indícios de que se tenham originado no Brasil os seguintes traços do POCALA: a forma, a classe gramatical e o teor semântico da palavra *bernuça* (SC e RGS); a africação/palatalização de /t/ contíguo a /i, j/, bem como do apagamento do [j] entre *ŷ* seguida de /l, r, s/ em fim de palavra, como ainda a linha tonal ascendente no final das asserções (SC); a velarização do /r/ final de sílaba (através do RJ).

4) Todos os traços típicos do POCALA, exceto, provavelmente, os citados no item anterior, bem como os elementos lexicais analisados, exceto *gueixa*, embora possam ter sido introduzidos pelos açorianos, remontam ao português continental.

5) Dentre todos os elementos analisados, só *gueixo* tem, sem dúvida, na cultura açoriana seu termo de origem, havendo indícios de que tenha sido derivado do holandês *geitje*. (O período de 250 anos (1500 a 1750) pode considerar-se pequeno para grandes inovações linguísticas na situação geo-política dos Açores).

6) Não há resíduos, no POCALA, dos traços mais

típicos dos falares açorianos, os quais se encontram no mi caelense e no terceirense. Por outro lado, há indícios fortes de que a influência preponderante proveio dos falares do Grupo Central, os quais muito se assemelham ao padrão continental, fatos esses que explicam o vigor dos traços continentais no POCALA.

7) Como os falares açorianos, assim também o POCALA revela-se, por vários traços, muito mais aparentado aos falares meridionais do português continental do que aos setentrionais.

8) O fenômeno da realização palatal de /s,z/ final e o da realização velar do /r/ inicial e final de sílaba no POCALA não se explica bastante sem levar em conta a influência do reaportuguesado falar do RJ na área dos antigos portos.

9) A contribuição açoriana no POCALA processou-se em dois sentidos e nisso seu papel foi decisivo: (a) implantou os dois referidos traços pré-existentes à imigração e deram acolhida aos que foram introduzidos na língua após ela; (b) inibiu a penetração de traços alienígenas (europeus, africanos e-tupis).

10) Os argumentos aduzidos por Bolão e Laytano têm pequeno alcance e pouca consistência. A hipótese de Bolão rui inteira se por "influência açoriana" ele entende a que tem como termo de origem a cultura açoriana. Cabe sobretudo ressaltar que tem cabimento o reparo que foi feito à sua hipótese: Pelo princípio subjacente aos argumentos de que, havendo "coincidências significativas" (1950: 621) entre uma modalidade (no caso a açoriana) e outra (no caso o POCALA), há "influência", dever-se-ia admitir influência de cada uma das modalidades do português sobre todas as outras e, por igual, do POCALA sobre o falar açoriano³.

ABSTRACT

Starting from the inquiry, begun in 1943, about the Azorian influence on the Portuguese of Brazil, especially in the southern states of SC and RGS, and based on research made in SC (1982) and in Portugal (1985) for his doctoral dissertation, the Author compares the characteristic features of the Portuguese of the Caterinenses of Luso-Azorian descent with the corresponding features of the European Portuguese, with the aim of determining their origin and the nature of the Azorian influence on the Portuguese of SC. The conclusion is that almost all of these features come from Continental Portuguese, but that, for the subsistence of several of them in SC, the Azorian contribution, stemming especially from the Central Islands, was decisive.

NOTAS

1 No fim do séc. XVII, o povoamento de SC reduzia-se a três núcleos, fundados por descendentes dos lusos advindos de São Vicente (SP), a saber: S. Francisco do Sul, Desterro (hoje Florianópolis) e Laguna. A fundação espanhola da Colônia do Sacramento em 1680 completou a evidência de que a agilização da tomada efetiva de posse da terra constituía condição essencial para a salvaguarda da soberania portuguesa no Sul do Brasil. A imigração açoriana, que de 1617 a 1748 fora espontânea e dispersa, foi estimulada então pela Coroa desde 1748 a 1756.

Convém recordar que: o Arquipélago dos Açores se situa no Atlântico Norte, a 1.500 km da Europa, entre os paralelos 39 e 36 e os meridianos 24 e 31; constitui-se de nove ilhas (Sta. Maria, S. Miguel, Terceira, Graciosa, S. Jorge, Pico e Faial, Flores e Corvo) bem dispersas, perfazendo 2.393 km²; povoadas em datas diferentes, desde 1450, receberam gente de várias regiões de Portugal, sobretudo do Alentejo e do Algarve; os repetidos abalos sísmicos e o fraco desenvolvimento econômico criaram nos açorianos natural pendor para a emigração.

Segundo o açorianista PIAZZA, em 1746 a Coroa determinou o alistamento dos candidatos à migração ao Pará, Maranhão e SC. Relação dos alistados: S. Miguel 328, Terceira 912, Graciosa 772, S. Jorge 2.822, Pico 1.776, Faial 1.207. De jan. de 1748 a julho de 1756, aos 4.197 catarinenses recenseados em 1739 juntaram-se 6.071 imigrantes

tes: 5.492 açorianos e 579 madeirenses.

Em SC, os núcleos açorianos fixaram-se na faixa litorânea central (de Laguna a Camboriú), tendo atingido, por ulterior expansão, todos os 400 km do litoral, sem penetrar no interior. Entre as freguesias mais antigas contam-se: S. Miguel, S. José, Enseada de Brito e Santa Ana (Vila Nova e Mirim) no continente e, na Ilha, N. Sra. das Necessidades, S. Antônio, N. Sra. da Conceição da Lagoa. No séc. XIX criaram-se, por expansão, as do Ribeirão, Rio Vermelho, Canavieiras e Trindade (ver mapa).

Manifestações culturais subsistentes: técnicas de pesca, folgado boi-na-vara, carro-de-bois, olaria, renda-de-bilro, pão-por-Deus, fandangos, festividades do Espírito Santo e traços lingüísticos.

- 2 Inexistem no POCALA: (a) as pretônicas abertas que, em Portugal, representam sobrevivência dos antigos hiatos, como em **padeiro**, **esquecer**, **mordomo**; (b) as pretônicas abertas que precedem os grupos *çç*, *ct*, *pç*, *pt*, como em **directão**, **director**, **adoptar**, **excepção**; (c) a realização do /a/ como [bx., -alt.] ante palatal, em uso na área da grande Lisboa; (d) o [a] tônico fechado, senão ante nasais, o qual ocorre em Portugal como em **cada**, **para**; (e) a distinção fonética entre a 1ª pess. do pl. do Presente e a do Perf. do Indicativo.
- 3 Os principais argumentos aduzidos por Boléo são: (a) FONÉTICAS: iodização da palatal /l/; supressão de /r/ final de palavra; apócope da última sílaba das terminações **-inho** com nasalização do **-i-**. (b) MORFO-SINTÁTICAS: o emprego de **todos dois por ambos**; a redução da terminação **-am** dos verbos a [o]; emprego do pronome pessoal objetivo como sujeito em orações como "isto é para mim fazer"; (c) LEXICAIS: prendem-se ao uso das palavras **gueixa**, **arcavém** e **sinhá** por **senhora**.

BIBLIOGRAFIA

- BAPTISTA, Maria de F.F. *Ilha do Faial, Açores: contribuição para o estudo da sua linguagem, etnografia e folclore*. Diss. Lic., Coimbra, 1970, 828p.
- BOLEO, Manuel de P. *Brasileirismos: problemas de método*. Coimbra, Coimbra Ed., 1943, 90p.
- _____. *Filosofia e história: a imigração açoriana para o Brasil*. Coimbra, Univ. de Coimbra, 1945, 44p.
- _____. O Congresso de Florianópolis, comemorativo do bicentenário da colonização açoriana. *Brasília*, Coimbra, 5:603-667. Sep., Coimbra, 1950, 78p. Inclui "Um inquérito
- Estudos* (5): 227-253, dez. 1986

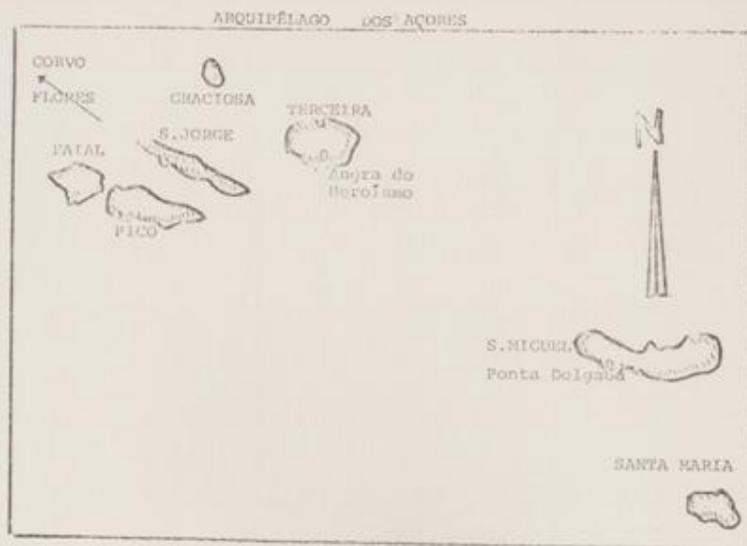
rito lingüístico em Rio Vermelho".

- _____. *Estudos de lingüística portuguesa e românica*. V. 1: *Dialektologia e história da língua*. Coimbra, Ed. da Univ., 1974, 472p.
- _____. A língua portuguesa do Continente, dos Açores e do Brasil. *Rev. Port. de Filologia*, Coimbra, 18:592-625. Sep. 1983, 56p.
- CUNHA, Celso Ferreira da. Sobre o eparagógico na épica e na lírica. In: *Língua e verso: ensaios*. 2.ed., RJ, Liv. S. José, 1968, p.79-121.
- DIAS, Maria A.B.L. *Ilha Terceira: estudo de linguagem e etnografia*. Secr. Reg. de Educ. e Cult. - Direcção dos Assuntos Culturais, 1982, 499p.
- ELIA, Sílvio. Unidade e diversidade fonética do português do Brasil. In: *Ensaio de filologia e linguística*. 2.ed., RJ, Grifo, Brasília, INL, 1975, p. 177-224.
- FURLAN, Oswaldo A. Subsistência luso-açoriana no linguajar catarinense. *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, 40:629-45, A. do Heroísmo, 1982.
- _____. A linguagem catarinense de ascendência luso-açoriana: características e sua origem. In: UFSC, II Encontro de Bilingüismo e Variação Lingüística, *Anais...* 1983, p. 231-250.
- LAYTANO, Dante de. *Legado luso-açoriano na formação do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Centro Reg. de Pesq. Ed. do Sul (1950?).
- MAIA, Clarinda de A. Os falares do Algarve. *Rev. Port. de Fil.*, Coimbra, 17:37-205, 1975.
- MAIA, Maria L.B. *O falar da Ilha Terceira*. Diss. de Lic., Lisboa, 1965, 178p.
- MEDEIROS, M. de J. Chichorro. *A linguagem micaelense em alguns dos seus aspectos*. Diss. Lic., Lisboa, 1964, 374p.
- NASCENTES, Antenor. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. RJ, 1955.
- PAVÃO, J. Almeida. *Aspectos populares micaelenses*. A. do Heroísmo, Sec. Reg. de Ed. e Cultura, 1982, 153p.
- PIAZZA, Walter F. O povoamento açoriano. In: *Santa Catarina: sua história*. Florianópolis, UFSC/Lunardelli, 1983, p.138-57.
- REIS, Arthur C.F. Os açorianos na empresa do Brasil. *Ocidente*, Lisboa, 59(271):259-70, nov. 1960.
- ROGERS, Francis M. Brazil and the Azores. *Modern Language Notes*. Baltimore, 68:361-70, 1947.
- _____. Insular Portuguese pronunciation: Porto Santo and easter Azores. *Hispania Review*. Philadelphia, 18(1), jan. 1948.
- _____. Pronúncia insular portuguesa: grupos central e
- Estudos* (5): 227-253, dez. 1986

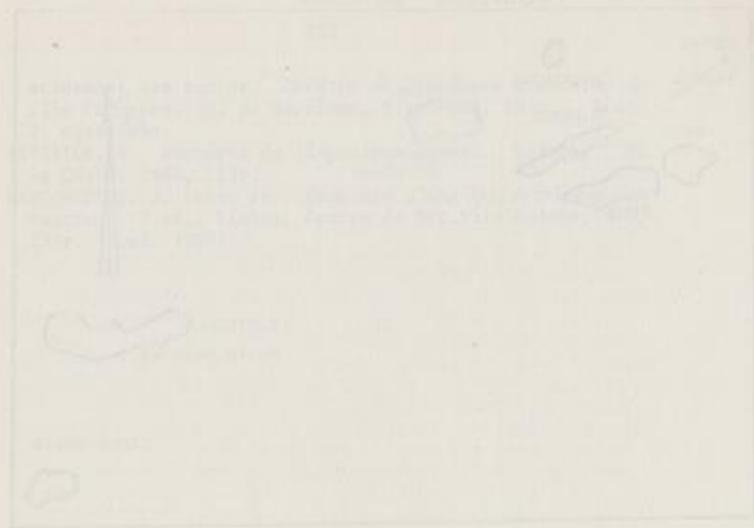
ocidental dos Açores. *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, A. do Heroísmo, 8:194-222, 1950. Trad. J. Agostinho.

TEYSSIER, P. *História da língua portuguesa*. Lisboa, Sá da Costa, 1984, 113p.

VASCONCELOS, J. Leite de. *Esquisses d'une dialectologie portugaise*. 2.ed., Lisboa, Centro de Est.Filológicos, 1970, 132p. (1.ed. 1901).



REPARTICIÓN DE TERRITORIO



ACEITAM-SE PEDIDOS ATRAVÉS DO REEMBOLSO POSTAL

REPARTICIÓN DE TERRITORIO

REVISTA BRASILEIRA DE NATURALISMO

ANEXO 1



Impresso na
Gráfica Universitária
Salvador - Bahia